

Aurelio dos Santos Souza

Aproximações das categorias políticas de Aristóteles e formação integral na Proposta Curricular Catarinense

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Acadêmico, da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), na Linha de Pesquisa I: Políticas e Processos Formativos em Educação.
Orientadora: Profª. Dra. Vanice dos Santos

Lages/SC
2017

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO

Aproximações das categorias políticas de Aristóteles da formação integral na Proposta Curricular Catarinense

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Acadêmico como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, na Linha de Pesquisa Políticas e Processos Formativos em Educação.

Profa. Dra . Mareli Eliane Graupe
Coordenadora do Curso

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 17/02/2017

Profa. Dra. Vanice dos Santos
Orientadora

Prof. Dr. Geraldo Balduino Horn
Examinador Externo (PPGE/UFPR)

Profa. Dra. Carmen Lúcia Fornari Diez
Examinadora PPGE/UNIPLAC

Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks
Examinador PPGE/UNIPLAC (Suplente)

Aurelio dos Santos Souza

Lages, Santa Catarina, fevereiro de 2017.

S719a Souza, Aurélio dos Santos.
Aproximações das categorias políticas de Aristóteles
e formação integral na proposta curricular catarinense / Aurélio
dos Santos Souza.-- Lages (SC), 2017.
98 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Planalto
Catarinense. Programa de Mestrado em Educação da Universidade
do Planalto Catarinense.

Orientadora: Vanice dos Santos.

1. Virtudes. 2. Valores sociais. 3. Bem-estar. 4. Sujeito
(Filosofia). I. Santos, Vanice dos. II. Título.

CDD 370.1

Este é o homem de todo excelente: quem tudo compreende por si só, pensando no futuro e nas coisas que levam a um fim melhor. Também é nobre quem é convencido por quem diz boas coisas; mas quem nem compreende por si só nem, ouvindo a outro, coloca no espírito seus conselhos, esse é um homem inútil.

(Hesíodo)

Este trabalho é dedicado em primeiro lugar a Deus, a minha esposa Débora aos meus filhos Isadora, Gabriela e Otávio, à minha primeira professora Olga da Silveira Santos e aos meus pais Agostinho e Adélia.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, por que Dele e por Ele são todas as coisas. E é Ele que concede ao homem a sabedoria.

A minha família, minha esposa Débora pela compreensão, às minhas filhas Isadora e Gabriela, e ao meu filho Otávio, por permitirem sacrificar, o tempo que era deles por direito, com minhas ausências em função dos estudos. Aos meus pais Agostinho e Adélia, pelo incentivo.

A minha tia Olga Silveira Santos, minha primeira professora, por ter me ensinado os primeiros passos da vida estudantil, que serviram de alicerce para a minha jornada acadêmica.

A Dra. Vanice dos Santos, pela confiança, pela oportunidade de ser seu orientando e por ser a minha maior incentivadora na superação de meus limites. Pela infinita disponibilidade, por todos os ensinamentos e pela impecável condução deste meu trabalho.

Ao Dr. Geraldo Horn, pela disponibilidade de contribuir, como membro externo da banca.

Ao Dr. Geraldo Locks, que desde a entrevista para ingresso no PPGE da Uniplac, se mostrou um grande mestre e incentivador. Pela disponibilidade de contribuir como membro interno da banca.

A Dra. Carmen Lúcia Fornari Diez, pelo incentivo e amizade. Pela disponibilidade de contribuir como membro interno da banca.

A Dra. Ana Maria Netto Machado, pelas inúmeras contribuições e sugestões.

A Dra. Marina Patrício de Arruda, pelo incentivo à iniciação científica.

A Dra. Lourdes Caron, pela amizade e afinidade de ideias.

A Dra. Lucia Ceccato de Lima, pelos ensaios de escrita.

A Dra. Maria Selma Grosch, pelo incentivo e amizade.

A Dra. Mareli Eliane Graupe, pelo incentivo e amizade.

RESUMO

A presente dissertação de Mestrado, desenvolvida na linha de pesquisa Políticas e Processos Formativos em Educação, investiga as aproximações do pensamento de Aristóteles com as categorias educacionais que emergem do entendimento de formação integral da Proposta Curricular Catarinense de 2014. O objetivo geral é identificar vestígios das categorias aristotélicas nas categorias de educação que emergem do eixo de formação integral da Proposta Curricular Catarinense de 2014. Os objetivos específicos são quatro, o primeiro é aproximar-se com maior profundidade do pensamento aristotélico, em especial das categorias, através de estudo *d'A Política e Ética a Nicômaco* de Aristóteles; o segundo é perscrutar o Documento da Proposta Curricular Catarinense de 2014, de maneira filosófica e identificar as categorias de educação que mais se destacam na perspectiva de formação integral apresentada nesse Documento; o terceiro é apontar as possíveis convergências entre as categorias de educação destacadas da Proposta e as categorias aristotélicas; o quarto é apontar a relevância das categorias analisadas, para a educação catarinense, na perspectiva da formação integral. A opção metodológica escolhida foi a abordagem qualitativa, pautada pelo procedimento técnico de investigação filosófica a partir da pesquisa bibliográfica e documental fundamentada na lógica aristotélica. O método aristotélico nos permitiu elaborar uma investigação sobre os fundamentos das categorias políticas e suas relações com o conceito de formação integral. Partimos da trajetória do autor e seu engajamento a problemática da educação, em específico o debate sobre o currículo, com enfoque no entendimento de formação integral. O primeiro desafio foi fundamentar o debate nas contribuições da filosofia clássica. Encontramos em Aristóteles os elementos que consideramos basilares para pensar a educação sob a perspectiva da formação integral. Partindo da leitura e estudo das obras de Aristóteles, especificamente a *Ética a Nicômaco* e a *Política*, e com o auxílio dos comentadores de Aristóteles, entre eles, Berti (2013), Cenci (2012) e Hourdakakis (2001), identificamos as categorias de Bem Viver, Virtude Moral e Sujeito Político, como as que mais se aproximam do entendimento de formação integral, que é nosso foco de investigação. Identificadas as categorias aristotélicas, procedemos uma aproximação mais criteriosa do entendimento de formação integral no contexto da educação. Para tal tarefa, investigamos as contribuições de Frigotto (2005), Pestana (2014), Saviani (1997) e Teixeira (2007), o que nos permitiu elaborar uma compreensão mais profícua da formação integral, com destaque para a concepção de omnilateralidade. Na sequência, apontamos o contexto histórico e social da elaboração da Proposta Curricular Catarinense, que foi marcado pela tomada do poder, pelos políticos de posicionamento de esquerda, ou da corrente histórico-crítica. Após a leitura e estudo do documento da Proposta Curricular Catarinense, identificamos as relações sociais, culturais, econômicas, políticas, socioambientais, o trabalho, a liberdade, a autonomia, o conhecimento, a diversidade, a emancipação, o sujeito ativo e a aprendizagem, como as categorias que subjazem do referido documento. Finalizando nosso estudo, apresentamos um quadro de aproximações entre as categorias aristotélicas e as categorias de educação da Proposta Catarinense. E, finalmente, apresentamos as contribuições que estas categorias, podem proporcionar ao fazer pedagógico dos educadores.

Palavras-chave: Virtude moral. Sujeito político. Bem viver. Proposta Curricular Catarinense. Formação integral.

SUMÁRIO

| | | |
|-------|--|----|
| 1. | INTRODUÇÃO | 08 |
| 2. | CATEGORIAS ARISTOTÉLICAS E FORMAÇÃO INTEGRAL | 29 |
| 2.1 | Bem viver..... | 38 |
| 2.2 | Virtude moral..... | 43 |
| 2.3 | Sujeito político | 46 |
| 2.4 | Formação integral..... | 54 |
| 3. | PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA | 58 |
| 3.1 | Contexto político brasileiro nas décadas de 1970 e 1980 | 58 |
| 3.2 | O viés marxista da Proposta Curricular Catarinense | 64 |
| 3.3 | Corrente Pedagógica da Proposta Curricular Catarinense | 68 |
| 3.3.1 | O sócio-interacionismo | 68 |
| 3.3.2 | Teoria da atividade | 70 |
| 3.4 | Categorias de educação da Proposta Curricular Catarinense | 72 |
| 3.5 | Atualizações da Proposta Curricular Catarinense | 75 |
| 4. | APROXIMAÇÕES ENTRE FORMAÇÃO INTEGRAL E AS CATEGORIAS ARISTOTÉLICAS | 77 |
| 5. | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 86 |
| | REFERÊNCIAS | 88 |
| | APÊNDICE A – Memória Paralela da Equipe de Redação do Documento de Atualização da Proposta Curricular de Santa Catarina..... | 91 |

1 INTRODUÇÃO

Pensar a educação, guiado pela reflexão filosófica clássica grega, pode ser entendido como uma atitude de ousadia. No entanto, o que pretendemos com essa dissertação, não é angariar o título de ousados, mas sim, apresentar aos entusiastas por essa tão nobre atividade do intelecto humano, a educação, uma perspectiva de entendimento do papel da educação sob o olhar de Aristóteles¹. Considerando que, não fazia parte do cotidiano estudantil secundarista da década de 1990, a iniciação ao estudo da filosofia, apresentamos a seguir, trajetória acadêmica do autor dessa dissertação, apresentando como se deu o seu encontro com a filosofia.

Uma das minhas primeiras lembranças, de meu primeiro encontro com a filosofia, foi quando ingressei numa ordem religiosa e me disseram que eu deveria estudar filosofia antes de teologia, para poder ser um sacerdote (Padre). Isso aconteceu no início dos anos 1990, eu estava ainda iniciando o ensino médio, que naquela década, chamava-se segundo grau. Importante destacar, que a disciplina de filosofia, ainda não fazia parte do rol das disciplinas da grade curricular do ensino médio. No entanto, a promulgação da Constituição Nacional de 1988, estabeleceu as bases para houvessem várias mudanças e reformas em todas as áreas, e a educação foi contemplada com a atual versão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que é conhecida como Lei 9394/96².

Considerando o contexto histórico da educação, ao qual eu estava inserido, as razões que me aproximaram da filosofia foram unicamente circunstanciais. Para mim, nos idos da década de 1990, filosofia era apenas alguma coisa que eu tinha que fazer para ser padre. Durante os três anos de ensino médio, me sentia confortável perante meus colegas, que não eram aspirantes a vida religiosa, pois ao contrário deles, que ainda estavam a procura de uma definição sobre qual seria o curso superior a escolher para seu futuro profissional, eu esbanjava convicção sobre os passos seguintes da minha vida acadêmica, pois assim que terminasse o ensino médio, seria transferido da cidade de Videira³, Santa Catarina, para a

¹ Aristóteles (em grego clássico: Ἀριστοτέλης; transl.: Aristotélēs). Conforme Pessanha (1991), Aristóteles era de família jônica, e a tradição da família era seguir a medicina. Seu pai era médico e amigo do rei Amintas, que veio a ser o avô de Alexandre 'O Grande'. Aristóteles frequentou a Academia de Platão durante vinte anos. (PESSANHA, 1991, p. VIII).

² A LDB de hoje em dia (Lei 9394/96) foi sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo ministro da educação Paulo Renato em 20 de dezembro de 1996. Baseada no princípio do direito universal à educação para todos, a LDB de 1996 trouxe diversas mudanças em relação às leis anteriores, como a inclusão da educação infantil (creches e pré-escolas) como primeira etapa da educação básica. (BRASIL, 1996).

³ Conforme dados do IBGE disponíveis em Brasil (2017), Videira era inicialmente, uma pequena localidade chamada Rio das Pedras, que mais tarde passou a se chamar Perdizes. Em 1918 teve início a colonização de Videira, na então Vila do Rio das Pedras. A instalação oficial do município aconteceu em 1944 e o nome Videira

cidade de São Paulo, onde frequentaria o curso de filosofia, na Universidade São Francisco. Muitos colegas, se dirigiam a mim, dizendo que eu estava em uma situação confortável, porque já sabia o que fazer no futuro, enquanto eles ainda não tinham nada definido. Penso que, esta situação confortável, me foi um tanto prejudicial, pois perdi uma bela oportunidade de filosofar. Se eu não estivesse tão convicto, de que seria padre, talvez tivesse refletido mais sobre qual curso superior iria frequentar. Por outro lado, não fora isso, talvez não teria ingressado no curso de filosofia. Fato é, que em 1994, ingressei no curso de filosofia da Universidade São Francisco em São Paulo. Para um jovem mancebo, do interior da Serra Catarinense, era uma conquista expressiva, o fato de morar na maior cidade do país. Quanto mais, sendo filho de uma família de pequenos agricultores, com enormes limitações financeiras e inclusive culturais. Para localizar o leitor, apontamos que o conhecimento filosófico é um dos saberes que pode ser aproximado do que chamamos hoje de formação integral, por essa razão, iniciamos escrevendo, apontando para a filosofia como tema. Esse argumento, de que o conhecimento filosófico se identifica com a formação integral, será apresentado de forma mais aprofundada no capítulo dois dessa dissertação.

Dando continuidade a esse ensaio de biografia, superados os momentos de curiosidades, a cerca de São Paulo e o início da vida acadêmica, comecei a minha primeira imersão, neste mundo maravilhoso da filosofia. Devo admitir que no início, eu fazia vãos panorâmicos, percebia apenas algumas coisas. Mas aos poucos, de tanto me encontrar com a lógica na segunda-feira, com a metodologia na terça, com a história da filosofia na quarta, com a filosofia política na quinta e história na sexta, comecei a procurar pelas motivações que levam um indivíduo a cursar filosofia. Inicialmente, até cheguei a questionar, indagando, se era realmente necessário estudar filosofia para exercer as funções sacerdotais. No entanto, quando comecei a entender, que a filosofia é uma área do conhecimento que tem como característica a investigação reflexiva sobre tudo que está a nossa volta, comecei a conjecturar que, sim é possível que a filosofia seja necessária para minha vida. Agora, mais amadurecido, e tendo alguns lampejos do que é, de fato, filosofar, apresento as ponderações de Enrico Berti (2013), sobre as motivações para filosofar, e considero que, dentre as motivações apresentada por ele, a motivação que mais me despertou interesse foi a do tipo político, que no entender de Berti (2013), pode ser entendida como:

deve-se ao fato de a região ser um grande centro vitivinicultor do Estado. Conta-se que já em 1913, antes mesmo da fixação dos primeiros colonizadores, foi colhido um cacho de uvas pesando 1,3kg. (BRASIL, 2017).

[...] os que vivem a política, como cidadãos ou como observadores, frequentemente se interrogam sobre os problemas que ela se coloca e desejam aprofundar a origem e o valor dos temas em que ela se inspira, extraindo da filosofia os instrumentos para fazê-lo. (BERTI, 2013, p.44)

De certa forma, me identifico com este pensamento, pois, desde a minha tenra idade, exercito em minha mente, a elaboração de uma estratégia para tornar a vida das pessoas mais felizes. Procuro meios para superar os problemas que considero os mais cruciais da vida humana, como a miséria e a ignorância. Tenho por certo que estas inquietações, agora mais elaboradas, não estavam assim tão organizadas na minha mente, quando manuseava as ferramentas de um pequeno agricultor, nos poteiros do Cerrito⁴. Uma dessas ferramentas era uma foice⁵ que usava para roçar os gramados onde o gado pastava. Essa atividade era necessária para que as ervas daninhas não impedissem o desenvolvimento da grama, alimento do gado. Enquanto golpeava a foice, eu ficava a imaginar uma forma de organização social, que permitisse às famílias alijadas do progresso econômico, como acesso à energia elétrica, automóvel, moradia digna, com água encanada, banheiro, etc. Passeavam em minha mente as inquietações filosóficas, como por exemplo, por que alguns poucos têm tanto e a maioria lhes falta até a comida. Sem o saber eu estava ensaiando reflexões filosóficas. No entanto, ao conhecer a obra *Ética a Nicômaco*, de Aristóteles, constatei que havia alguma semelhança entre essas minhas inquietações e o pensamento de Aristóteles. A partir de então, comecei a conjecturar, que a obra de Aristóteles, poderia me ajudar a refletir com mais profundidade sobre essa angústia que sinto, qual seja, a de poder contribuir na organização da sociedade humana, para que esta, proporcione as condições mínimas, para que todos possam alcançar o ideal do bem viver e da virtude moral, ideias que foram estudados na obra de Aristóteles por Cenci (2012), e que serão melhor apresentadas no capítulo dois.

A minha trajetória acadêmica, como já mencionei, teve início no ano de 1994, quando ingressei no curso de Filosofia da Universidade São Francisco, na cidade de São Paulo. Durante os três anos do curso, tive a oportunidade de discernir os rumos de minha atuação profissional como religioso. De acordo com o que já mencionei superficialmente anteriormente, a minha grande questão existencial está relacionada ao desejo que sinto de contribuir para a organização de uma sociedade mais justa, que proporcione a todos os

⁴ Conforma dados do IBGE em Brasil (2017), a localidade costumava ser chamada de Caru, nome indígena que significa terra fértil. Mas em 1953 a Câmara de Vereadores de Lages propôs o retorno de uma denominação ainda mais antiga, São José do Cerrito. Trata-se de uma homenagem a São José, patrono da primeira capela construída no povoado, no começo do século XIX, acrescido da referência aos pequenos morros ou "cerritos", em castelhano, que são comuns na região. Com pouco mais de 10.000 habitantes a cidade é uma das maiores produtoras de feijão de Santa Catarina. Distante 269 km da capital Florianópolis. (BRASIL, 2017).

sujeitos, a possibilidade de desenvolvimento pleno de suas potencialidades e alcance a felicidade. Por circunstâncias, da minha opção pela vida religiosa, e por interesse pessoal pela educação, a minha trajetória como religioso, convergia para a atuação em colégios da instituição a qual eu estava vinculado como seminarista. No ano de 1998, já licenciado em Filosofia e História, ingressei no curso de Pedagogia com especialização em Administração Escolar, da Universidade Bandeirantes de São Paulo. No mesmo ano iniciei minhas atividades em educação, atuando como assistente de direção de uma escola particular, em São Paulo, no bairro de Moema, zona sul da cidade. Era uma escola com 800 alunos, que atendia desde os anos iniciais do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio. Foi nesse colégio, que tive a oportunidade de dar os meus primeiros passos, como educador. Devo mencionar que, a realidade do cotidiano de uma escola, impacta tanto um iniciante, que de início a escola se assemelha a um leviatã⁶. Foi então que identifiquei, que o objetivo principal da instituição, em relação a escola e a educação de forma geral, era massivamente financeiro. Portanto, o meu ideal de contribuição social, ali seria esmagado pelos ferrolhos das estratégias mercadológicas para fazer a escola ser um empreendimento lucrativo, deixando para segundo plano a formação do estudante, como sujeito político. Mediante esta realidade, em janeiro de 2000, tomei a decisão de desligar-me da instituição religiosa e voltei para Santa Catarina, meu estado de origem. Aqui, em Santa Catarina, prestei concurso para professor de filosofia na rede estadual, ocasião em que fui aprovado. Iniciei minhas atividades, como professor de filosofia, em uma escola da rede estadual, na cidade de Lebon Régis⁷, no ano de 2002. Desde então, tenho atuado como professor de filosofia e por duas ocasiões ocupei o cargo de diretor

⁶ O leviatã ou monstro marinho, mencionado na Bíblia (2009), no livro de Jó, é apresentado como um ser indomável, conforme é possível constatar no livro de Jó, no capítulo 40 e nos versículos 25 e 26. (BÍBLIA, 2009). Leviatã também é o nome dado à obra de Hobbes (1984) que parte do princípio de que os homens são egoístas e que o mundo não satisfaz todas as suas necessidades, defendendo por isso que no Estado Natural. Afirma que há uma competição entre os homens pela riqueza, segurança e glória. A luta que se segue é a guerra de todos contra todos, na célebre formulação de Hobbes, em que por isso não pode haver comércio, indústria ou civilização, e em que a vida do homem é solitária, pobre, suja, brutal e curta. A luta ocorre porque cada homem persegue racionalmente os seus próprios interesses, sem que o resultado interesse a alguém. (HOBBS, 1984).

⁷ Lebon Régis segundo dados do IBGE disponíveis em Brasil (2017), é um município catarinense que teve o início de sua em 1895 quando famílias vindas de outros lugares de Santa Catarina e do Paraná chegaram até este local. A história deste município também está relacionada com as primeiras fazendas na localidade da Serra da Esperança, propriedade de imigrantes paulistas. Em Lebon Régis há inúmeros rastros da Guerra do Contestado de 1912 a 1916, onde jagunços e soldados travaram as batalhas, inclusive em Santa Maria local de um grande reduto ocorreu um dos maiores combates de toda guerra. O nome é em homenagem ao catarinense General Gustavo Lebon Régis que na Guerra do Contestado era o secretário geral do estado de Santa Catarina e traçou o primeiro ataque ao Taquaruçu, um dos maiores redutos dos jagunços. (BRASIL, 2017)

geral de duas escolas da rede estadual na cidade de Caçador⁸. Durante essa trajetória, de mais de 15 anos de atuação como educador, constatei, com muita angústia, que não consegui colocar em prática o meu ideal social. Então decidi rever minha trajetória, guiado por um programa de mestrado em educação.

Durante esta trajetória, sempre nutri o interesse de participar de um Programa de Mestrado. A oportunidade mais significativa surgiu, no final do ano de 2014, durante os seminários de discussão e redação da Atualização da Proposta Curricular de Santa Catarina. Ocasão em que foi discutido o tema da formação integral, que de muitas maneiras, já havia provocado em mim, algumas inquietações. Estou convicto de que, foi durante o curso de filosofia, que tive a oportunidade de iniciar uma reflexão sobre a importância da educação na vida do sujeito. Especialmente quando me aproximei com mais acuidade do pensamento de Aristóteles. E certamente, o contato com a obra de Aristóteles, aguçaram ainda mais o meu espírito filosófico, a respeito da responsabilidade social do cidadão. Um dos aspectos da vida de Aristóteles, que desperta curiosidade, além é claro, de estar os três maiores clássicos da filosofia ocidental, é o fato de ter sido convidado para ser o preceptor de Alexander Magno. Esse fato sugere que Aristóteles deveria ser reconhecido, como um excelente mestre.

Quando iniciei minha vida docente, como professor de filosofia, ao estudar a proposta curricular de Santa Catarina, constatei que aquele documento quando foi elaborado, ofereceu uma maravilhosa oportunidade, de participação e contribuição. No entanto, já estava pronto. Então conjecturei como teria sido oportuna, a minha participação na discussão e elaboração de tal documento. Por outro lado, considerando a classe do que é produtivo, segundo Aristóteles (2009), a arte de produzir, como por exemplo, na construção civil, o ofício do arquiteto, difere em sua essência do ofício do mestre de obras ou do pedreiro, que executa na prática o que o arquiteto produziu. Na educação, o professor está para o pedreiro, como o educador está para o arquiteto. Como não tive a oportunidade de participar da coisa

⁸ Caçador, é também um município catarinense, que teve sua colonização iniciada 1881. Os novos habitantes devastaram animais e índios, que habitavam toda a zona. A estrada de ferro atraiu grande número de habitantes de origem italiana, vindos sobretudo da zona colonial do Rio Grande do Sul. A colonização do núcleo do Rio das Antas, pela Brazil-Railway Company empolgou os colonos teuto-brasileiros do litoral de Santa Catarina. De 1914 a 1917 o território esteve conflagrado com a campanha do contestado. A luta destruiu o que havia de organizado na região, sendo incendiados numerosos núcleos de povoamento. Em 1917, com o acordo de limite entre o Paraná e Santa Catarina, abriu-se um período de paz, que possibilitou o reinício das atividades normais da população. A abertura da estrada interligava Caçador e Curitiba, em 1929, veio dar grande impulso à região, com a chegada de imigrantes e a instalação de serrarias, em meio às densas matas de Araucárias. (BRASIL, 2017).

produzida, como educador, procurei dedicar-me com a devida sabedoria a prática ou sensatez⁹, ao ofício de professor para adolescentes e jovens.

No entanto, em 2013, a Secretaria de Estado da Educação Catarinense, abriu nova possibilidade de discussão da Proposta Pedagógica Estadual. Eis aí então a minha oportunidade de participar da coisa produzida, ou seja, da discussão a respeito da educação catarinense, teve início no ano de 2014, quando aconteceu nesse Estado, um trabalho exaustivo de atualização da Proposta Curricular, para a educação básica. Foram mais de duzentos participantes diretos, entre eles, equipe gestora da Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina, docentes da educação básica da rede estadual de ensino, representantes da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) e representantes das secretarias municipais de educação do estado. O objetivo deste trabalho foi o de atualizar este documento que teve a sua primeira versão escrita e publicada no ano de 1991. Ao longo destes anos já foram feitas outras atualizações. Esta última, debruçou-se sobre três eixos importantes da educação, que não apareciam claramente até então no documento, que são a formação integral, o percurso formativo e a diversidade como princípio pedagógico. A minha inserção neste processo ocorreu de forma seletiva, quando no ano de 2013 foi lançado um edital pela Secretaria Estadual de Educação, para seleção dos docentes da rede, que fariam parte da equipe redatora da quarta edição da Atualização da Proposta Curricular. Vencidas todas as etapas do edital, o meu nome apareceu no rol dos que foram selecionados para compor a equipe redatora. Foram cinco seminários presenciais, que ocorreram na cidade de Balneário Camboriú, durante o ano de 2014. A experiência de participar de um grupo de discussão e elaboração de um documento tão relevante quanto o é, a proposta curricular de um Estado, pode ser considerada aos olhos de Aristóteles uma coisa produzida, dado que houve a necessidade de praticar a capacidade raciocinada de produzir, conforme podemos constatar em:

O próprio pensamento só por si não põe nada em movimento: penas quando se dirige para um determinado fim numa determinada ação. É assim também que atua o pensamento produtor, porquanto o produtor de algo tem um determinado fim em vista. É que o produzir como tal não é um fim em si mesmo (mas algo relativo a algo e formador de algo). Por outro lado, já o agir, e, na verdade, o agir bem, é um fim em si mesmo, e a intenção é o princípio da mudança específica que vai na sua direção. Por isso, a decisão é uma compreensão intencional ou uma intenção compreensiva. Nesse sentido, o princípio (da ação) é o Humano. (ARISTÓTELES, 2009, p.130, 1139b1)

⁹ Segundo definição de Aristóteles, em *Ética a Nicômaco* (2009, p. 132-133, 1140a24), é a capacidade verdadeira e raciocinada de agir com respeito aos bens humanos. (ARISTÓTELES, 2009)

No entanto, lendo e estudando o documento pronto, sentimos a necessidade de estudá-lo mais a fundo, com mais tempo, especialmente para compreender melhor a categoria de formação integral. Conforme ficou evidenciado até aqui, nossa investigação será permeada pelo viés filosófico de Aristóteles. Informamos o leitor que o nosso objeto de estudo é a Proposta Curricular de Santa Catarina de 2014. Nosso esforço será no sentido de encontrar vestígios das categorias aristotélicas de bem viver, virtude moral e sujeito político, no conceito de formação integral contido no documento de atualização da Proposta Curricular catarinense de 2014. Embora o documento apresente três eixos de discussão, conforme mencionado anteriormente, nesta pesquisa nos limitaremos a investigar o eixo da formação integral, por que ao nosso ver é o que mais se aproxima das categorias aristotélicas de bem viver, virtude moral e sujeito político.

Partindo desta contextualização, apresentamos como problema de pesquisa desta dissertação, a seguinte indagação: Quais categorias aristotélicas estão presentes na concepção de formação integral, na Proposta Curricular Catarinense atualizada em 2014? As questões norteadoras, para auxiliar na convergência dos esforços para atingir o objetivo desta pesquisa, se desdobram em: quais as categorias aristotélicas mais se aproximam da concepção de formação integral presente no documento de atualização da proposta curricular catarinense? E, quais as categorias de educação subjacentes da proposta curricular catarinense estão alinhadas ao conceito de formação integral?

O nosso objetivo geral é compreender as categorias aristotélicas que estão subjacentes na Proposta Curricular Catarinense publicada em 2014. Alinhados a este objetivo, apresentamos os seguintes objetivos específicos: o primeiro é, examinar as obras *Ética a Nicômaco* e *A Política* de Aristóteles, e aprofundar a fundamentação teórica das categorias aristotélicas procurando identificar as categorias que possam estabelecer uma relação com a formação integral; o segundo é, investigar o texto da Proposta Curricular de Santa Catarina, publicado em 2014, com olhar filosófico e identificar as categorias de educação que mais se destacam, dentro do eixo de formação integral; o terceiro é, comparar as categorias identificadas com as categorias aristotélicas e apontar as possíveis convergências das referidas categorias; o quarto é, apontar a relevância das categorias analisadas, para o contexto da educação catarinense, na perspectiva da formação integral do cidadão.

Apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos, os resultados esperados desta pesquisa, são que ao final, possamos apontar as possíveis aproximações entre as categorias aristotélicas e as categorias de educação subjacentes do eixo da formação integral da Proposta

Curricular Catarinense e finalmente, apontar as possibilidades de tais categorias contribuírem para prática docente pautada pelo princípio da formação integral do sujeito.

Mediante a exposição de onde pretendemos chegar, apresentamos a metodologia escolhida, para lograr êxito nesta investigação filosófica acerca do conceito de formação integral. Cientes da existência de várias abordagens metodológicas, optamos pela abordagem qualitativa, pautada pelo procedimento técnico de pesquisa bibliográfica e documental, por entendermos que esta abordagem é a mais adequada ao nosso objeto de estudo. Além disso, como nossa intenção é elaborar uma análise exploratória da ideia (conceito) de formação integral na Proposta Curricular catarinense de 2014, que apresenta esse conceito, como um dos eixos principais da educação, para a rede estadual deste Estado, fundamentamos nossa opção metodológica em Aristóteles. Importante destacar, que o método de investigação aristotélico pode ser de dois tipos, o lógico e a análise de categorias.

A escolha do método filosófico aristotélico de investigação, é justificada pelo fato de que é uma investigação sobre o pensamento de Aristóteles, e consideramos relevante utilizar a metodologia do próprio filósofo investigado. Cogitamos também que o método aristotélico é uma ferramenta apropriada para o correto exercício do pensamento e da linguagem. Considera-se que a lógica aristotélica dispõe do aparato necessário para que o conhecimento do discurso seja realizado. Este método, permite investigar um conjunto de afirmações abstratas sobre um determinado assunto ou objeto. Consideramos ainda, que a lógica de Aristóteles é um dos métodos mais completos, pelo fato de considerar relevante um argumento válido e irrelevante, um argumento inválido. Além disso, é capaz de apontar quais, entre todos os silogismos, são válidos e quais, são inválidos. No entanto, optamos nesta dissertação, pela análise das categorias em detrimento da lógica, por entendermos, que no caso específico do nosso objeto de estudo, a análise das categorias, oferece os elementos que podem auxiliar-nos na identificação dos conceitos pelos quais é possível se chegar a um conhecimento apropriado do conceito de formação integral.

Entendemos que seja necessário apresentar ao leitor o *Órganon* (ARISTÓTELES, 2010), que está subdividido em *Categorias*, que aborda os termos tomados individualmente, *Da interpretação*, que apresenta o tratado sobre os enunciados, *Analíticos* versa sobre tratado do raciocínio, *Analíticos posteriores* que apresenta o raciocínio científico, *Tópicos*, pode ser entendido como um manual para debates e opiniões aceitas pela sociedade e finalmente *Elencos sofisticos* que funciona como um manual para identificar erros argumentativos.

A primeira fase da pesquisa, constitui-se de um levantamento bibliográfico realizado através de uma revisão de literatura, de materiais publicados, que apresentam a categoria de formação integral e as categorias aristotélicas relacionadas à educação, como palavra-chave de seus conteúdos. Delimitamos esta revisão, aos que foram publicados na biblioteca eletrônica Scielo, Revista Brasileira de Educação e plataforma Capes, porque entendemos que estes veículos são representativos e criteriosos para a análise do conceito de formação integral. Por ser uma investigação na área de filosofia da educação, nos reportamos a algumas obras de Aristóteles e alguns de seus mais representativos comentadores.

Iniciamos por investigar o que já foi escrito sobre a formação integral. Encontramos vários artigos, teses e dissertações. Entre eles destacamos o artigo de Lopez (2011), intitulado *A educação em Cuba: seus fundamentos e desafios*, porque aborda a educação sob o viés de política pública e destaca também o caráter político da educação e finalmente porque apresenta a formação integral como palavra-chave de seu conteúdo. Destacamos também o artigo de Rocha (2007), que apresenta o artigo, que traz por título, *O ensino de línguas para crianças no contexto educacional brasileiro: breves reflexões e possíveis provisões*, em especial, porque trata da política pública brasileira de educação e apresenta a teoria sócio-cultural de Vygotsky como elemento de reflexão sobre o fazer pedagógico. Destacamos ainda sobre a categoria formação integral, o artigo de Frigotto (2005), nominado de *Ensino Médio integrado: concepções e contradições*, onde é possível encontrar elementos importantes para a conceituação de formação integral, como por exemplo, a compreensão de omnilateralidade. E finalmente, o artigo de Pestana (2014), *Afinal, o que é educação integral?* que apresenta o tema da educação sob a perspectiva da formação integral, além de fazer uma retrospectiva histórica, dos movimentos nacionais de implantação de políticas públicas educacionais que apontam para uma formação integral do sujeito.

Em relação às categorias aristotélicas, destacamos o artigo de Gadotti (2000), *Escola cidadã educação para e pela cidadania*, onde o autor apresenta segundo nosso entendimento os elementos imprescindíveis para compreender o papel social da escola no contexto da formação integral do sujeito. Além desse artigo, mencionamos os livros de Cenci (2012), *Aristóteles e a Educação*, o livro de Houdakis (2001), *Aristóteles e a educação*, o livro de Berti (2013), *Convite à filosofia* e, finalmente, as obras *Ética a Nicômaco* e *A Política* de Aristóteles. Das leituras e estudos realizados a partir destes autores, identificamos e selecionamos as categorias de bem viver, virtude moral e sujeito político, para proceder a análise da possível aproximação entre o pensamento de Aristóteles e o conceito de formação integral.

Entendemos que esse procedimento está em concordância com o entendimento de Prodanov e Freitas (2013), que é o de conduzir “o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

Essa dissertação pretende contribuir com a pesquisa científica a respeito da educação e as perspectivas apontadas na direção da construção de uma sociedade mais justa, ética e próspera. Portanto, conforme Lakatos e Marconi (2003), a finalidade desta dissertação não é apenas emitir mais um relatório ou um levantamento de dados ou fatos empíricos, mas tem a finalidade de desenvolver uma interpretação reflexiva sobre os dados obtidos. Consideramos que a análise de categorias aristotélica, nos dá condições de verificar com mais profundidade a validade dos argumentos que sustentam a legitimidade das categorias políticas e suas relações com o conceito de formação integral do estudante.

Como a Proposta Curricular catarinense, sofreu várias atualizações desde o seu lançamento em 1991, por questão de profundidade, optamos por delimitar nossa investigação, no documento de atualização de 2014. E também porque é no Documento de 2014, que aparece de maneira direta o conceito de formação integral.

A justificativa, para procurar vestígios do pensamento Aristóteles na Proposta Curricular de Santa Catarina é o fato de que, a civilização ocidental desenvolveu-se a partir dos princípios filosóficos da Grécia Clássica, representada por Sócrates, Platão e Aristóteles. A escolha de Aristóteles, fundamenta-se no fato de que, este filósofo, possui uma obra extremamente vasta e completa, tratando de temas, os mais diversos possíveis. Para comprovar esta afirmação, podemos citar o rol de obras publicadas e estudadas a respeito das contribuições de Aristóteles, que podem ser encontradas na obra intitulada *Organon*, traduzido por Bini (2010). Em conformidade com as informações de Pessanha (1991), Aristóteles, viveu na Grécia no século IV a. C., é procedente da Macedônia, parte norte da Grécia. Sua vida acadêmica se desenvolve em Atenas, que era o grande centro cultural da época. Aristóteles faz parte do rol dos três principais filósofos da chamada filosofia clássica grega, composta por Sócrates, Platão e Aristóteles. Aristóteles era filho de um importante médico da Macedônia, o nome de seu pai era Nicômaco, e foi médico do Rei Amintas. Nasceu em Estagira, que na época era uma colônia grega da Trácia. Com 18 anos, mudou-se para o centro cultural da época, a cidade de Atenas. Lá ingressou na academia de Platão. De acordo com PESSANHA (1991), quando Aristóteles chegou em Atenas, haviam duas grandes

escolas. A de Isócrates que pretendia desenvolver no educando a *aretê*¹⁰ política, ou seja, a capacidade para lidar com os assuntos da cidade. Tratava-se da arte da persuasão, por meio do discurso, com o brilho dos recursos retóricos, capazes de emitir opiniões prováveis sobre coisas úteis. E de outro lado a Academia de Platão, que ensinava não uma arte persuasiva, mas a arte de descobrir os fundamentos da realidade, a chamada *episteme*¹¹. Isso significava, que o estudante deveria aprender a examinar o significado das palavras, contemplar as essências perenes e estáveis para encontrar a razão de ser das coisas, e a partir daí elaborar padrões de conduta humana coerentes com o mundo físico. É importante destacar que a escola de Isócrates, digamos assim, estava mais alinhada aos interesses da classe política da época, pois era uma escola preparatória para o exercício da arte política, marcada pelo discurso persuasivo, visto que o momento histórico era o da democracia¹².

Embora Aristóteles tenha sido o mais brilhante discípulo de Platão, quando este morreu, o escolhido para substituir o mestre na direção da Academia, foi o sobrinho de Platão, Espeusipo. Isso parece ter decepcionado Aristóteles que mudou-se para Assos, na Ásia Menor, onde um antigo integrante da Academia chamado Hérmiás, tinha chegado ao poder, se tornando governante. Por ironia do destino três anos depois Hérmiás veio a falecer.

No ano 343, porém, Aristóteles experimentou uma condição excepcional em sua vida, que foi o fato de ser convidado para ser o preceptor de Alexandre, um adolescente de 13 anos, filho do Rei Filipe da Macedônia, que viria a ser Alexandre O Grande. Foi durante o período em que Aristóteles era o tutor de Alexandre, que a Macedônia vence a guerra da *Queroneia*¹³. No ano de 336 a. C, o pai de Alexandre, Felipe é assassinado e Alexandre assume o trono. No ano seguinte, 335 a. C, Aristóteles retorna a Atenas, e funda uma escola chamada Liceu, que passou a rivalizar com a Academia. Uma das marcas da escola de Aristóteles era o fato de que

¹⁰ O Aretê do grego ἀρετή *aretê*,ês, segundo Jaeger (1966) é uma palavra de origem grega que não teria uma equivalente na língua portuguesa. No entanto, pode ser usada para designar a excelência humana, expressa na conduta marcada por comportamento nobre que, na vida particular como na guerra, se rege por normas corretas de conduta. Pode ser comparada a um código da nobreza cavaleiresca. (JAEGER, 1966, p. 25)

¹¹ Termo que designa o conhecimento real e verdadeiro, de caráter científico, que se opõe a opiniões insensatas e sem fundamento, muito empregado na filosofia grega ou no platonismo. Paradigma comum a variados saberes individuais, numa dada época, que partilham das mesmas qualidades, independentemente de suas diferenças características. (FOUCAULT, 2008).

¹² O termo origina-se do grego antigo δημοκρατία (*dēmokratía* ou governo do povo), que foi criado a partir de δῆμος (*demos* ou "povo") e κράτος (*kratos* ou "poder") no século V a.C. para denotar os sistemas políticos então existentes em cidades-Estados gregas, principalmente Atenas. De acordo com as informações do dicionário de filosofia de Abbagnano (1982), para Aristóteles a democracia se efetiva quando os liberais governam. (ABBAGNANO, 1982, p. 463)

¹³ A Batalha de Queroneia foi uma batalha disputada por Filipe II, rei da Macedônia, é considerada a batalha decisiva do século IV a. C., disputada pelos hoplitas representando o lado grego. Em resumo, o resultado foi a ascensão da Macedônia sob o comando de Felipe, que forçou Atenas reconhecer publicamente, através da Paz de Filócrates (346), a própria inferioridade e fraqueza. (CARTLEDGE, 2002, p. 259)

seus discípulos passeavam enquanto debatiam temas, de onde surgiu o termo *peripatéticos*¹⁴. O Liceu apresentava o diferencial de dedicar-se ao estudo das ciências naturais.

A segunda razão para ter escolhido Aristóteles, para fundamentar teoricamente esta pesquisa, justifica-se pelo fato de que, este filósofo dedica uma de suas obras a investigar a ética, que de acordo com o dicionário de obras filosóficas Huisman (2000), designa as concepções morais nas quais um ser humano tem fé. A obra de Aristóteles, chama-se *Ética a Nicômaco*. Nesta, Aristóteles aponta que o objetivo principal do ser humano é o bem, mesmo que seus atos e discursos sejam incoerentes com ele. Além disso, de maneira geral, os seres humanos identificam o bem supremo como a felicidade. Imagino que o leitor possa estar fazendo a seguinte indagação: Qual é a relação destas ideias de Aristóteles com educação? Embora seja consenso entre os estudiosos de Aristóteles, entre eles Enrico Berti (2013), Angelo Vitória Cenci (2012) e Antoine Hourdakis (2001), que não haja hoje uma obra específica sobre educação, embora considera-se que ele a tenha escrito, no entanto, as contribuições das reflexões acerca da vida pública do sujeito, presentes principalmente na obra a *Política*, nos dão algumas pistas sobre as categorias do comportamento humano, que parecem ser de extrema importância para a formação do cidadão, como por exemplo do ideal ético e político do bem viver, apontado por Cenci (2012) quando escreve sobre as contribuições de Aristóteles para a educação versando sobre o ideal do bem viver e a virtude moral.

Após esta sucinta apresentação de Aristóteles, apresentamos uma breve síntese da obra deste iminente filósofo, que o coloca entre os homens mais importantes para a história da civilização ocidental. Partido da leitura das fontes mencionadas nessa dissertação, é possível dizer algo sobre o caráter de Aristóteles, pontuando que este seria uma pessoa imersa na elaboração de seu sistema filosófico, e que naturalmente não teria se deixado distrair por motivos práticos ou sentimentais. E até mesmo dizer que a vida de Aristóteles teria sido mais uniforme e linear, dedicando suas energias na investigação científica, colocando em segundo plano as questões da vida prática. De acordo com Bini (2010), a lista de obras de Aristóteles, segundo a clássica ordenação do *corpus aristotelicum*¹⁵ de Andrônico de Rodes, chega ao

¹⁴ Peripatético (em grego, περιπατητικός), é a palavra grega para 'ambulante' ou 'itinerante'. Peripatéticos (ou 'os que passeiam') eram discípulos de Aristóteles, em razão do hábito do filósofo de ensinar ao ar livre, caminhando enquanto lia e dava preleções, por sob os portais cobertos do Liceu, conhecidos como peripatoi, ou sob as árvores que o cercavam. Fundamentos da doutrina aristotélica que passaram à tradição filosófica e inspiraram as escolas que são vinculadas à Aristóteles. (ABBAGNANO, 1982, p. 75)

¹⁵ *Corpus aristotelicum* são os mais de trinta tratados escritos por Aristóteles que chegaram até nós e que constituem provavelmente seu trabalho de caráter didático. Os escritos de Aristóteles dividem-se em dois grupos:

número de 146 títulos, portanto sua atividade literária foi vasta e intensa. É possível afirmar que Aristóteles assimilou o conhecimento anterior a ele e acrescentou sua contribuição em todas as áreas. Ainda de acordo com o *corpus aristotelicum* podemos enumerar as diversas direções do pensamento ocidental explorado por Aristóteles, tais como a área da lógica, da física, da metafísica, da moral, da política, da retórica e da poética.

O pensamento filosófico de Aristóteles é conhecido como teorético, por tentar decifrar o enigma do universo. O problema filosófico fundamental proposto por Aristóteles é o problema do ser e o objeto investigado para a resolução de seu problema são as essências imutáveis e a razão última das coisas, conhecidas como o universal e o necessário. É possível afirmar, após a leitura de sua obra, que sua filosofia parte da experiência e é dedutiva.

De acordo com a apresentação das obras de Aristóteles na tradução e comentários de Bini (2010), do *Organon*, é possível observar que seu pensamento pode ser organizado em escritos sob a influência de Platão e escritos da maturidade. Os escritos da maturidade são enumerados como *Poemas, Eudemo, Protépticos, Da Monarquia, da Colonização, Constituições, Da Filosofia, Metafísica, Ética a Eudemo, Política, Física e Do Céu*. Já os escritos da maturidade, que são os escritos que provavelmente foram desenvolvidos e redigidos no Liceu entre os anos 335 a 323 a. C, que foram a *Analítica ou Órganon, Física, Metafísica, Ética a Nicômaco, Política, Retórica e Poética*. De toda esta lista de obras de Aristóteles para atingir os objetivos desta dissertação, decidimos nos ater duas obras da maturidade de Aristóteles, quais sejam, a *Ética a Nicômaco* e *A Política*. E ainda *Da Geração e da Corrupção*. A primeira está dividida em dez livros e aborda os aspectos da ciência da ação individual, ou ética, desenvolvida a partir das ideias de bem, de virtude, de vício, paixão, desejo, apetite, prazer e dor. A segunda está dividida em oito livros e trata de vários aspectos da ciência da ação do sujeito como ser social ou político, apresentando as ideias de família, economia, doutrinas políticas, conceitos políticos, caráter dos estados e dos cidadãos, as formas de governo, as transformações e revoluções nos estados e a educação do cidadão, entre outros. E a terceira procura elucidar as questões relativas ao vir a ser e o decaimento da natureza.

Como pretendemos direcionar nossa pesquisa, para o enfoque da relevância do entendimento do ser humano, como sujeito político. Apresentamos a seguir alguns elementos da obra de Aristóteles que levarão o leitor a familiarizar-se com essa categoria desse iminente

os 'exotéricos' e os 'esotéricos'. Os escritos exotéricos são os diálogos e introduções (protréptico) e os escritos esotéricos são os tratados ou ainda o *Corpus aristotelicum*. (ARISTÓTELES, 2010)

filósofo clássico. Destacamos que o referencial teórico dessa dissertação são as obras *A Política e Ética a Nicômaco* de Aristóteles. Tomamos ainda como referencial teórico secundário, as contribuições de grandes estudiosos de Aristóteles, entre eles, Cenci (2012), Berti (2013) e Hourdakakis (2001).

Um dos primeiros aspectos da categoria política em Aristóteles, é o fato de que, esta é essencialmente ligada à moral. Isso porque, segundo Aristóteles o fim último do Estado é a virtude. Ou seja, cabe ao Estado a tarefa da formação moral dos cidadãos, e ainda oferecer os meios necessários para que tal formação se concretize. O Estado em Aristóteles deve ser entendido como um organismo, pois segundo Aristóteles afirma *n'Apolítica*:

Além disso, a cidade é por natureza anterior a família e a cada um de n's, individualmente considerando; é que o todo é, necessariamente, anterior à parte. Se o corpo como um todo é destruído, não haverá nem pé nem mão, exceto por homonímia, no sentido em que falamos de uma mão feita de pedra: uma deste gênero será uma mão morta; tudo é definido segundo sua capacidade ou função. Ora, todas as coisas definem-se pela sua função e pelas suas faculdades; quando já não se encontram operantes não devemos afirmar que são a mesma coisa, mas apenas tem o mesmo nome. É evidente que a cidade é, anterior ao indivíduo, porque se um indivíduo separado não é auto suficiente, permanecerá em relação à cidade como as partes em relação ao todo. (ARISTÓTELES, 1998. p. 55, 1253a)

Há ainda a distinção entre política e moral, sendo a primeira uma doutrina moral cujo o objetivo é a coletividade, e a segunda uma doutrina moral que tem como objetivo o indivíduo. Portanto, partindo destas premissas, o estado é superior ao indivíduo, porque supõe que a coletividade seja superior ao indivíduo, o bem comum superior ao bem particular. Dito isso, somos levados a entender que é somente no Estado que o ser humano conseguira satisfazer todas as suas necessidades, pois ao concordar com Aristóteles que o ser humano é essencialmente um ser social e político, conforme escreve Aristóteles:

A razão pela qual o homem, mais do que uma abelha ou animal gregário, é um ser vivo político em sentido pleno, é óbvia. A natureza, conforme dizemos, não faz nada ao desbarato, e só o homem, de entre todos os seres vivos possui a palavra. Assim, enquanto a voz indica prazer ou sofrimento, e nesse sentido é também atributo de outros animais (cuja natureza também atinge sensações de dor e de prazer e é capaz de indicar) o discurso, por outro lado, serve para tornar claro o útil e o prejudicial e, por conseguinte, o justo e o injusto. É que, perante os outros seres vivos, o homem tem as suas peculiaridades: só ele sente o bem e o mal, o justo e o injusto; é a comunidade destes sentimentos que produz a família e a cidade. (ARISTÓTELES, 1998, p.55, 1253a)

Entendemos que esta condição do ser humano, exige um ambiente apropriado onde ele possa desenvolver suas potencialidades, realizando assim sua completude. Esse ambiente não é outro senão o Estado, pois conforme já mencionamos anteriormente, segundo o entendimento de Aristóteles, é um organismo moral que deve oferecer as condições necessárias para o sujeito exercer a atividade contemplativa.

Segundo Aristóteles o Estado se origina por conta da natureza social e política do ser humano. A função do Estado é a de prover a satisfação das necessidades materiais de sobrevivência, de segurança, de conservação e de engrandecimento, que de outra maneira não seria possível ao ser humano. Mas Aristóteles considera que a finalidade essencial do Estado é espiritual. Ou seja, deve prover a virtude, condição inalienável para que os cidadãos atinjam a felicidade mediante a ciência. A partir dessa constatação, é possível compreender, que a tarefa essencial do estado é a educação, cuja finalidade seria desenvolver de forma harmônica e hierárquica todas as faculdades, dando prioridade às espirituais e intelectuais, depois as materiais e físicas. Portanto, é possível deduzir que, para Aristóteles o fim da educação, é formar o ser humano, a partir das artes liberais, tais como a poesia e a música, e não a partir das artes da guerra. No seu entender, o Estado não deve elevar a conquista acima da virtude, pois considera que a guerra, assim como trabalho, são apenas meios, para a paz e o lazer sábio. Somos conscientes que a seguir viriam temas importantes da obra de Aristóteles como a sua concepção de família, de cidadão livre e escravo por exemplo. No entanto, não entraremos nestas categorias, para não nos alongarmos muito e acabarmos fugindo do nosso foco, que são as categorias relacionadas à educação. Portanto, descreveremos a seguir, às formas de governo do Estado. Partido da leitura da Política de Aristóteles é possível distinguir três principais formas de governo, a monarquia, que é o governo de um só, que apresenta como característica valorosa é a unidade e a degenerativa é a tirania, a aristocracia, que é o governo de poucos, em que a característica valorosa é a qualidade e a degenerativa é a oligarquia e a democracia, que apresenta como característica valorosa a liberdade e degenerativa é a demagogia. A forma de governo que supostamente seria a preferência de A. seria uma forma de república democrático-intelectual, considerada a forma de governo clássica da Grécia, particularmente de Atenas. Porém, dado o seu profundo realismo, Aristóteles considera que a melhor forma de governo seria aquela que se acomodaria às situações históricas e às circunstâncias de um determinado povo. Mas acima de tudo, considera que o estado deveria ser regido por uma constituição que determine como meta principal o bem comum e não a vantagem de quem governa despoticamente.

Depois desta compreensão aristotélica do ser humano enquanto ser social e político, apresentaremos a sua compreensão do ser humano enquanto ser vivente. Que tem por princípio a alma, que no seu entendimento é o princípio que torna o corpo efetivo, conforme afirma em: "Por isso, a alma é a efetividade primeira de corpo natural que em potência possui vida."(ARISTÓTELES, 2002, p. 27, 412a). Para melhor entendimento deste ponto de vista aristotélico, relacionado ao aspecto psicológico do ser humano, ele nos apresenta a distinção entre vida dos seres vegetais e a vida dos seres animais. Enquanto que o princípio dos seres vegetais é a alma vegetativa representada pelos movimentos de nutrição e a reprodução, na vida animal o princípio é a alma sensitiva, representada pelos movimentos de sensibilidade e locomoção. Já o ser humano evolui ainda mais, pois além de sua alma possuir os princípios vegetativo e sensitivo, também possui o princípio racional, que se caracteriza pelo movimento do pensamento. Aristóteles apresenta essa hierarquia de almas, onde a mais evoluída cumpre também as funções da alma inferior. A principal diferença entre a concepção de alma entre Aristóteles e Platão, repousa no fato de que Aristóteles entende que o corpo não é um obstáculo para o desenvolvimento das potencialidades da alma, mas sim um instrumento para a alma racional atingir seu pleno desenvolvimento. Neste sentido, entende o ser humano como uma unidade substancial de alma e corpo, em que a alma cumpre as funções de forma em relação à matéria, que compõe o corpo. E a alma humana, é entendida como racionalidade, inteligência e pensamento, pois para ele a alma é espírito. Importante destacar uma vez mais, que a alma superior, que é a racional, da qual é dotado o ser humano, cumpre também as funções das almas vegetativas e sensitivas. Assim, a alma humana, possui várias faculdades ou funções, porque se manifesta com atos diversos, como por exemplo, os movimentos de nutrição, reprodução, sensibilidade, locomoção e pensamento. No entanto, Aristóteles apresenta duas faculdades do espírito humano como fundamentais, que é a teórica e a prática. A teórica representa os atos de cognição e contemplação, enquanto que a prática representa os atos de operação e atividade.

Outro aspecto importante a ser apresentado é a compreensão aristotélica do conhecimento sensível. Também pode ser entendido como a sensação, que para ele pressupõe um ato físico, que é a ação do objeto sensível sobre o ser que tem a faculdade de sentir, por intermédio de um meio ou canal. No entanto, esse fato físico só se tornará um fato psíquico, ou seja, na sensação propriamente dita, em virtude do movimento sensitivo da alma. Partindo dessa compreensão, a questão que se coloca é que, sendo a sensação o resultado do movimento do objeto sobre o ser sensível, de onde provem então, a falsa percepção deste

objeto. Aristóteles responde que a falsidade ou a possibilidade da falsidade reside no processo de síntese ou do julgamento. Como o movimento da sensibilidade é desempenhado por diversos órgãos do corpo, a alma racional opera uma espécie de banco de dados que são coletados e a partir das informações armazenadas e emite um juízo, elaborando assim, as representações e percepções.

De maneira sintética, porém não menos profunda, podemos identificar na categoria do sentido, o particular, o contingente, o mutável e o material. Na categoria do intelecto, o universal, o necessário, o imutável, o imaterial, as essências, as formas das coisas e os princípios primeiros do ser. Essas são as principais categorias das atividades teóricas. Já as categorias das atividades práticas são o apetite e a vontade. O apetite pode ser entendido, como a tendência do ser humano a ser guiado pelo conhecimento sensível, e concebido como movimento finalista, que orienta-se pelo sentimento, que é forjado pelo conhecimento sensível. Já a vontade, é definida como impulso, o apetite guiado pela razão e é própria da alma racional. Portanto, é possível concluir que de acordo com o pensamento de Aristóteles a atividade fundamental da alma é a atividade teórica e cognoscitiva, que irão coordenar a prática ativa tanto no grau sensível como no grau inteligível. Essas informações sobre o pensamento de Aristóteles a respeito do conhecimento e como ele se articula, nos leva a ponderar sobre magnitude da educação no processo de formação do ser humano. Diante do exposto anteriormente, no que se refere a possibilidade da falsa percepção, nos parece que a tarefa primordial da educação seria atuar justamente no combate a esta possibilidade.

No que diz respeito a cosmologia de Aristóteles as categorias que podem ser destacadas são ato, potência e movimento do ser. A potência deve ser entendida como aquilo que o ser poderá vir a ser. O ato aquilo que o ser atingiu de seu potencial e o movimento é justamente o processo de conversão da potência em ato. De maneira mais singela, é possível fazer uma analogia utilizando a semente de um vegetal qualquer. Tememos para ilustrar o tema, a semente de araucária, planta típica da região sul do Brasil. A semente da araucária, conhecida como pinhão, representa a potência da araucária. O que ela poderá vir a ser, uma gigantesca árvore, que pode atingir dezenas de metros de altura. O ato, a árvore em seu apogeu, majestosa, ativa plenamente visível fisicamente. O movimento o processo de germinação, nascimento, crescimento, desenvolvimento, maturação, florescimento, produção de sementes. Aristóteles distingue quatro espécies de movimento, o substancial que se refere a mudança de forma, representado pelo nascimento e morte. O qualitativo que se refere a mudança de propriedade, ou seja, as propriedades físicas da semente de araucária, por

exemplo, são notadamente diferentes das propriedades físicas de uma araucária plenamente desenvolvida. O movimento quantitativo, representados pelo crescimento e diminuição. E finalmente o movimento espacial, que é representado pela mudança de lugar do ser. O espaço pode ser definido como o limite do corpo do ser. Não menos importante, é a noção de tempo, que pode ser entendida, como o número, a medida do movimento segundo a razão, a noção do antes e do depois, sem o qual não seria possível determinar o movimento do ser progredindo de potência para ato.

Finalizando nosso comentário sobre a cosmologia aristotélica, apresentamos a categoria da finalidade do ser. Para Aristóteles a finalidade do ser é atingir o mais alto grau de beleza. O belo deve ser compreendido como o mais elevado grau de atomização da potencia do ser. Quanto mais o ser realiza sua potência, mais belo é. Quanto mais vistosa é uma araucária, no sentido em que suas características possam ser contempladas pelos sentidos, mais bela é.

Conscientes de que não é possível sintetizar o pensamento de Aristóteles de forma coerente em uma dissertação de mestrado. Imaginamos que as pinceladas até aqui apresentadas, serão relevantes para que o leitor seja instigado a desvendar através da leitura, este clássico da filosofia grega, cujo seu legado, permeia todos os vieses do conhecimento e da cultura ocidental.

Procedermos a partir de agora, uma reflexão sobre as contribuições de Aristóteles para encontramos elementos, que nos ajudem a compreender de que forma, poderemos colaborar no aperfeiçoamento da organização da sociedade, para que esta seja o lugar privilegiado, onde o ser humano possa atingir seu pleno desenvolvimento, alcançando a felicidade, que nas palavras de Aristóteles é:

[...] uma atividade de acordo com a excelência, é compreensível que terá de ser de acordo com a mais poderosa das excelências, a excelência da melhor parte do humano. Seja a melhor parte do humano o poder de compreensão ou qualquer outra coisa que pareça, por natureza, comandar-nos, conduzir-nos ou dar-nos uma compreensão intrínseca do que é belo e divino – seja isso mesmo divino em si, ou a mais divina das possibilidades que existem em nós - , a atividade desta dimensão será de acordo com a excelência que lhe pertence. Tal será a felicidade na sua completude máxima. Uma tal atividade é, como dissemos, contemplativa. (ARISTÓTELES, 2009, p. 234, 1177a12-15)

Portanto, a felicidade pode ser entendida como o estágio mais avançado de desenvolvimento da existência do ser humano, que por conseguinte, será atingido, se a meta de tudo o que fizemos coincidir com o sumo bem. Este estágio, deverá ser galgado pela

prática de atividades virtuosas. Na obra *Ética a Nicômaco*, Aristóteles apresenta algumas categorias de ações que cooperariam para que o sujeito seja considerado virtuoso. Entre elas podemos elencar a coragem, a temperança, liberdade, a magnificência, a calma, os meios-termos, a justiça, sabedoria prática, virtude moral, a inteligência e o discernimento. Partindo desta lista, é possível supor, que a tarefa do Estado no que diz respeito a educação do cidadão será uma tarefa especialmente complexa, dada extensa lista de princípios que deverão nortear o agir do sujeito, de modo que este seja virtuoso. Porém, de forma resumida, é possível pinçar um fragmento do pensamento de Aristóteles que nos aponta uma espécie de regra básica, como por exemplo:

Há três possibilidades relativamente às quais se definem as escolhas do que devemos perseguir e do que devemos preterir e evitar. Devemos escolher o belo, o vantajoso e o agradável; devemos por outro lado, evitar os seus contrários, isto é, o feio, o nocivo e o desagradável. Relativamente a todas estas possibilidades, o homem de bem é capaz de as escolher corretamente e o perverso erradamente (ARISTÓTELES, 2009, p. 44, 1105a1)

Diante do exposto até aqui, sobre Aristóteles, sua biografia, suas obras e as contribuições de pesquisadores que refletiram sobre as contribuições de Aristóteles no campo da educação, consideramos que foram expostas algumas justificativas, plausíveis para apontá-lo, como principal referencial teórico dessa pesquisa.

Ao finalizarmos esta parte introdutória, apontamos para as categorias que, após o estado da arte, elegemos como imprescindíveis para a compreensão do contexto da educação. São elas, a Formação Integral, a Virtude Moral, o Bem Viver e o Sujeito Político. Partimos do pressuposto de que, o pensamento filosófico de Aristóteles, possui elementos chaves para a compreensão do sentido da educação e o papel do educador no processo de formação do sujeito para vida feliz ou *eudaimonia*¹⁶. Por esta razão, no capítulo seguinte, apresentamos um estudo sobre as categorias aristotélicas de bem viver, virtude moral e sujeito político, que foram identificadas a partir da leitura e estudo de comentadores do pensamento de Aristóteles em relação à educação, como é o caso de Cenci (2012), Berti (2013), Gadotti (2000) e Hourdakís (2001), já mencionados anteriormente. Por outro lado, da mesma forma, apresentaremos no próximo capítulo um subcapítulo composto por um estudo sobre o conceito de formação integral, suas possíveis interpretações, e sua evolução histórica no contexto da educação brasileira.

¹⁶ Eudaimonia (do grego antigo: εὐδαιμονία) que significa felicidade, em latim, *felicitas* ou *beatitudo*. O termo é composto por **daímon** e **eu**, formando o conceito de estado de contentamento estável em que se encontra o espírito. (GOBRY, 2007)

2 CATEGORIAS ARISTÉLICAS E FORMAÇÃO INTEGRAL

Provocar um estudo reflexivo sobre a educação, é o nosso intuito nesta dissertação. Nos parece pertinente que, ao estudar e refletir sobre a educação, sejam apresentados os conceitos de educação, *eudaimonia*, *thauma*, *bildung* e *paideia*, que nos parecem estar intimamente relacionados com a categoria de formação integral. Iniciamos o percurso desse capítulo apresentando algumas considerações de Aristóteles a respeito da educação, relacionando-as com o entendimento de formação integral. Na sequência, apresentamos um estudo reflexivo sobre as categorias aristotélicas de bem viver, virtude moral e sujeito político e, finalmente, apontamos os aspectos que aproximam o pensamento de Aristóteles do conceito de formação integral.

Iniciamos apresentando o entendimento filosófico acerca do conceito de educação, que segundo Abbagnano (1982), a educação pode ser entendida como a transmissão e o aprendizado do conjunto das técnicas culturais, como as de uso, de produção e de comportamento, mediante as quais, os seres humanos conseguem satisfazer suas necessidades, proteger-se contra as adversidades dos ambientes físico e biológico, enfim, trabalhar em conjunto de forma ordenada e pacífica. Ainda segundo Abbagnano (1982), qualquer sociedade humana, não poderia sobreviver se a sua cultura não fosse transmitida de geração a geração. E as modalidades dessa transmissão cultural sintetizam o que chamamos de educação. No entanto, chamamos a atenção do leitor, para o aspecto da definição de educação que diz respeito a capacidade dos sujeitos de uma sociedade, de corrigir e aperfeiçoar as técnicas que lhes são transmitidas.

Partindo desta definição de educação, que vai além da transmissão de técnicas. Para além disso, consiste na arte de despertar nos sujeitos a capacidade de corrigir e aperfeiçoar¹⁷ a cultura que herda de seus antepassados. É em Aristóteles que buscamos as bases filosóficas para balizar as ações de correção e aperfeiçoamento da conduta humana. Considerando o que Aristóteles (2009) nos apresenta em *Ética a Nicômaco*, é possível compreender que a educação visa à virtude. E, portanto, a educação seria o caminho para tornar possível ao sujeito alcançar a excelência moral, que corresponderia a uma conduta dirigida pela razão.

Dando continuidade à reflexão sobre o pensamento aristotélico a respeito da educação, que vem sendo apresentado e discutido, constatamos que a categoria política possui relação

¹⁷ Nesse sentido, o conceito de educação aqui, pretende abarcar o sentido de tornar possível, através da iniciativa dos sujeitos, o aperfeiçoamento das técnicas. Portanto, a educação tem como meta a formação do sujeito e a sua cultura, dando condições para o seu amadurecimento e a consecução de sua forma completa ou perfeita. (ABBAGNANO, 1982, p. 289).

muito próxima das categorias virtude e moral. Essa proximidade é revelada, pelo fato de que, segundo Aristóteles o fim último do Estado é a virtude, ou seja, dar conta da formação moral dos sujeitos, inclusive oferecendo os meios necessários para isso, conforme podemos constatar nas palavras de Aristóteles (1998):

Por outro lado, os que se interessam pela boa legislação indagam acerca das virtudes e dos vícios cívicos. A conclusão clara é de que a cidade que é verdadeiramente cidade, e não apenas de nome, deve preocupar-se com a virtude. Se assim não fosse, a comunidade política decairia numa aliança que apenas se distinguiria pela contiguidade local de outras alianças, em que os membros vivem a uma certa distância uns dos outros. E a lei também tornar-se-ia um simples convênio – ou na frase do sofista Licofronte “uma garantia dos direitos dos homens – mas incapaz de tornar bons e justos os cidadãos. (ARISTÓTELES, 1998, p. 219, 1280b).

Embora, haja uma distinção muito clara entre os conceitos de política, moral e ética, no pensamento aristotélico, essa tríade forma um conjunto harmônico, sem a qual o Estado seria impraticável. Esse tema será tratado de forma mais profunda nas próximas seções. Todavia, apresentamos aqui, uma breve nota sobre isso. Considerando o Estado um organismo moral, conforme o pensamento aristotélico *n’A Política*, que oferece condições e complementos para a atividade moral individual, além de fundamento primeiro da suprema atividade contemplativa. Nesse contexto, a política se distingue da moral, visto que a primeira tem como objetivo a coletividade e a segunda o indivíduo. Portanto, a ética é a doutrina moral individual e a política é a doutrina moral social.

Importante destacar também que o Estado é uma instância superior ao indivíduo, isto porque, na linha de raciocínio aristotélico, o bem comum é considerado superior ou mais importante que o bem particular. E ainda mais, somente no Estado, é que o indivíduo usufruirá da satisfação de todas as suas necessidades, visto que é um animal social e político ou cívico, essa ideia pode ser referendada *n’A Política* de Aristóteles (1998):

É evidente que a cidade é, por natureza, anterior ao indivíduo, porque se um indivíduo separado não é autossuficiente, permanecerá em relação à cidade como as partes em relação ao todo. Quem for incapaz de se associar ou que não sente essa necessidade por causa de sua autossuficiência, não faz parte de qualquer cidade e será um bicho ou um deus.

É decerto natural a tendência que existe em todos os homens para formar uma comunidade deste gênero, mas quem primeiro estabeleceu foi a causa de grandes benefícios. Tal como o homem é o melhor dos animais quando atinge seu pleno desenvolvimento, do mesmo modo, quando afastado da lei e da justiça, será o pior. (ARISTÓTELES, 1998, p.55, 1253a25-30)

Portanto, como podemos constatar, a realização da sua perfeição ou a atomização de suas potencialidades, só se efetuarão, de forma mais plena, com as contribuições da sociedade ou do Estado, mediados pela fala, como laço que permite integrar os sujeitos ao seu meio cultural. Após esta explanação do pensamento aristotélico a respeito da importância da política para vida cívica dos sujeitos, apresentamos o objetivo a ser perseguido pela política, que é a *eudaimonia*.

Consideramos importante que o leitor entenda bem o conceito de *eudaimonia*, porque ele é a chave para identificarmos o sentido da vida, segundo o pensamento de Aristóteles. Para entender *eudaimonia*, na concepção de Aristóteles, é necessário visitar sua obra *Ética a Nicômaco*, no Livro I, ali é possível encontrar algumas ponderações pertinentes e esclarecedoras. Por exemplo, em *Ética a Nicômaco* (1095a15-30), distingue os principais pontos de vista sobre três estilos de vida, a saber a vida de prazer, vida política e vida contemplativa. No entanto, é possível identificar, uma certa dificuldade de Aristóteles, para definir o prazer como *eudaimonia*. Tal dificuldade provém do fato de que o prazer não é um bem em si, mas uma espécie de fim superveniente, conforme Aristóteles (2009) em:

O prazer leva à atividade a uma maior completude, não da mesma maneira que a disposição o faz, estando já disponível de modo imanente, mas como uma espécie de finalização superveniente a um processo de desenvolvimento, semelhante ao modo como a força e o vigor sobrevêm aos que estão na flor da idade. (ARISTÓTELES, 2009, p. 228. 1174b34-38)

Outro conceito importante para aproximar o pensamento de Aristóteles com a educação é o de *Thauma*, que é reconhecido pelos estudiosos da obra de Aristóteles, como o princípio da filosofia, ou seja, maravilhar-se, ficar encantado, admirado. Dentre as leituras sobre este conceito, escolhemos a tese de doutorado de LYRA (2003), que apresenta uma boa reflexão sobre a origem e polissemia de *Thauma*. De acordo com LYRA (2003), é possível encontrar de forma organizada e bem articulada a ontológica passagem em que Sócrates afirma: não foi um "mau genealogista quem disse que Íris¹⁸ era filha de Taumante¹⁹

¹⁸ Íris (em grego Ἴρις) na mitologia grega, era a filha de Taumas e de Electra; Taumas era filho de Ponto e de Gaia, e Electra era uma das oceânides, as filhas de Oceano e Tétis. Íris é casada com Zéfiro. Suas irmãs eram Arce e as harpias: Aelo, Celeno e Ocípite. Íris era a personificação do arco-íris e mensageira dos deuses. Como o arco-íris para unir a Terra e o céu. Íris é a mensageira dos deuses para os seres humanos. (GRIMAL, 2005)

¹⁹ Na mitologia grega, Taumante ou Thaumatas (em grego antigo Θαύμας Thaumatas, "maravilha", "milagre") era o filho de Gea e Ponto, e pertence ao grupo das divindades marítimas primordiais. (GRIMAL, 2005).

(Thaumantos)", que segundo Lyra (2003), trata-se de uma menção implícita à Teogonia²⁰ (VIII a.C.) de Hesíodo. Hesíodo (1995) relata, que a Terra (Gaia) "pariu a infecunda planície impetuosa de ondas, o Mar (Ponton)" e que este, amante da mãe, "gerou também o grande Espanto (Thaumanta)". Íris, a filha do Espanto, é por sua vez definida como mensageira de "ágeis pés" e zeladora dos juramentos dos deuses. Consideramos pertinente e até interessante mencionar a origem mitológica de *Thauma*. No entanto, queremos nos ater ao entendimento de Aristóteles, que de acordo com Lyra (2003), aponta para a tradução de *Thauma* como admiração, veja a seguir um trecho da tese:

A opção por admiração, vale insistir, nos termos em que a discussão vem sendo aqui encaminhada, revela um entendimento menos polissêmico, menos problemático ou espantoso – se convém fazer essa dobra. Mas como essa passagem se insere no contexto de uma recém-iniciada discussão sobre a natureza do conhecimento em geral, e sobre uma hierarquização que põe a filosofia como sua forma mais elevada, alguns desdobramentos importantes podem ser explorados. Trata-se, sobretudo, de não perder de vista, em sua magnitude, a explosão geradora da constelação filosófica ocidental, na qual, de todo modo, se movem estas indagações. É conhecidíssima, por exemplo, a frase de abertura da Metafísica, que diz que "todos os homens desejam por natureza conhecer", e que "assim o indica o amor (agapesis) aos sentidos". (Lyra, 2003, p. 125 - 126)

Em conformidade com nosso objetivo, de aprofundar a reflexão sobre a educação, em especial a formação integral, nos parece que esse desejo natural, que o ser humano sente pelo conhecer, segundo Aristóteles, seria o ponto de partida para articular a arte da educação de maneira eficiente e eficaz. Por esta razão, consideramos que, ao refletir sobre a educação, é necessário rever os procedimentos pedagógicos. Ou seja, rever as estratégias que estão sendo utilizadas em sala de aula para estimular a curiosidade dos estudantes. Na perspectiva da Proposta Curricular Catarinense de 2014, cabe ao professor, como mediador, encontrar maneiras para despertar o senso investigativo do estudante. Para melhor ilustrar esta temática e a nossa compreensão de *Thauma*, mencionamos aqui a canção de Bob Thiele e George David Weiss escrita em 1968, interpretada por Louis Armstrong, intitulada "What a Wonderful World" (Que mundo maravilhoso):

Que mundo maravilhoso
 Vejo árvores verdes
 Rosas vermelhas também
 Vejo-as florescer
 Para mim e para você
 E eu penso comigo mesmo
 Que mundo maravilhoso

²⁰ Teogonia (em grego: Θεογονία). Traduzido como a geração dos deuses e do mundo, ou ainda a cosmologia mítica. (ABBAGNANO, 1982, p. 913)

Eu vejo o céu azul
 E nuvens brancas
 O abençoado dia claro
 A sagrada noite escura
 E eu penso comigo mesmo
 Que mundo maravilhoso

As cores do arco-íris
 Tão bonitas no céu
 Estão também nos rostos
 Das pessoas a passar
 Eu vejo amigos se cumprimentando
 Dizendo: "Como você vai?"
 Eles estão realmente dizendo
 "Eu te amo"

Eu ouço bebês chorando
 eu os vejo crescendo
 Eles vão aprender muito mais
 do que eu jamais vou saber
 E eu penso comigo mesmo
 Que mundo maravilhoso

Sim, eu penso comigo mesmo
 Que mundo maravilhoso
 (THIELE; WEISS, 2016)

Consideramos que a letra desta canção, pode nos aproximar do entendimento do termo *Thauma*, e sua aplicação na arte da educação. E mais ainda, nos aproxima do entendimento aristotélico de bem viver. Esta afirmação pode ser referendada pela mensagem que é possível abstrair da letra da música. Certamente que muitas interpretações poderão ser feitas. No entanto, apontamos para a importância de dar atenção ao que é percebido pelos sentidos, como por exemplo as belezas e a harmonia da natureza. A incomensurabilidade do cosmos. O compasso perfeito e imutável do tempo, em sua alternância entre dia e noite. A beleza das cores do arco-íris, que representa a agradável sensação que o colorido provoca em nós. A necessidade humana de conviver e cultivar a amizade. E para finalizar, a maravilhosa constatação que estamos em constante evolução, pois os bebês que hora nascem, terão muitas outras oportunidades e facilidades para melhor conhecer esse mundo maravilhoso, que por vezes se nos apresenta como enigma, desafiando nossa racionalidade para solucionar problemas ora emergidos da própria natureza e do cosmo e ora produzidos por nossa capacidade de interferir na ordem da sociedade e da natureza.

N'A *Política*, de Aristóteles (1998), é possível encontrar alguns elementos de seu pensamento, que poderão nos permitir levantar as categorias relacionadas à educação. Inicialmente ao tratar do tema, Aristóteles aponta que a educação inicia-se desde o

nascimento, quando a principal atenção deve ser dada ao tipo de alimentação que irá nutrir a criança. Além da alimentação, é preciso considerar os tipos de movimentos, inclusive chaga a mencionar o uso de certos instrumentos artificiais, que permitam manter o corpo reto. Por incrível que parece, aponta que desde o nascimento a criança, seria bom acostamá-las ao frio, por considerar que tal exposição, fará um bem à saúde e às futuras funções militares. Cita por exemplo que algumas nações bárbaras tinham o costume de mergulhar a criança no rio ou em água fresca. Outras, como os celtas, as vestiam ligeiramente. Observa que, para qualquer que seja a prática que se queira acostamá-las, é necessário começar desde a tenra infância, observa porém, que se deve iniciar aos poucos. Até aos cinco anos, observa que não é conveniente, que se ensine nada nem as submeta ao trabalho. Para o crescimento saudável, só é necessário mantê-las em movimento, para prevení-las da preguiça e do peso. Resume estes movimentos em apenas ações da vida e brincadeiras, observando para que não sejam desonestas, nem penosas, nem destituídas de ação. Não se deve proibir o choro e os movimentos expansivos. Um dos cuidados curiosos, é que até os sete anos, as crianças devem ser privadas de ver cenas que ferem o pudor e até mesmo conversas indecentes, pois considera que da licenciosidade verbal à ação não há muita distância, e se passa de uma a outra mui facilmente. Da mesma forma, deve ser proibida a exposição visual, como pinturas e estátuas. Considera ainda, que é importante preservar os jovens das más impressões da realidade. Entendia que determinados assuntos, como a vida pública, a exposição a atividades dos adultos, só deveria ser feito com o devido grau de maturidade. Destaca ainda, que dos cinco aos sete anos o sujeito deve apenas assistir aos exercícios que devem ser-lhes ensinados mais tarde. E principalmente, o papel da educação, como de toda arte, deve ser somente o de completar ao ser o que lhe faltou das obras da natureza. (Aristóteles, 1998).

Outro aspecto que é possível observar n' *A Política* de Aristóteles (1998), é o caráter público da educação:

Tendo toda a cidade um único fim, é evidente que a educação deve necessariamente ser uma e a mesma para todos, e que o cuidado posto nela deve ser tarefa comum e não do foro privado, como se tornou prática corrente (pois cada um se preocupa em particular com a educação de seus filhos, dando-lhes um ensino privado, segundo parece melhor a cada qual). O exercício daquilo que é comum deve ser também realizado em comum. Tão pouco nenhum cidadão deve julgar-se útil por si próprio, mas sim em função da cidade, visto que cada um é uma parte dela, e o cuidado de cada parte deve, por natureza, refletir-se na preocupação pelo todo. (ARISTÓTELES, 1998, p. 561, 1337^a19-27)

De acordo com a ideia acima, o modelo de educação deve estar em consonância com a forma de governo. Pois no seu entendimento, são os costumes democráticos que fazem a

democracia, os costumes oligárquicos que fazem a oligarquia. Assevera que quanto mais os costumes forem bons, mais o governo o será. Compara que, assim como os talentos e as artes são aprimorados pelas tentativas preliminares, pelas quais devem passar e habituarem-se para, as realizar com maestria, suas operações e obras, assim também, o mesmo deve acontecer com o aprendizado da virtude. Finaliza, apresentando a ideia de que, assim como não há senão um fim comum a todo o estado, só deve haver uma educação para todos os cidadãos. Ponderando que o cidadão, deve ter consciência de que ninguém é de si mesmo, mas todos pertencem ao estado, de que cada um é parte e que, portanto, o governo de cada parte deve naturalmente ter como modelo o governo do todo.

Para Hourdakis (2001), Aristóteles teria se preocupado seriamente com a devida correspondência entre educação e vida política. Essa correspondência seria vital para a manutenção do equilíbrio político do Estado. Para Aristóteles o ensino não deveria iniciar-se a partir de certezas e verdades, mais sim pelas dúvidas e problemas. Dessa forma, a educação atingiria um triplo objetivo, exercitar o espírito do estudante, reunir os diferentes pontos de vista e conduzir à pesquisa filosófica.

O propósito de ensaiar uma aproximação entre Aristóteles e a educação, aparentemente, é uma tarefa instigante, porém não muito simples. Há que se considerar, que há uma grande distância temporal entre Aristóteles (382 – 322 a. C) e nossos dias. Muitas categorias e conceitos acerca da educação foram formulados, criticados, debatidos e refletidos ao longo desses dois milênios. No entanto, é possível perceber, que algumas categorias parecem permanecer no centro das reflexões referentes à educação. Um exemplo disso é a categoria ética e estética, que no entender de Hermann (2008, p. 18), a estética está vinculada “à ética já em Aristóteles, como um elemento decisivo para conduzir a vida, trazendo o papel do sensível para o julgamento moral, que nos ajuda a avaliar e a ponderar cada situação.” A compreensão dessa aproximação, nos fornece elementos para começarmos a compreender a categoria de formação integral.

Partindo da definição de estética, proveniente do grego *aisthesis*, que significa sensação, sensibilidade, percepção pelos sentidos ou conhecimento sensível, é possível intuir que esse conjunto de instrumentos de captação do real, sejam elementos chaves para a elaboração de um sistema de educação capaz de lapidar as potencialidades humanas. Além disso, estamos diante de uma constatação de que as informações acerca da realidade nos chegam também pelas sensações, e por esse motivo, é razoável ponderar que as normas morais são articuladas em parte, a partir dessas informações que nos dão condições de refinar

a capacidade de decidir. Partindo do entendimento de que, dadas as condições da racionalidade e das possibilidades que temos, até certo ponto, de determinarmos nosso futuro, parece razoável mencionar a forma de conceber a ética da tradição do idealismo alemão na idéia da *Bildung*, segundo a qual, a formação da personalidade livre e singular se daria na multiplicidade de experiências autodeterminadas, pela ação recíproca entre o sujeito e o mundo. Portanto, poderíamos entender que a formação integral estaria de certa forma alinhada a ideia da *Bildung* apontada por Hermann (2008, p. 18), de que a “Formação é um trabalho de si mesmo, numa abertura dialética entre a experiência no mundo e um projeto de mundo.” Essa abertura de si numa perspectiva dialética entre a experiência do sujeito com o mundo e o projeto de mundo, parece ser a chave para chegarmos ao entendimento do sentido da educação. Nos parece, que a proposta de existência proposta pela *Bildung*, pautada em uma vida ativa, crítica, vigilante, porém submetida a múltiplas circunstâncias, seria o contexto que prepararia o sujeito para as escolhas que o constitui. Partindo desse contexto, Hermann (2008) identifica duas perspectivas para a ação educativa. A primeira, seria a lapidação da consciência de si, consagrada na inscrição do Templo de Delfos “conhece-te a ti mesmo” e a segunda estaria relacionada ao desvelamento do projeto de mundo ao qual o sujeito é submetido.

Essas duas perspectivas apontadas para a educação, poderão ser melhor compreendidas, se nos aproximarmos da cosmovisão grega, apresentada no conceito de *paideia* cunhado por Jaeger (1936), para a compreensão do ser humano e a história de sua educação, na cultura ocidental. Como nosso tema trata da educação, continuaremos mencionando Jaeger, que nos apresenta um conceito interessante de educação, segundo entendimento dos gregos, vejamos:

Uma educação consciente pode até mudar a natureza física do homem e suas qualidades, elevando-lhe a capacidade a um nível superior. Mas o espírito humano conduz progressivamente à descoberta de si próprio e cria, pelo conhecimento do mundo exterior e interior, formas melhores de existência humana. A natureza do homem, na sua dupla estrutura corpórea e espiritual, cria condições especiais para a manutenção e transmissão da sua forma particular e exige organizações físicas e espirituais, ao conjunto das quais damos o nome de educação. (JAEGER, 1936, p.3)

Esta definição de educação provoca inquietações e reflexões, relativas à forma como a educação vem sendo tratada nos dias atuais. É possível perceber nessa definição de educação a amplitude e alcance de sua ação na formação do sujeito. Em primeiro lugar porque entendemos que, uma educação consciente, apresenta a possibilidade de uso de arsenais

pedagógicos devidamente articulados com os fins últimos da educação, que de acordo com Aristóteles (1998), é conservar a virtude e a felicidade. Essas duas categorias serão melhor apresentadas mais adiante. Em segundo lugar, a descoberta de si, através da apreensão do mundo exterior e interior ao sujeito, poderá municiá-lo, das devidas percepções da realidade e despertar a consciência de que, a realidade pode ser forjada, para adequar-se às suas necessidades. Importante destacar que, entendemos necessidades do sujeito, no sentido coletivo e não individualista. Consideramos que é necessário, rever o entendimento de necessidades do sujeito, pois não podemos esquecer que o campo de ação do sujeito é a sociedade, onde existem outros sujeitos que tem os mesmos direitos e deveres. Entendemos que, a razão de ser da educação, repousa justamente no fato de que, vivemos invariavelmente em um ambiente coletivo. E neste ambiente coletivo, é forjado o projeto de mundo, que nos parece ser adequado, desvelado pela reflexão e prospectado numa perspectiva da *eudaimonia* de Aristóteles. Partindo da breve apresentação do conceito de *eudaimonia*, feito na introdução dessa dissertação, nos parece importante destacar, que trata-se da categoria bem viver, apontada como uma das mais relevantes para aprofundarmos nossa reflexão sobre a educação. Seguindo o pensamento de Aristóteles, e seu entendimento sobre a importância da contribuição do sujeito para a constituição de um estado capaz de oferecer as condições para que o sujeito chegue a atingir a *eudaimonia*, apontamos as categorias bem viver, virtude moral e sujeito político como as mais relevantes para este objetivo.

Apresentados os conceitos de educação, *eudaimonia*, *thauma*, *bildung* e *paideia*, consideramos que, já é possível, apresentar as ponderações que permitem aproximar as categorias de bem viver, virtude moral e sujeito político de formação integral. A seguir apresentamos algumas reflexões, que consideramos pertinentes para identificar a aproximação da categoria de bem viver do processo de formação integral do sujeito.

2.1 Bem viver

Para aprofundar o entendimento desta categoria, partimos do entendimento que Aristóteles descreve acerca do bem na obra *Ética a Nicômaco*, “Quanto ao nome desse bem, parece haver acordo entre a maioria dos homens. Tanto a maioria como os mais sofisticados dizem ser a felicidade.” (ARISTÓTELES, 2009, p.20, 1095a14). Desse fragmento, é possível inferir várias ponderações, uma delas é a que diz respeito ao sentido da existência, e como ela pode ser excelente. Ousamos entender que, para Aristóteles, o sentido da existência humana por excelência é o bem viver. Partindo dessa afirmação, prospectamos para a educação a

tarefa de desvelar e lapidar as implicações desse bem viver e como alcança-lo. O próprio Aristóteles aponta que o bem viver é uma consequência do bem agir.

Uma das contribuições, que pretendemos apresentar é justamente a reflexão sobre a educação e como ela tem desempenhado o seu papel. Entendemos que o papel da educação repousa na arte de aperfeiçoar as virtudes dos sujeitos para que se tornem bons cidadãos. De um modo geral, as pessoas concordam que a educação é um dos meios imprescindíveis para que o sujeito tenha acesso a uma vida digna. Prova disso são os discursos proferidos pelos candidatos a mandatos políticos, tanto do executivo como do legislativo. Em seus discursos e programas eleitorais, os políticos apontam a educação como uma das prioridades do Estado. Para ilustrar este argumento, apresentamos o discurso do candidato a governador de Santa Catarina em 2010, Raimundo Colombo, que foi veiculado pela RBS TV²¹ Santa Catarina, em 2010. Escolhemos este candidato porque ele foi o eleito naquele pleito eleitoral, veja a seguir o seu discurso transcrito:

A crise da educação, não está só em Santa Catarina, ela está no Brasil e ela está se espalhando pelo mundo todo. Eu tive em Chicago nos Estados Unidos participando de um curso sobre a qualidade da educação, o desafio da educação. E um discurso muito interessante do Sarcosi de Possi, na França onde ele aborda relativização do mérito da educação. Então nós temos que valorizar o professor, dar a ele todas as condições de trabalho. E estabelecer o mérito como uma forma de remuneração extra. Esta é uma questão básica, que cria um trabalho todo de motivação. E também, há um conceito de perda de interesse na sociedade. Nós temos que recuperar valores e princípios para trazer isso para dentro da vida comunitária, e fazer com que a sala de aula tenha todo este aspecto e esse componente. É de fato um grande desafio, nós estamos preparados para isso, porque melhorando a qualidade da educação, trazendo o debate para dentro da sala de aula, dinamizando o processo, e cuidando muito da parte pedagógica, nós vamos melhorar a sociedade como um todo. A educação é a base principal do desenvolvimento das pessoas, a educação na família e a educação na comunidade, através da escola. [...] o desafio de nosso tempo e que é importante para melhorar qualidade da nossa sociedade e que hoje a crise que vivemos é exatamente a crise dentro desse componente, da parte pedagógica, da parte ética, da parte de valores e a educação é o principal instrumento que nós temos para vencermos esse desafio. (COLOMBO, 2010).

Como é possível perceber, o discurso é bem arquitetado, apontando pontos-chaves da educação, inclusive categorias como ética e valores. Os outros elementos da entrevista não serão discutidos aqui, porque o nosso foco são as categorias de educação eleitas como objeto

²¹ A RBS TV Florianópolis é uma emissora de televisão brasileira sediada em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. A RBS TV foi fundada no dia 29 de dezembro de 1962, quando entrou no ar a TV Gaúcha, canal 12 de Porto Alegre. Em 1967, a TV Gaúcha afiliou-se à Rede Globo e, a partir de então, a maior parte de sua programação passou a ser gerada pela emissora carioca. A denominação RBS TV (Rede Brasil Sul de Televisão) passou a ser usada em 1979, quando entrou no ar a primeira emissora do grupo em Santa Catarina: a TV Catarinense, que mais tarde passou a se chamar RBS TV Florianópolis. Em março de 2016, as operações de mídia do Grupo RBS em Santa Catarina foram vendidas, incluindo a televisão. Durante o período de transição, porém, a emissora permanece sob a mesma marca. (Disponível em: < <http://redeglobo.globo.com/rs/rbstvrs/noticia/2011/12/historia.html>>. Acesso: 25 jan. 2017)

de nossa reflexão. No entanto, na prática de governo, desse mesmo cidadão como governador, percebemos um certo descuido da parte pedagógica, que ele mesmo apresentou como ponto chave para a melhora da qualidade da educação. Trata-se da chamada pública de professores para contratação de professores em caráter emergencial, conforme edital²². Nessas chamadas públicas, que ocorrem toda semana durante o ano letivo, há inúmeros casos de pessoas contratadas para exercer o magistério, sem sequer ter a formação de magistério, basta apenas ter o ensino médio completo e comprovar que está cursando uma licenciatura. Embora, o edital apresente restrições, muitas gerências preferem alguém sem habilitação, do que os estudantes ficarem sem professor.

Essa realidade nos leva pensar que trata-se de discursos de retórica e oratória refinados para conseguir o voto dos cidadãos. O que podemos observar na prática do exercício do governo, é o fato de que as ações governamentais não estão em sintonia com a intensão apresentada no pleito eleitoral. O fato político que justifica esta afirmação, aconteceu no dia 23 de novembro de 2016, quando o chefe do executivo de Santa Catarina, encaminhou à Assembleia dos deputados o projeto de lei (PL 222.2/2016) que autoriza a transferência de recursos destinados à educação para o Departamento Estadual de Infraestrutura (DEINFRA) e os Deputados aprovaram a transferência desses recursos da educação para a pavimentação asfáltica conforme nota da imprensa, transcrita a seguir:

O Plenário da Assembleia Legislativa aprovou, nesta quarta-feira (23), a proposta (PL 222.2/2016) que autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de mais de R\$ 106 mi em favor do Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra). O próximo passo é ser sancionada pelo governador do estado. (ALESC, 2016)

Este fato político revela que a educação não é prioridade, como foi apresentada no discurso do candidato e agora governador. Trata-se da transferência de 106 milhões de reais, que deveriam ser aplicados na melhoria da infraestrutura das escolas, que agora serão utilizados para pavimentação de estradas.

Diante dessa realidade, nos propomos a refletir sobre aquilo que está ao alcance dos educadores, que é desempenhar seu papel, o de exercer sua arte de ser mestre. Para ilustrar

²² A Comissão da GERED, responsável pela operacionalização dos Editais nº 24/2015/SED, nº 25/2015/SED e nº 36/2015/SED, referentes ao Processo Seletivo ACT/2016, deverá proceder a Chamada Pública das vagas remanescentes das Chamadas anteriores, somente após esgotarem-se todas as possibilidades de oferta das aulas aos professores efetivos e aos professores ACTs que já escolheram. Disponível em: <file:///C:/Users/cliente/Downloads/edital-08_chamada_publica_act_2016_vagas_remanescentes.pdf>. Acesso: 13 jan. 2017.

essa tese, escolhemos a seguinte frase atribuída a Dom Pedro II²³, que teria proferido no seu leito de morte o seguinte: “Se não fosse imperador, desejaria ser professor. Não conheço missão maior e mais nobre que a de dirigir as inteligências jovens e preparar os homens do futuro”. Nos parece que se o educador tiver a devida consciência de seu papel, possivelmente teremos um ambiente escolar melhor. Partindo do entendimento de Aristóteles que aponta a felicidade como o soberano bem, é em nome da felicidade que os sujeitos agem de forma justa e boa para bem viver. Da leitura de Aristóteles podemos depreender que o elemento essencial que distingue o ser humano dos demais animais é a racionalidade, conforme podemos constatar em *Ética a Nicômaco* (ARISTÓTELES, 2009, I, 7, 1098a). Além de entender que a felicidade é o supremo bem, e que o ser humano deve busca-lo, Aristóteles aponta para outro elemento essencial, que é o fato de que a felicidade é um estado de plenitude humana que só se realiza em sociedade. (ARISTÓTELES, 1998, p 55)

Considerando as ponderações de Cenci (2012), sobre a relação do pensamento de Aristóteles e a educação, convergimos para o entendimento de que a educação é um instrumento indispensável para se atingir o ideal ético do bem viver, proposto por Aristóteles, como o fim último da existência do ser humano. Essa finalidade será alcançada, segundo Aristóteles *n’A Política*, (ARISTÓTELES, p,53, 1253a) somente no convívio social. Para Aristóteles o homem é naturalmente político. Segundo o entendimento de Cenci (2012), seria uma espécie de vida comunitária, que tem uma finalidade comum, e esta finalidade comum seria o bem viver.

Esse modelo de vida, de tipo comunitário e englobante de diferentes tipos de bens, é postulado a partir da análise dos tipos de vida então existentes, como a laborativa, a política, a hedonista e a dedicada a ganhar dinheiro, e da conclusão da parcialidade ou unilateralidade de cada uma delas quando tomadas em si mesmas. (CENCI, 2012, p. 43)

Portanto a *eudaimonia*, pode ser entendida como projeto de vida social, que engloba todas as dimensões do ser humano. Considerando que, a educação pode ser entendida como uma atividade planejada com a finalidade de lapidar as capacidades físicas, intelectuais, morais, sociais e políticas do sujeito, nos parece que a educação poderá ser o caminho que proporcionará ao sujeito educando, a maturidade esperada para que alcance a felicidade, que segundo Aristóteles é o fim último da existência humana. Para não ficar apenas em nossas conjecturas, lançamos mão do cabedal aristotélico, que nos aponta que essa finalidade

²³ Pedro de Alcântara nasceu no Rio de Janeiro, em 1825, filho de D. Pedro I e da Imperatriz Leopoldina. Conhecido como D. Pedro, ascendeu ao trono pela abdicação do pai, em 7 de abril de 1831. De estilo afável e generoso, foi um monarca que conquistou a simpatia do povo. (Aquarelas do Brasil – 500 anos de um grande país – 1500 – 2000, p. 156)

comum, seria alcançada mediante o entendimento adequado da ética, que é apresentada por Aristóteles como a prática de ações virtuosas, de maneira voluntária e esclarecida. Essa concepção está presente na obra *Ética a Nicômaco* (ARISTÓTELES, 2009), na introdução à edição brasileira, feita por Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho. Ali, encontramos que a marca do ser humano é a condição híbrida, pois habita no hiato entre o animal e Deus, que parece justificar a ética, pois desta condição, emerge o desejo e o esforço para conformar-se pela razão o viver bem. Esse viver bem, nos parece estar associado, necessariamente, à lapidação das dimensões do sujeito, que segundo Aristóteles, *n' A Política*, é tarefa do Estado e da educação.

Considerando o exposto até aqui, e acrescentando a reflexão proposta por Cenci (2012), onde aparece claramente, que para se chegar à *eudaimonia*, é necessário considerar que a busca pelo prazer, fama e dinheiro, não são suficientes, para alcançar o bem viver. Por outro lado, não devemos ignorá-los, conforme pontua ao afirmar que “a *eudaimonia* tem de vir acompanhada por certa dose de prosperidade e prazer” (CENCI, 2012, p. 47). Portanto, nos parece que cabe à educação, mais do que a qualquer outra instituição humana a tarefa de preparar o sujeito para esse modelo de sociedade pautada pelo conceito de bem viver ou *eudaimonia*.

Ao nosso ver os elementos apresentados, nos apontam para a compreensão da necessidade, de que o sujeito tem de atribuir um significado relevante para sua existência. Esse significado poderá ser mais adequado, se o sujeito elaborá-lo em consonância com a razão. Pois ainda em concordância com Cenci (2012), a razão capacitaria o sujeito para melhor atribuir sentido e valor a sua existência.

Por essa razão, a *eudaimonia* deve ser levada adiante em consonância com a razão, a capacidade de o sujeito dar um direcionamento consciente ou discernido para a vida fazer sentido e não ser arrasado pelos seus instintos e pulsões presentes na dimensão sensitiva da alma” (CENCI, 2012, p.47)

Entendemos que atribuir sentido e valor a própria existência é uma das mais nobres e caras tarefas da educação. Considerando os apontamentos feitos por Cenci (2012), onde apresenta o procedimento adotado por Aristóteles, que é o de examinar as opiniões correntes sobre o bem viver, colhendo daí o entendimento e aproximação que as pessoas fazem entre a *eudaimonia* ou bem viver com uma vida de prazeres, honrarias e riquezas, concluindo que tais bens tomados em particular não são suficientes para atingir a *eudaimonia*, mas que conjugados entre si e aliados aos bens da alma, que são aqueles adquiridos pelo cultivo da

virtude moral, poderão levar o sujeito ao nível de felicidade desejável que é, a *eudaimonia*. Portanto, entendemos que esta categoria aristotélica, ao apontar para a necessidade, de o sujeito, dar sentido a sua existência, se aproxima do entendimento de educação, que mencionamos anteriormente, e com o entendimento de formação integral.

Dando continuidade ao nosso estudo e reflexão, a seguir nos aproximaremos com mais profundidade da segunda categoria aristotélica, que escolhemos para ser aprofundada que é a virtude moral.

2.2 Virtude moral

Ao tratarmos dessa importante categoria do pensamento aristotélico, é importante observar a distinção entre concepção de virtude carregada de religiosidade e simbolismo, característica do período mitológico, e a virtude apresentada por Aristóteles, em *Ética a Nicômaco*, que é fundada nos princípios da racionalidade. A grande questão de fundo dessa discussão sobre a virtude, é a *eudaimonia*, que fora apresentada anteriormente e, segundo Aristóteles, pode ser entendida, como o grande sentido da vida humana. A virtude moral, de acordo com o que descreve Aristóteles em *Ética a Nicômaco* (1098a3-4), trata-se da faculdade humana de agir guiado por uma faculdade superior. Ou seja, a vida própria do ser humano, é a vida ativa guiada pelo *logos*. Alguns intelectuais, tal como, Martins (1994), consideram que o núcleo da doutrina aristotélica, estaria no fato de entender que a felicidade não consiste em obter ou possuir o que quer que seja, mas em estar ativo. Portanto, uma vez de acordo com o entendimento de Aristóteles (2009), de que a felicidade é aquilo que todo ser humano almeja, e que portanto, o sentido da vida se concretiza na conquista dessa felicidade ou *eudaimonia*, parece inevitável, que seja urgente investigar como poderemos ser felizes. Em linhas gerais, Aristóteles afirma que, as ações humanas necessariamente, partem de um propósito, de uma razão, segundo Aristóteles, nossas ações se dirigem para uma finalidade última, que ele define como a felicidade. Para ilustrar essa afirmação, vejamos o que escreveu Aristóteles na obra *Ética a Nicômaco*:

Nós entendemos que aquele fim que é perseguido por si próprio é mais completo do que o que é perseguido como meio em vista de outro. [...] Na verdade, simplesmente completo é aquele fim que é sempre escolhido segundo si próprio e nunca como meio em vista de qualquer outro. Um fim deste gênero parece ser, em absoluto, a felicidade. De fato, nós escolhemos sempre a felicidade por causa dela mesma, e

nunca em vista de outro fim para além dela. (ARISTÓTELES, 2009, p. 26, 1097a 31 – 1097b2)

Conforme podemos constatar, segundo Aristóteles, a finalidade última das ações humanas é a felicidade. Consideramos que a contribuição dessa categoria aristotélica para a educação, repousa no fato de que, aparentemente as pessoas ainda estão confundindo, qual seria de fato a causa da vida feliz. Sugerimos que o esforço intelectual, que Aristóteles empenhou para desvelar o verdadeiro sentido da vida feliz em *Ética a Nicômaco* (Liv 1, IV – XII), seja empenhado no percurso da educação. Isto porque, em nosso entendimento, caberia a educação desenvolver no sujeito o entendimento o mais perfeito possível da realidade de mundo do cidadão. Nos parece que, o esforço intelectual de Aristóteles para identificar o verdadeiro sentido da vida feliz, apresentado em parte de sua obra mencionada acima, seria um bom percurso a ser percorrido pelos estudantes durante a sua formação. Ademais disso, consideramos que o pensamento de Aristóteles ao referir-se à virtude moral, nos parece que se aproxima da preocupação com a formação do cidadão de forma que, aponta um modelo de sujeito, cujas ações, devem pautar-se pela excelência, tendo em vista a felicidade. Para justificar esta aproximação, mencionamos o seguinte fragmento em *Ética a Nicômaco*:

Uma vez que a felicidade é uma certa atividade da alma de acordo com uma excelência completa, ter-se-á de examinar a excelência, porque talvez, desse modo, possamos compreender melhor o que lhe diz respeito. Parece, por outro lado, também que o verdadeiro homem de ação política se esforça para trabalhá-la e, na verdade, para a levar aos extremos. Pois, na verdade, deseja fazer dos cidadãos bons e obedientes a lei. (ARISTÓTELES, 2009, 1102a5 p. 37)

Este raciocínio nos aproxima do objetivo de nossa investigação, que aponta para a virtude moral, bem viver e sujeito político, com categorias a serem compreendidas e vivenciadas para que o cidadão alcance a felicidade. Ao apontarmos a felicidade sob o entendimento aristotélico, marcado pela excelência, pretendemos nos remeter a uma reflexão crítica da educação de nossos dias, que vem sendo conduzida de forma distanciada da profundidade das categorias que apontamos como fundamentais em conformidade com o pensamento de Aristóteles.

De acordo com o entendimento de Cenci (2012), a educação é demandada pela necessidade de cultivo do caráter, mediante a prática de hábitos bons, com vistas a obtenção da virtude moral. Importante destacar, que para Aristóteles, o hábito é que permite o desenvolvimento da virtude moral. No entanto, cabe aqui definir o que seria virtude moral. A

virtude moral, a luz de Aristóteles é uma disposição voluntária para praticar aquilo que é bom para si e para os demais. Para entender virtude moral, consideramos imprescindível, mencionar o conceito de meio-termo ou posição intermédia, que segundo Aristóteles (2009), é uma das três possíveis disposições de caráter, conforme podemos constatar em:

Havendo três disposições de caráter, duas são perversas, a que é por excesso e a que é por defeito, e uma é a da excelência, a qual corresponde à posição intermédia. Todas elas se opõem, de algum modo, umas às outras. [...] Foi então dito de modo suficiente que 1) a excelência da ética é uma disposição intermediária. (ARISTÓTELES, 2009, p. 52-54, 1108b11, 1109a20)

Considerando a citação acima, é possível inferir que a virtude moral está relacionada a uma disposição do caráter humano de procurar encontrar o equilíbrio, entre os extremos, provocados pelos sentimentos, paixões e ações. Desenvolver tal habilidade, nos parece ser da alçada da educação. Portanto, quando nos deparamos com discursos de nossos representantes políticos, defendendo uma educação voltada para habilitar a juventude apenas para o mercado de trabalho, como é o caso do decreto presidencial de 22 de setembro de 2016, ousamos inferir que trata-se de descaminho dos rumos coerentes da educação. Apesar do discurso ser digerível, pois segundo o governo, a justificativa é a melhoria dos índices da educação no Ensino Médio, sua ação foi no mínimo um contra sendo, pois na visão do governo, a causa da crise da qualidade da educação é presença das disciplinas de Filosofia, Sociologia, Artes e Educação Física. E, que portanto a reforma passaria pela eliminação da obrigatoriedade destas disciplinas do currículo do Ensino Médio. Tal postura do governo, ao nosso ver estaria na contramão do que pensava Aristóteles a respeito da formação do sujeito:

De resto, dizemos até que a felicidade é uma atividade da alma. Assim sendo, é evidente que o perito em política deve saber como é com as coisas respeitantes a alma, do mesmo modo que o terapeuta dos olhos não trata exclusivamente deles, mas trata também de todo o corpo. A fortiori, o perito na criação de uma melhor cidadania, por ser perito num saber mais precioso e melhor do que a medicina, terá também de cuidar não apenas de um aspecto doente da alma, mas de tudo o que lhe disser respeito. Os médicos mais sofisticados lidam muito cuidadosamente com o conhecimento do corpo no seu todo, tal como o perito na produção da boa cidadania terá de ter em vista a alma humana no seu todo, por causa das situações políticas e na medida em que dizem respeito aos seus objetos de investigação. (ARISTÓTELES, 2009, 1102a5 p. 37)

Conforme podemos constatar, nesse fragmento, o decreto em questão está em disparidade com o pensamento aristotélico. E a questão que levantamos sobre esta disparidade, repousa no fato de que o pensamento de Aristóteles é a base da civilização ocidental, e ignorá-lo, significa negar sua contribuição. Consideramos ainda que, uma

educação que tem como prioridade a formação para o mercado de trabalho, como o quer o governo, seria uma educação frágil, segundo Aristóteles em *A Política* ao abordar o papel da educação sugere que:

É preciso, portanto, coragem e constância para os negócios, filosofia para o lazer, temperança e justiça em ambos os tempos, mas sobretudo em tempo de paz e de repouso. Pois a guerra nos força a ser justos e temperantes. Pelo contrário, na paz e no repouso, é comum que a prosperidade nos torne indolentes. Portanto, os que parecem felizes e, semelhantes aos habitantes das ilhas Afortunadas de que falam os poetas, gozam de tudo o que pode contribuir para a felicidade precisam mais do que os outros de justiça e de temperança. Quanto mais opulência e lazer tiverem, mais precisarão de filosofia, de moderação e de justiça, e o Estado que quiser ser feliz e florescente deve inculcar-lhes estas virtudes o máximo possível. Se há algo de ignóbil em não saber gozar das riquezas, há bem mais ainda em fazer mau uso delas quando só se tem isso para fazer. É revoltante que homens, aliás, dignos de estima nos trabalhos e nos perigos da guerra se comportem como escravos no descanso e na paz. (ARISTÓTELES, 1998, p.543, 1334a23-40)

Como é possível constatar na citação acima, a educação não deve ser encarada apenas como um adestramento para o trabalho. Esse fragmento do pensamento de Aristóteles, é primordial para entender, que a educação funda-se nos princípios da coragem, da constância e da filosofia. No entanto, incrivelmente, os destaques do decreto presidencial sobre a reforma do ensino médio, apresentado pela imprensa nacional, davam conta que o principal problema dos entraves do ensino médio, estaria nas disciplinas de Filosofia, Sociologia, Arte e Educação Física, e que portanto, segundo o parecer da imprensa, que teve acesso ao documento que seria publicado, entre outras coisas, tornaria estas disciplinas optativas e não mais obrigatórias.

Os descaminhos que podemos apontar é o fato de retirar a obrigatoriedade dessas disciplinas. Entendemos que, tal posicionamento do governo federal, está na contramão do entendimento aristotélico, a respeito de uma das funções da educação que é estabelecer as bases para formação de um cidadão virtuoso. Esta ideia será melhor apresentada no próximo subcapítulo, que trata da caracterização do sujeito político.

2.3 Sujeito político

A intuição para discutir sobre a categoria sujeito político, teve origem ainda quando era acadêmico de Filosofia. Na ocasião, nas aulas de filosofia política, estudávamos com a devida profundidade sobre a questão do sujeito histórico, sob o viés do pensamento marxista. A grande questão que permeava as discussões, eram relativas a necessidade de despertar no cidadão, a consciência de que todo cidadão, indiferentemente da classe social, pode ser sujeito

da história de seu tempo, ou mais precisamente o sujeito histórico, na concepção do materialismo histórico do marxismo. No entanto, vale lembrar que estávamos imersos no contexto da leitura marxista da realidade, que aponta para o trabalhador como sujeito histórico. Além do que, nessa dissertação, escolhemos como fundamento teórico de nossas investigações, o pensamento de Aristóteles. É por essa razão, que mergulharemos no entendimento político de Aristóteles.

Para o início de nossa reflexão, sobre sujeito político, mencionamos a definição de política e de Estado elaborada por Huisman (2000) em seu dicionário de obras filosóficas, a partir d'A *Política* de Aristóteles, define que a:

“Política” é a possibilidade de civilizar, abrandar os costumes do Estado através de instituições, da cultura. O Estado é sem dúvida a forma mais elaborada da sociedade: só ela tem por finalidade a “vida bem-aventurada” dos homens livres. Verdadeiro “animal político”, o homem não pode, sozinho ou no seio de uma família ou de uma aldeia, assumir ou realizar seus desejos e aspirações de satisfatório; também não pode atingir essa perfeição à qual chega o Estado: este vale em si mesmo e por si mesmo. (HUISMANN, 2000, p. 434)

Estas definições de política e de estado, nos apontam para o problema de pesquisa dessa dissertação, que se encaminha para a problemática da formação integral no contexto da política pública de educação catarinense. O primeiro elemento apontado na citação, revela o caráter pedagógico da política, como um elemento capaz de aprimorar o caráter do cidadão, no sentido de torna-lo mais consciente de seu papel como membro da cidade. O segundo, aponta o Estado como a forma de organização social mais elaborada, onde os cidadãos poderão exercer a plenitude de suas potencialidades, usufruindo de uma “vida bem-aventurada”. Além disso, é possível apreender, que o Estado é a organização social mais apropriada para o cidadão realizar seus propósitos. Partindo desse breve exercício, de compreensão das dimensões que a categoria sujeito político pode abranger, prosseguimos nossa reflexão, seguindo os passos do pensamento aristotélico.

Cabe ainda apresentar a definição clássica e moderna de política segundo BOBBIO (2000), que nos apresenta a política clássica com o seguinte significado:

Derivado do adjetivo de *pólis* (*politikós*), significando tudo aquilo que se refere à cidade, e portanto ao cidadão, civil, público e também sociável e social, o termo “política” foi transmitido por influência da grande obra de Aristóteles, intitulada *Política*, que deve ser considerada o primeiro tratado sobre a natureza, as funções, as divisões do Estado, e sobre as várias formas de governo, predominantemente no significado da arte ou ciência do governo, isto é, de reflexão. (Bobbio, 2000, p. 159)

Neste fragmento, podemos identificar uma peculiaridade do conceito de política, originada em Aristóteles, conforme afirmação de BOBBIO (2000), que atualmente é pouco atribuído a política, qual seja, o de ser entendida como sendo uma arte, uma reflexão. Comumente associamos a política com a conquista e manutenção do poder, que ao nosso ver é um desvio pernicioso para o bem do Estado. Além disso, apresentamos a seguir a definição moderna da política apresentada por BOBBIO (2000), que assim se afigura:

Na era moderna, o termo perdeu o significado original, tendo sido paulatinamente substituído por outras expressões tais como: “ciência do Estado”, “doutrina do Estado”, “ciência política”, filosofia política”, etc., para enfim ser habitualmente empregado para indicar a atividade ou conjunto de atividades que têm de algum modo, como termo de referência, a *pólis*, isto é, o Estado. (Bobbio, 2000, p. 160)

Conforme explicita, a citação, é possível identificar uma considerável mudança no entendimento do conceito de política, entre a era clássica e a era moderna. Certamente que muitos outros elementos poderiam ser apontados para diferenciar os dois entendimentos do conceito, porém, nos detivemos apenas no mais obvio, porque o nosso foco não exige tal aprofundamento. Chamamos a atenção do leitor, para confirmação de que a obra de Aristóteles é basilar para entendermos os contornos e fundamentos de nossa civilização e seu progresso. Isso ficou evidente no fragmento de BOBBIO (2000), apresentado.

Percorrido alguns esclarecimentos, considerados pertinentes, antes de pontuar a definição de sujeito político segundo o entendimento de Aristóteles, partimos do Livro II d’*A Política*, intitulado Do Cidadão e da Cidade, que aborda as diversas formas de cidadãos e das virtudes inerentes a um legítimo cidadão. As formas de governo segundo Aristóteles, são circunstanciais, conforme podemos observar n’*A Política* de Aristóteles:

Ao encetar-se uma investigação adequada do melhor regime, é necessário determinar primeiramente o modo de vida preferível. Se este aspecto não for claro, também não o será o melhor regime. É natural que sejam os povos mais bem governados que, em dadas circunstâncias, tenham a melhor vida, a menos que suceda algo de anormal. Nesse sentido, antes de mais, temos que nos pôr de acordo em que consiste para todos a vida preferível, e só depois saber se a vida preferível para o indivíduo coincide ou não com a da comunidade. (ARISTÓTELES, 1998, p. 479, 1323a10-20)

Esse fragmento da obra de Aristóteles, também aponta para a compreensão mais abrangente do conceito de cidade. Na continuidade, abordamos mais um elemento, referente ao cidadão, que é a legitimidade do título de cidadão, que não é o mesmo para todos os lugares e tempos. Essa observação fica melhor explicada, considerando que:

Existe, todavia, uma autoridade que governa os que têm a mesma origem e os que são livres. É a esta autoridade que podemos chamar política e este é o gênero de autoridade que o governante deve começar por aprender, sendo governado, tal como se aprende a ser comandante de cavalaria servindo sob outro comandante, e a ser general de infantaria servindo sob outro general como comandante de regimento ou companhia. Por isso é boa máxima afirmar que “não pode mandar bem quem nunca obedeceu. Governante e governado têm virtudes diferentes; enquanto bom cidadão deve saber e poder governar como ser governado, a virtude do cidadão consiste em reconhecer a autoridade dos homens livres, sob os dois pontos de vista. (ARISTÓTELES, 1998, p. 201, 1277b5-15)

Observando o contexto da sociedade contemporânea brasileira, nos parece pertinente o entendimento de Aristóteles, de que o bom cidadão ou cidadão experimentado é aquele que sabe estar no comando e também ser comandado. O primeiro elemento do contexto da sociedade contemporânea brasileira, é o fato de que toda a população maior de 18 anos, é considerado cidadão e pode, mediante eleição ocupar um cargo de comando na sociedade. Por essa razão, entendemos a necessidade da elaboração de uma política pública de educação, capaz de oferecer aos membros da sociedade, uma formação integral, principalmente em termos de atitudes políticas coerentes.

Interessante destacar a investigação feita por Aristóteles n´A Política, sobre a natureza e a finalidade do Estado. Destacamos em primeiro lugar, a afirmação de Aristóteles, de que o Estado é necessário para a vida feliz dos cidadãos:

A cidade, enfim, é uma comunidade completa, formada a partir de várias aldeias e que, por assim dizer, atinge o máximo de autossuficiência. Formada a princípio para preservar a vida, a cidade subsiste para assegurar a vida boa. É por isso que toda a cidade existe por natureza, se as comunidades primeiras assim o foram. A cidade é o fim destas, e a natureza de uma coisa é o seu fim, já que, sempre que o processo de gênese de uma coisa se encontra completo, é a isso que chamamos sua natureza, seja de um homem, de um cavalo, ou de uma casa. Além disso, a causa final, o fim de uma coisa, é o seu melhor bem, e a autossuficiência é, simultaneamente, um fim e o melhor dos bens. (ARISTÓTELES, 1998, p. 53, 1252b27-1253a).

Considerando essa ponderação de Aristóteles, é possível inferir que o fim do Estado ou da cidade é o lugar apropriado para o sujeito alcançar uma vida boa. Ora, entendemos que vida boa, para Aristóteles é um estado de vida coletiva capaz de proporcionar aos sujeitos as condições necessárias para que estes atinjam o seu melhor bem, que aos olhos de Aristóteles é a autossuficiência. Além disso, é importante atentar para o fato de que nem todos estão cientes dessa finalidade do Estado. Especialmente as crianças e jovens, por esta razão, apontamos que a educação cumpre, além de outras, essa finalidade de aguçar o entendimento das novas gerações acerca da finalidade do Estado.

A título de esclarecimento do argumento anterior sobre as formas de cidadão, mencionaremos alguns fragmentos do pensamento de Aristóteles n' *A Política*. Um aspecto importante a ser levantado sobre este tema do cidadão, é o fato de que identificar quem é o cidadão, exigiu de Aristóteles um esforço de análise de fatores que afetavam diretamente na definição dessa categoria. De acordo com Aristóteles:

A nossa definição de cidadão pode ser ainda mais apurada. Convém notar que, em constituições não democráticas, não é o magistrado de estatuto indeterminado que exerce cargos na assembleia e nos tribunais mas sim o magistrado com competências determinadas; ou a todos, ou a alguns destes magistrados, é concedido o poder de deliberar e julgar sobre todas as questões ou sobre algumas.

A natureza da cidadania decorre, de modo evidente, destas considerações. Chamamos cidadão àquele que tem o direito de participar nos cargos deliberativos e judiciais da cidade. (ARISTÓTELES, 1998, p.189, 1275b15-20).

Considerando esta definição, é possível levantar alguns elementos importantes para esclarecer o entendimento a respeito da cidadania. Em primeiro lugar, Aristóteles apresenta as condições para que o sujeito seja considerado cidadão. Ora, a cidadania pode ser adquirida pelo fato de ter nascido em um determinado território sob a jurisdição de um determinado Estado. Certamente alguns critérios levantados por Aristóteles, não teriam validade nos dias de hoje, pois na sociedade brasileira por exemplo, não existe a condição de escravo. No entanto, a parte que nos interessa desse fragmento do pensamento de Aristóteles, é a que afirma a qualidade característica do cidadão, que é o direito de voto nas assembleias e o direito de participação no exercício do poder público em sua pátria. Ao propor que cidadão é aquele que participa da vida da cidade, para isso, consideramos que tal cidadão seja capaz de discernir o que é melhor para a sua cidade. Além do que, necessário é ao cidadão o senso de justiça, que segundo Aristóteles é o fundamento de uma boa forma de governo, conforme veremos mais adiante, no capítulo 3. Tal capacidade nos parece que não é inata, mas que pode ser adquirida pela prática ou pela educação. Vale lembrar que, nem todas as formas de governo, permitem a participação efetiva dos cidadãos no destino da cidade.

Considerando que nossa realidade política é a democracia, nos parece coerente abordar o entendimento aristotélico de cidadão num Estado democrático. Em primeiro lugar devemos mencionar que, a razão de nossas investigações, seguem o objetivo de identificar a razão de ser do cidadão. Aristóteles menciona que a razão de ser do cidadão é a felicidade ou *eudaimonia*. Para atingir a *eudaimonia*, Aristóteles assevera que a causa de felicidade do cidadão e do Estado deve estar entrelaçada com a finalidade de cada um deles. Ou seja, a causa da felicidade deve relacionar-se com a dinâmica da organização da cidade, que envolve o obedecer, o mandar e o legislar. Aristóteles aponta que o fator que proporciona a felicidade

ao cidadão é a virtude. Somente por meio de cidadãos virtuosos haverá um Estado virtuoso e, somente por meio de um Estado virtuoso haverá cidadãos virtuosos. Dito isso, é possível perceber que Aristóteles identifica a urgência e necessidade de uma das grandes ciências práticas: a Política. Conforme podemos ler no seguinte fragmento de seu pensamento na *Ética a Nicômaco*:

Parece, contudo, haver uma opinião formada de que terá que dizer respeito à mais autêntica de todas as ciências e àquela que melhor é capaz de projetar a partir de princípios fundamentais. Tal parece ser a perícia política, porquanto é ela mesma que determina quais são as ciências necessárias aos Estados e quais são aquelas que cada classe de cidadãos deve aprender, e até que ponto. Vemos até que aquelas atividades que alcançam um maior prestígio, como a estratégia, a economia e a retórica estão sob a sua alçada. Mas a perícia política não faz apenas uso das restantes outras perícias que dizem respeito à ação, ela ainda legisla a respeito do que se deve fazer e de que coisas se tem que evitar. O fim que ela persegue envolve de tal modo os fins restantes, ao ponto de tratar-se do bem humano. (ARISTÓTELES, 2009, p.18, 1094a28 – 1094b10)

Em conformidade com a categoria de formação integral, que elegemos como uma das categorias chaves de nossa dissertação, parece que a política, conforme a entende Aristóteles, seria a ciência que deveria ser investigada com mais profundidade ao longo da formação dos estudantes. A legitimidade dessa premissa pode ser confirmada ao observarmos os debates feitos pelos deputados federais brasileiros, durante a discussão da reforma do ensino médio, proposta pelo governo federal em 2016²⁴, conforme podemos constatar na transcrição de partes do vídeo produzido pela TV câmara, intitulado “Fatos e Opiniões do dia 16 de dezembro de 2016. O primeiro fragmento que transcrevemos trata-se do discurso do deputado federal, do Rio Grande do Norte, Rogério Marinho, que manifestou-se contrário à obrigatoriedade da disciplina de filosofia e sociologia nos três anos do Ensino Médio, conforme transcrição a seguir:

Eu não estou entendendo, parece que o ensino médio que os partidos de oposição estão falando, é uma maravilha, eu acho que eles não entenderam, que o [...] nos colocou nos últimos lugares, eles não entenderam que há dez anos atrás, [...] que eles fracassaram na educação brasileira, eles tem que pedir desculpa a educação brasileira, o que eles estão propondo a obrigatoriedade de filosofia e sociologia, no segundo grau, em função de doutrinação, porque, que eles não estão preocupados com física, química, com biologia, só estão preocupados com filosofia e sociologia. (MARINHO, 2016)

²⁴ Conforme pode ser assistido no vídeo produzido pela TV câmara, intitulado “Fatos e Opiniões do dia 16 de dezembro de 2016 no link disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-6Df5F8a5us&t=646s>>. Acesso em 20 dez. 2016.

Do outro lado o deputado Chico Alencar do Rio de Janeiro, defendeu e questionou a afirmação de que a filosofia e a sociologia são meros mecanismos de doutrinação em sala de aula, conforme a transcrição de seu discurso a seguir:

Fico espantado de ouvir aqui, que filosofia e sociologia são doutrinação, quem sabe, Émile Durkheim e Max Weber, que estão no panteão dos sociólogos, são de esquerda agora. Hegel na filosofia, Platão, Aristóteles... Olha, essas declarações comprovam a urgência premente no ensino médio de filosofia e sociologia, para gente não ser tacanho, tecnocrata, redutor. (ALENCAR, 2016)

No entanto, entendemos que o discurso da deputada Renata Abreu, pelo Estado de São Paulo, foi o mais enfático no que se refere à política, no sentido apontado por Aristóteles, veja a seguir a transcrição de seu discurso:

Dizer que seus direitos básicos e a educação política, não é essencial para a formação do cidadão, não dá para acreditar. A nossa lei de diretrizes básicas da educação, já prevê no seu artigo 26, matérias que ela considera essenciais para a formação do cidadão. Dizer que o conselho nacional de educação é que deve elaborar o currículo básico, nós entendemos muito bem. Mas, a LDB faz questão de garantir na lei, determinadas matérias que ela considera essencial pra formação dessa nova geração, e nós não podemos nos omitir, nesse momento em que os nossos jovens mais pedem: Sim, eu quero conhecer os meus direitos, eu quero participar da política do meu país. Eu peço a vocês não vamos nos omitir. [...] nós precisamos incluir os direitos básicos desses jovens nas escolas, e formarmos jovens preparados para vida e não só para um vestibular, como hoje está acontecendo no nosso país. (ABREU, 2014)

O relato desses debates entre os parlamentares que apresentaram os seus argumentos, em relação necessidade de inserção na Medida Provisória, da obrigatoriedade da inclusão de educação política em todos os níveis de Educação Básica Brasileira, aponta para um possível entendimento da necessidade do esclarecimento a respeito da política aos jovens e adolescentes que frequentam as escolas brasileiras. Embora tal proposta tenha sido rejeitada, não tira o mérito de sua importância no sistema de educação nacional.

Aristóteles *n' A Política*, entende que o objetivo da política e da ética é fazer o cidadão e o Estado feliz, portanto, concluímos com Aristóteles que a da sociedade civil é viver bem, pois no dizer de Aristóteles:

A finalidade e o objetivo da cidade é, a vida boa, e tais instituições propiciam esse fim. A cidade é constituída pela comunidade de famílias em aldeias, numa existência perfeita e autossuficiente; e esta é, em nosso juízo, a vida feliz e boa. É preciso concluir que a comunidade política existe graças às boas ações, e não a simples vida em comum. Aos que contribuem mais para esse tipo de comunidade, cabe-lhes uma maior parte na cidade do que aqueles que lhe são iguais ou mesmo superiores em nascimento e em liberdade, embora inferiores em virtude cívica; e

cabe-lhes mais do que àqueles que os superam em riqueza mas não em virtude. (ARISTÓTELES, 1998, p.221, 1280b-1281a10).

Nesse sentido, Aristóteles sugere que todos os ramos da sociedade, tais como família, comunidades, instituições e corporações devem estar comprometidas com o ideal de vida feliz. Além do que, é a vida feliz que caracteriza uma boa sociedade e essa vida feliz só é possível onde os cidadãos e o Estado são virtuosos.

Convictos de que a vida feliz é o objetivo que se deve buscar, resta investigarmos, como é possível atingir este objetivo. Como estamos empenhados em identificar os princípios mais significativos de uma boa educação ou de uma formação integral, nos parece que as ponderações de Aristóteles nos dão a possibilidade de vislumbrar uma possível rota. Vejamos a seguir, o exemplo apresentado por Aristóteles, que assevera a necessidade da sociedade ser plural e ao mesmo tempo convergente:

Assim como o marinheiro é um membro de uma comunidade, assim é o cidadão. Os marinheiros diferem uns dos outros em virtude das diferentes tarefas: um é remador, outro é piloto, outro vigia; e outros terão, ainda, outros nomes semelhantes.

Sendo este o caso, é claro que a definição mais exata da virtude de cada marinheiro será específica do indivíduo em questão; mas também é evidente que uma definição comum de virtude se aplica a todos, na medida em que a navegação segura é um objetivo comum que todos devem cumprir e que cada um deseja. Analogamente quanto aos cidadãos: ainda que sejam desiguais, tem uma tarefa comum que é a segurança da comunidade. (ARISTÓTELES, 1998, p.195, 1276b20-30).

O exemplo de Aristóteles nos parece suficiente para compreendermos a diversidade dos cidadãos e ao mesmo tempo os elos que aproximam estes diferentes. A conservação do Estado ou sua salvação depende da formação virtuosa dos cidadãos, pois desta forma entendemos que estes comprometer-se-ão com a felicidade coletiva, e esta, de acordo com o pensamento de Aristóteles, é o maior bem da sociedade. Interessante destacar a observação de Aristóteles, de que, não são as leis que garantem uma vida feliz no Estado, mas sim as pessoas virtuosas que se reconhecem nas leis, conforme podemos confirmar na letra de Aristóteles (2008) “As leis em si mesmas não produzem as virtudes, por isso, são incapazes de tornar os cidadãos bons e honestos”. Portanto, as leis cumprem uma função de harmonizar os Estado. No entanto, como já vimos, o que garante uma vida feliz do cidadão e do Estado é a existência de cidadãos preparados para serem virtuosos.

Consideramos que foram apresentados os argumentos suficientes para entender esta categoria de Aristóteles e a sua relação com a educação. No próximo subcapítulo, trataremos da formação integral. Segundo o nosso entendimento, é importante ponderar sobre o

entendimento correto deste conceito, sobretudo, porque há quem entenda formação integral, como sendo apenas escola de tempo integral. Por esta razão, decidimos dedicar algumas páginas dessa dissertação, para um melhor esclarecimento desse tema tão caro à educação.

2.4 Formação Integral

A Formação integral, tem sido tema de discussões e debates, no campo da educação brasileira. Exemplo disso são as definições como as de Saviani (1997), que apresenta o ensino médio como lugar para o conhecimento dos fundamentos das habilidades para o processo produtivo. Entendemos que esse conhecimento dos fundamentos deve integrar ciência, cultura, humanismo e tecnologia, tendo em vista o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas. Neste sentido, apontamos para a definição de formação integral, concordando com a concepção de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), que entendem a formação integral/omnilateral, como aquela que garante ao educando o direito a formação completa para a leitura de mundo e para atuar de forma digna e integrada à sua sociedade. Considerando as novas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (DCNEM), é possível apontar que há duas propostas de Ensino Médio, uma é a educação profissional integrada ao Ensino Médio e a outra é a de profissionalização *stricto sensu*, ambas apontam para a formação humana integral. Conforme podemos verificar no seguinte fragmento das DCNEM (2011), que apresenta a formação integral como aquela que visa:

Uma formação integral, portanto, não somente possibilita o acesso a conhecimentos científicos, mas também promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais que se constituem normas de conduta de um grupo social, assim como a apropriação de referências e tendências que se manifestam em tempos e espaços históricos, os quais expressam concepções, problemas, crises e potenciais de uma sociedade, que se vê traduzida e/ou questionada nas suas manifestações. Assim, evidencia-se a unicidade entre as dimensões científico-tecnológico-cultural, a partir da compreensão do trabalho em seu sentido ontológico.

O princípio da unidade entre pensamento e ação é correlato à busca intencional da convergência entre teoria e prática na ação humana. A relação entre teoria e prática se impõe, assim, não apenas como princípio metodológico inerente ao ato de planejar as ações, mas, fundamentalmente, como princípio epistemológico, isto é, princípio orientador do modo como se compreende a ação humana de conhecer uma determinada realidade e intervir sobre ela no sentido de transformá-la. (BRASIL, 2013, p.162).

Fazendo uma ponte com o referencial teórico dessa dissertação, entendemos que a preocupação com essa formação integral do sujeito, está em consonância com os pressupostos aristotélicos apontados em *Ética a Nicômaco*, para se atingir o objetivo da vida feliz ou *eudaimônica*, do cidadão e do Estado.

Para ampliar o entendimento sobre formação integral, consideramos importante, visitar o conceito de Educação Integral, que ao nosso ver complementa o objetivo de

aprofundar a reflexão e os desdobramentos das políticas educacionais em nosso país, em especial em Santa Catarina, sob o viés da formação integral.

Considerando a leitura e estudo do artigo produzido por Pestana (2014), intitulado “*Afinal, o que é educação integral?*”, é possível identificar a educação integral, do ponto de vista teórico, como aquela que prevê uma formação do sujeito, de forma mais integrada possível. Entendendo, como forma mais integrada, o acesso às várias instâncias culturais da sociedade e às várias visões de ser humano, considerando as dimensões da sociabilidade, da cognição, da emoção, das subjetividades, dos desejos e da inteligibilidade. Além disso, este artigo nos oferece uma vasta gama de informações e fontes sobre o histórico dos movimentos de educação integral no Brasil, que apresentaremos de forma resumida para que o leitor possa ter um panorama desse contexto educacional, que desperta o interesse e curiosidade dos sujeitos envolvidos de forma crítica do tema da educação.

De acordo com o artigo e suas fontes, a educação integral, passou a ser pensada e projetada, a partir do movimento educacional conhecidos como Manifesto dos Pioneiros, apresentado em 1932. O foco desse movimento era uma ruptura com o modelo tradicional de educação, e a organização de uma escola que tivesse uma articulação mais harmônica entre as esferas política, econômica, social e cultural, tendo como princípio básico a liberdade individual. Na visão de Coelho (2009b, p. 90), o principal representante desse movimento foi Anísio Teixeira²⁵, que ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950 foi o grande impulsionador da ideia de uma educação integral em tempo integral. Um dos aspectos relevantes das contribuições de Anísio Teixeira é sua defesa de uma educação completa para o sujeito, onde

²⁵ Anísio Spínola Teixeira nasceu em Caetitê, sertão da Bahia, em 12 de julho de 1900. É considerado um dos maiores educadores brasileiros. Sua formação educacional foi fortemente influenciada pelo pragmatismo do filósofo John Dewey, de quem foi aluno no Teachers College e cujas idéias divulgou no Brasil. Mas foi, sobretudo, nos embates entre a gestão cotidiana da educação e sua visão de futuro, em meio a aliados e adversários, que aprendeu a organizar homens e instituições. No Rio de Janeiro, assumiu a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, no governo do prefeito Pedro Ernesto (1931-1935). Nessa gestão conduziu importante reforma educacional que o projetou nacionalmente, foi signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), teve participação ativa na Associação Brasileira de Educação (ABE), criou a Universidade do Distrito Federal (UDF). Em 1946, a convite de Julien Huxley, assumiu o cargo de Conselheiro de Ensino Superior da UNESCO, retomando suas atividades na área educacional. De volta ao Brasil em 1947, aceitou o convite de Otávio Mangabeira, recém-eleito governador da Bahia, para ocupar a Secretaria de Educação e Saúde desse estado, posto no qual permaneceu até o final desse governo (1947-1951). Nessa administração fez construir em Salvador o Centro Popular de Educação Carneiro Ribeiro, mais conhecido como Escola Parque, uma experiência inovadora de educação integral, onde atividades artísticas, socializantes e de preparação para o trabalho e a cidadania, e mais alimentação, higiene e atendimento médico-odontológico, complementavam as práticas educativas tradicionais. Esta obra, pioneira no Brasil, projetou-o internacionalmente. A história da educação brasileira, no século XX, está marcada por suas ideias e ações em favor da democratização das oportunidades de acesso à educação pública, universal, gratuita, laica e de qualidade. Sua obra representa um patrimônio importante da cultura nacional. O que produziu e criou permanece vivo, como mensagem inspiradora dos intelectuais e educadores brasileiros na virada do milênio. (Disponível em: <<https://twiki.ufba.br/twiki/bin/view/FAT/BiografiaAnisioTeixeira>>. Acesso 20 jan. 2017)

suas individualidades são respeitadas. Além disso, Teixeira (2007) apresenta que os princípios de uma educação integral com vistas a formação humana, deve primar pelo desenvolvimento completo do estudante e de suas potencialidades, sendo condições necessárias para tanto, um ensino gratuito, obrigatório e laico. Anísio Teixeira, entendia que a função social da escola era oferecer ao estudante uma educação cívica, moral, intelectual e ativa.

Partindo para ação prática, foi com Anísio Teixeira, que tivemos no Brasil, a primeira experiência efetiva de educação integral, quando da instalação de uma escola de tempo integral no estado da Bahia, no município de Salvador, nomeada de Centro Educacional Carneiro Ribeiro, inaugurado em 21 de setembro de 1950. De acordo com Teixeira (1997), a estrutura da escola de tempo integral deverá assim se constituir:

[...] haverá escolas nucleares e parques escolares, sendo obrigada a criança a frequentar regularmente as duas instalações. O sistema escolar para isso funcionará em dois turnos, para cada criança [...] no primeiro turno a criança receberá, em prédio econômico e adequado, o ensino propriamente dito; no segundo receberá, em um parque-escola aparelhado e desenvolvido, a sua educação propriamente social, a educação física, a educação musical, a educação sanitária, a assistência alimentar e o uso da leitura em bibliotecas infantis e juvenis. (TEIXEIRA, 1997, p. 243).

Fica evidente, que as discussões e experiências sobre educação integral no Brasil, inicia-se com o Manifesto dos pioneiros de 1932, sendo materializada inicialmente com o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, na Bahia, na década de 1950. Somente na década de 1980, é que outros centros foram instalados no Brasil, sob essa ideia de escola de tempo integral, agora no Estado do Rio de Janeiro, pela influência do antropólogo Darcy Ribeiro²⁶. Trata-se dos Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs. Já na década de 1990, foram construídos os Centros Integrados de Atendimento à Criança (CIACs) ou os Centros de

²⁶ Darcy Ribeiro nasceu em Montes Claros, cidade ao norte de Minas Gerais, no dia 26 de outubro de 1922, filho de Reginaldo Ribeiro dos Santos e de Josefina Augusta da Silveira Ribeiro. cursou a Faculdade de Medicina de Belo Horizonte entre 1939 e 1943. Nesse período, iniciou militância no Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil, militância da qual se afastaria nos anos seguintes. Em 1959, através de decreto presidencial, foi encarregado de coordenar o projeto da Universidade de Brasília. Foi seu primeiro reitor, em 1961. Tornou-se, em seguida, ministro da Educação no governo João Goulart e logo depois chefe do Gabinete Civil da Presidência da República. Com o movimento político-militar que depôs o presidente da República em abril de 1964, foi destituído de seus direitos políticos e demitido de seu cargo de professor da Universidade do Brasil pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1). Como senador, seu principal projeto foi a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, batizada como Lei Darcy Ribeiro. Foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 1992, ocupando a cadeira de nº 11. Em 1996, já gravemente doente, buscou realizar projetos aos quais vinha se dedicando há muitos anos e criou a Fundação Darcy Ribeiro com objetivo de garantir-lhes continuidade. Além de antropólogo e político, era também escritor. Manteve colunas no Jornal do Brasil e no Estado de São Paulo. Publicou dezenas de artigos em revistas acadêmicas e livros sucessivamente reeditados em diversos idiomas. Darcy Ribeiro faleceu em 17 de fevereiro de 1997. (Disponível em: < <http://www.fundar.org.br/fundacao/abre.php?abre=46>>. Acesso: 20 jan. 2017)

Atenção Integral à Criança (CAICs), realizados pelo governo federal em áreas metropolitanas do país e na mesma década, por volta de 1998, no Estado de São Paulo, foi criado o Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC), que consistia em firmação de convênios com as prefeituras, repassando recursos financeiros às prefeituras, para apoiar as experiências de ampliação do tempo escolar. No entanto, esses programas não vingaram. A partir do ano 2000, surgiram algumas políticas públicas, no sentido de ampliação do tempo escolar dos estudantes. Uma delas foi o Programa de Escola Integrada (PEI), em Belo Horizonte em 2006, que tinha como finalidade ampliar os saberes dos estudantes. Em São Paulo, foi criado o programa São Paulo é uma Escola, em 2005, para o funcionamento do programa foram construídos os Centros Educacionais Unificados (CEUs). E no Rio Grande do Sul, foram criadas escolas aos moldes dos CIEPs, do Rio de Janeiro.

Este panorama contribui para que seja possível perceber, que esse movimento no campo da educação no Brasil, é latente. Além disso, esse panorama nos possibilita, identificar que há uma diferença entre a concepção de formação integral e escola de tempo integral. Embora, a categoria de formação integral seja o fundamento das políticas públicas que pretendem promover a ampliação do tempo escolar dos estudantes, nem sempre, isso fica claro no desenvolvimento dos programas.

Em conformidade com o que nos propusemos no início desse capítulo, desenvolvemos um percurso sobre alguns conceitos fundamentais na área da educação, como é o caso de *eudaimonia*, *thauma*, *bildung* e *paideia*, no bojo destes conceitos é possível identificar a abrangência do campo da educação e seu papel indispensável para o desenvolvimento das potencialidades do sujeito. Além disso, ao percorrermos as categorias de bem viver, virtude moral e formação integral, é possível perceber a pertinência e atualidade do pensamento aristotélico no que diz respeito ao entendimento da realidade social e política de nosso tempo, para podermos refletir sobre elas e apontar caminhos. Porque é olhando o passado e contemplando o presente, com um olhar filosófico, que seremos capazes de estabelecer as bases de um futuro melhor para as gerações vindouras. No próximo capítulo, procederemos uma releitura da Proposta Curricular de Santa Catarina, no intuito de apontar as principais categorias educacionais, que fundamentam a educação catarinense.

3 PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA

Neste capítulo, apresentamos uma análise de conjuntura, do momento político que foi o cenário da elaboração da Proposta Curricular, abordando contexto político das décadas de 1970 e 1980, o viés marxista da proposta curricular e a sua corrente pedagógica, apontando principais categorias de educação, finalmente as atualizações da Proposta Curricular Catarinense.

O documento da Proposta Curricular Catarinense, insere-se num contexto histórico e social, marcado pelo processo de redemocratização da política nacional. Da história do Brasil, emprestamos os registros da formação da república e seus percalços durante os 127 anos de história, especificamente o período de 1964 e 1984, marcados pelo regime militar. Os anos subsequentes a esta fase de interrupção do direito democrático do cidadão brasileiro, identificado como período de redemocratização, foram marcados por mudanças políticas significativas. A elaboração de uma nova constituição, é considerado o fato mais significativos desse período. Em consequência, desse ato político, muitos outros se seguiram. Destacamos nesta dissertação a elaboração da Proposta Curricular Catarinense, que pretende estabelecer os fundamentos da educação catarinense, alinhados ao momento histórico que se iniciara em 1984. O nosso desafio neste capítulo é apresentar uma breve análise de conjuntura, desse recorte histórico pós 84. Além do que, apontar as categorias de educação mais significativas presentes no documento e relacioná-las com as categorias aristotélicas de bem viver, virtude moral e sujeito político.

Considerando o pensamento de Aristóteles (1998) na sua obra *A Política*, é papel do Estado definir o modelo de educação que os cidadãos deverão usufruir. Partindo dessa premissa, nos parece que a iniciativa do Estado de Santa Catarina, de elaborar um documento que apresente seu projeto de educação, estaria de acordo com o pensamento de Aristóteles sobre a educação. Na continuação deste capítulo, faremos uma contextualização do panorama político, do momento histórico em que foi elaborada a proposta curricular catarinense.

3.1 O cenário político brasileiro nas décadas de 1970 e 1980

O processo de redemocratização do Brasil, ocorrido na década de 1980, é apontado por historiadores, como por exemplo Luiz Werneck Vianna (1986), como uma travessia do regime autoritário e a nova constituição de 1988. Essa travessia inicia-se, segundo Vianna (1986), com a vitória política do MDB²⁷ sobre a ARENA²⁸, no ano de 1974. Destacamos uma observação do autor supracitado, que nos apresenta uma compreensão do processo de redemocratização, como um processo de modernização, sem rupturas. Em outras palavras, seria espécie de revolução pacífica, que fica melhor explicada pelo próprio Vianna (2011);

Revoluções passivas são processos de revolução sem revolução em que as elites políticas das classes dominantes se apropriam total ou parcialmente da agenda dos setores subalternos, cooptando suas lideranças, afastando outras, em uma estratégia de conservar-mudando, tal como nas palavras de um personagem do romance *O leopardo*, a obra-prima do italiano Giuseppe Lampedusa, que sentenciava ser necessário mudar para que as coisas permanecessem como estavam. (VIANNA, 2011, p. 172).

Como é possível perceber, no fragmento acima, no entender de historiadores como Vianna (1986), a chamada revolução passiva no Brasil, iniciou-se ainda, quando da descolonização de Portugal. Nesse movimento de independência do Brasil em relação à Portugal, não foi exatamente um movimento de libertação nacional, mas um processo dirigido pelas classes dominantes, que manteve os mesmos métodos de dominação. De certa forma podemos inferir que mudaram apenas os personagens que dominavam. Exemplo disso, foi a conservação da estrutura vinculada ao monopólio da terra e do poder político pela elite agrária do Brasil de então. Esta breve contextualização, nos permite olhar para as décadas de 1970 e 1980, com uma postura mais crítica, e, nos permite perceber, que tal contexto ainda é vigente. No entanto, não se pode negar que a participação do cidadão, no processo de escolha de seus representantes políticos, seja uma conquista cidadã. Em concordância com VIANNA (2011), é possível olhar para a realidade política e social do Brasil, na década de 1970, e vislumbrar que na relação entre autoritarismo e modernidade, há uma tensão, entre sociedade civil e Estado. E essa tensão foi amenizada pelo processo de democratização que começou a ser desenhado a partir de 1974, conforme mencionado anteriormente, quando o MDB venceu as

²⁷ MDB - Movimento Democrático Brasileiro. Partido de oposição criado em 1965, formado por força da lei do bipartidarismo, que agregou, segundo Vieira (2010), membros do da UDN, PSD e PTB. (VIEIRA, 2010, p. 92).

²⁸ ARENA - Aliança Renovadora Nacional. Partido brasileiro criado em 1965, com a finalidade de dar sustentação política ao governo militar instituído a partir do golpe de Estado no Brasil em 1964. Era formado por ex-membros da UDN, PSD e PTB. (VIEIRA, 2010, p. 92).

eleições para o senado, em vários estados brasileiros. A sequência desse processo, foi a abertura política que começou a demarcar uma maior participação da sociedade civil de forma direta na política nacional. Como é possível perceber, não se trata ainda, de uma revolução, mas podemos dizer que foi um pequeno avanço institucional, na direção democratização nacional. É possível afirmar, que foi nas décadas de 1970 e 1980, que a sociedade civil emergiu no Brasil, como um dos principais atores do processo de democratização, que teve seu ápice na promulgação da constituição de 1988, quando o cidadão brasileiro, pode ter garantido, a conquista da cidadania livre e plena. Para melhor ilustrar este momento tão significativo de nossa história, transcrevo a seguir o que registrou o Jornal do Senado, em seu caderno de edição especial do dia 14 de novembro de 2014:

Neste mês completam-se 40 anos de uma data pouco lembrada, mas decisiva para a história política contemporânea do Brasil. Em 15 de novembro de 1974, a ditadura militar sofreu uma inesperada derrota nas urnas, que marcou a ascensão definitiva do Movimento Democrático Brasileiro, o MDB, como partido viável de oposição. Naquela eleição foram escolhidos senadores, deputados federais e deputados estaduais. Foi na corrida ao Senado que o governo sofreu uma derrota marcante. Dos 22 estados que na época elegiam senadores, o MDB triunfou em 16. Entre os 16 eleitos (retratados nesta página), estavam lideranças até então desconhecidas no cenário nacional e que se tornariam protagonistas da política brasileira nos anos seguintes, como Itamar Franco (Minas Gerais), Orestes Quércia (São Paulo), Paulo Brossard (Rio Grande do Sul) e Marcos Freire (Pernambuco). A eleição de 74 era para apenas um terço dos senadores. Por isso, a Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido de sustentação do regime, pôde manter a maioria no Plenário. Para evitar um desastre na eleição seguinte, o governo mudou a regra do jogo. Um ano e meio antes da eleição de 1978, o general Ernesto Geisel — quarto dos cinco presidentes militares da ditadura — fechou o Congresso e, durante o receso, impôs uma reforma política que impedia o MDB de assumir o controle das duas Casas. O retrocesso representado pelo Pacote de Abril de 1977 mostrou que o caminho até a volta da democracia ainda seria tortuoso. No entanto, a vitória da oposição em 1974 representou uma mudança irreversível no panorama político brasileiro: a partir dali, o fim da ditadura pela via legal deixava de ser uma utopia. Este encarte, produzido a partir do especial “Senado 74 — a eleição que abalou a ditadura”, de Adriano Faria para a Rádio Senado, recapitula a história da eleição, com depoimentos de três dos protagonistas, os ex-senadores Brossard, Saturnino Braga e Mauro Benevides — este, o único dos 16 vitoriosos do MDB ainda exercendo mandato eletivo, na Câmara dos Deputados. (FARIA, 2014)

Diante deste breve relato dos fatos políticos de 1974, é possível termos uma visão histórica um pouco mais crítica, da realidade política e social do Brasil de então. Deixando um pouco de lado o viés eleitoreiro, no sentido de preocupar-se com quem ganhou ou deixou de ganhar as eleições, a nós interessa para esta dissertação, os desdobramentos destes fatos para a construção de uma sociedade verdadeiramente interessada no bem viver dos cidadãos, pautado pela virtude moral, que ao nosso ver, seria possível à luz de Aristóteles, onde os cidadãos são formados para ser verdadeiros sujeitos políticos.

A grande contribuição, que podemos abstrair desse período, é o fato de que ao governante deve interessar o bem viver dos cidadãos e não somente, a desvairada luta pela conquista e manutenção do poder, conforme é possível perceber, de forma muito clara, durante os pleitos eleitorais ao longo da história do Brasil. Para ilustrar, apresentamos mais um fragmento do jornal do senado em seu caderno espacial de 14 de novembro de 2014, que transcreve um desabafo do então Presidente de República Ernesto Geisel²⁹, onde fica evidente, que não há sequer uma menção, aos interesses e necessidades dos cidadãos brasileiros, ou da sociedade civil, apenas uma chamada de atenção aos correligionários da ARENA, pelo fracasso no pleito eleitoral, conforme podemos constatar a seguir:

Em 30 de dezembro de 1974, o presidente Ernesto Geisel se dirige à nação em cadeia de rádio e televisão. Reconhece a vitória do MDB e critica a Arena. “Ressentimentos — e não há razão para cultivá-los — não me tolhem, nem sinto simples constrangimento, que até seria compreensível, ao registrar que o Movimento Democrático Brasileiro, partido da oposição, alcançou substancial avanço na autenticidade de sua acrescida expressão política. Acresce mencionar (...) que a Arena aparentemente se beneficiou — e talvez mais correto seria dizer que se desgastou — com o largo período de confortável, mas emoliente posição majoritária. As consequências estão agora à vista. Sirva isso de alerta (...). Na Arena, partido que se comportou como partido único, sem que na realidade o fosse, as dissensões internas sobrepor-se-iam aos objetivos maiores do conjunto, ensejando afirmações mais positivas do partido contrário.” (FARIA, 2014)

Dando continuidade a este subcapítulo, que pretende abordar o contexto político brasileiro, nos deportamos para o entendimento de Aristóteles sobre o governo e as formas de governo. Nos parece atual e coerente a definição dada por Aristóteles ao termo governo, apontando a forma correta do exercício desse. Para Aristóteles “o governo é o elemento supremo em toda a cidade e o regime é, de fato, esse governo”. (ARISTÓTELES, 1998, p.207, 1278b10). Acrescenta ainda, que o poder só poderia ser exercido por um só governante, ou por um grupo limitado de cidadão, ou da maioria. Considerando essas três formas de exercício do poder, Aristóteles não elege uma forma como a melhor, mas afirma que independentemente da forma do exercício do poder, se monarquia³⁰, aristocracia³¹ ou

²⁹ Ernesto Beckmann Geisel, nasceu em Bento Gonçalves no dia 3 de agosto de 1907 e faleceu no Rio de Janeiro, em 12 de setembro de 1996. Foi um político e militar brasileiro, tendo sido 29º Presidente do Brasil (4º no regime militar brasileiro) de 1974 a 1979. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ernesto_Geisel>. Acesso: 10 de jan. 2017.

³⁰ Chamamos monarquia o Estado em o governo que visa a esse interesse comum pertence a um só. (Aristóteles, 1998, p. 211)

³¹ Aristocracia, aquele em que ele é confiado a mais de um, denominação tomada ou do fato de que as poucas pessoas a quem o governo é confiado são escolhidas entre as mais honestas, ou de que elas, só tem em vista o maior bem do Estado e de seus membros. (Aristóteles, 1998, p.211).

república³², o que realmente é relevante para o Estado e a felicidade dos cidadãos é se ele é exercido de forma justa. De acordo com Aristóteles “quando o único ou os poucos, ou os muitos, governam em vista do interesse comum, esses regimes são necessariamente retos”. (Aristóteles, 1998, p.211, 1279^a25-30). Interessante notar que para Aristóteles, quando o exercício do poder não estiver alinhado ao princípio da justiça, as três formas descritas podem degenerar em formas inconvenientes conforme o seguinte fragmento:

Estas três formas podem degenerar: a monarquia em tirania; a aristocracia em oligarquia; a república em *democracia*. A tirania não é, de fato, senão a monarquia voltada para a utilidade do monarca; a oligarquia, para a utilidade dos ricos; a democracia, para a utilidade dos pobres. Nenhuma das três se ocupa do interesse público. Podemos dizer ainda, de um modo um pouco diferente, que a tirania é o governo despótico exercido por um homem sobre o Estado, que a oligarquia representa o governo dos ricos e a democracia o dos pobres ou das pessoas pouco favorecidas. (ARISTÓTELES, 1998, p.213, 1279b5-20).

Conforme podemos constatar, na concepção de Aristóteles, incorremos no erro de considerar a democracia uma forma justa de governo. A rigor segundo Aristóteles, o exercício do poder, que caracteriza o governo, deve estar focado no princípio da justiça e não no interesse de quem quer seja. Para esclarecer esse argumento, apresento as ponderações de Bobbio (2000), quando diferencia a democracia dos antigos e a democracia dos modernos:

Para os antigos a imagem da democracia era completamente diferente: falando em democracia em pensavam em uma praça ou então em uma assembleia na qual os cidadãos eram chamados a tomar eles mesmos as decisões que lhes diziam respeito. “Democracia” significava o que a palavra designa literalmente: poder do *dêmos*, e não como hoje, poder dos representantes do *dêmos*. [...] Na célebre oração fúnebre de Péricles são louvadas as pessoas que se ocupam não apenas de seus interesses privados, mas também dos negócios públicos, e são censurados como cidadãos inúteis aqueles que não se ocupam dos segundos. (Bobbio, 2000, p. 372)

Portanto, as contribuições de historiadores, que acrescentamos nessa dissertação, vão no sentido de legitimar a importância da reflexão política no contexto da educação. Para finalizar, esta breve contextualização política das décadas de 1970 e 1980, consideramos oportunas as ponderações de Marilena Chuí e Marco Aurelio Nogueira, quando da participação de um importante evento acadêmico, o seminário promovido pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, em 26 de abril de 2006. O texto original de seu discurso faz parte da 71 edição da Revista Lua Nova de 2007. De acordo com o texto de Chauí e Nogueira (2007), no vocabulário político daquela época, havia uma distinção entre sistema e regime, segundo ela, o regime era o governo, e o sistema a estrutura de poder

³² “República, aquele em que a multidão governo para a utilidade pública”. (ARISTÓTELES, 1998, p.211).

montada pela ditadura, para garantir a segurança nacional. A principal ideia difundida pela ditadura nesse período, foi a de uma abertura democrática denominada de “distensão lenta, gradual e segura”, para melhor compreender esse contexto, inserimos a seguir um fragmento da revista Lua Nova de 2007, onde Chauí e Nogueira, mostram a origem desta frase de efeito do regime militar, e aponta que a mente que arquitetou foi a do general Golbery do Couto e Silva³³, conforme podemos verificar a seguir:

[...] Essa discussão era inseparável da ideia desenvolvida pelo general Golbery do Couto e Silva e posta em prática pelo general-presidente Ernesto Geisel, da “abertura democrática” ou, na linguagem de Golbery, a “distensão lenta, gradual e segura”. A palavra “distensão” não veio por acaso. O general Golbery escreveu, entre várias obras, uma sobre a questão da segurança nacional, na qual desenvolvia a tese de que os Estados, as nações em geral e o Brasil são como um organismo que opera à maneira do coração, com sístoles e diástoles. E é essa concepção naturalista e organicista da sociedade e do Estado que aparece na ideia da “abertura democrática” como “distensão”. Com frequência, o general Golbery referia-se a ela dizendo: “estamos na diástole”. Essa distensão, para que fosse lenta e segura – isto, para que os militares e o capital não perdessem o controle do poder de Estado, fez com que o “sistema” produzisse algo que ficou conhecido entre nós como o “pacote de abril”. Este foi apresentado como um conjunto de “salvaguardas”, que permitiriam a manutenção dos ideais de 1964: a ordem (contra a luta de classes e as esquerdas), o desenvolvimento (a definição da economia pelos interesses do capital), o progresso (o chamado “Brasil Grande”) e, surpreendentemente, a democracia (entendida como regime constitucional e representativo). (CHAUÍ; NOGUEIRA, 2007)

Ainda de acordo com Chauí e Nogueira, o regime militar através do general Golbery, realizou algumas proezas para tornar a ARENA imbatível. Uma delas foi a mudança institucional do território brasileiro, dividindo o Estado do Mato Grosso, criando o Estado do Mato Grosso do Sul e do Estado de Goiás, desmembrou o Estado de Tocantins. Além disso, deu condições fortíssimas para o poderio local da Arena, criando uma forma de representação, diferenciada, onde alguns Estados são Hiper-representados e outros sub-representados.

Como é possível perceber, o panorama político brasileiro desse período, foi marcado pelo processo de redemocratização, com todos seus percalços.

Após duas décadas de ditadura militar. Uma das ações dessa redemocratização foi a realização das eleições diretas³⁴ para os mandatos do executivo, de presidente, de governadores e de prefeitos e também eleição direta para os mandatos do legislativo, de

³³ Golbery do Couto e Silva, nasceu no Rio Grande do Sul, em agosto de 1911 e faleceu em São Paulo, em setembro de 1987. Foi um general e geopolítico brasileiro. Tornou-se reconhecido como um dos principais teóricos da doutrina de segurança nacional, elaborada nos anos 50 pelos militares brasileiros da Escola Superior de Guerra (ESG), sendo um dos criadores do Serviço Nacional de Informações (SNI). Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Golbery_do_Couto_e_Silva>. Acesso: 10 de jan. 2017.

³⁴ É aquela em que os candidatos a exercer mandatos políticos são eleitos diretamente pelo povo. Este é o modelo utilizado na democracia representativa. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Eleições/Eleição_direta>. Acesso 10 de jan. 2017.

senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores. O ano que marcou essa significativa mudança em nosso país foi o de 1986. Neste ano foram eleitos os novos governadores dos estados-membros, de forma direta. Nesta ocasião os candidatos aos governos estaduais eleitos, inclusive o governo de Santa Catarina, pertenciam a grupos políticos com perfil de centro-esquerda³⁵. Esse alinhamento político, abriu a oportunidade para o ingresso em cargos estratégicos da educação, como nas secretarias estaduais de educação, de professores que estavam envolvidos em debates educacionais com o viés do pensamento histórico-cultural³⁶. Dessa maneira, o movimento dos educadores que defendiam uma perspectiva curricular de esquerda teve aceitação das instâncias oficiais dos governos estaduais, entre eles o catarinense. Diante dessa abertura do governo estadual, para a discussão de um projeto de educação, incluindo a participação dos sujeitos da educação, foi elaborada a primeira proposta curricular de Santa Catarina. Esse documento, foi o resultado da discussão e estudos sistemáticos realizados pela secretaria estadual de educação entre os anos 1988 e 1991.

Por ser esta dissertação de cunho filosófico, apresentaremos a seguir uma breve introdução ao pensamento de Karl Marx, que é o fundamento filosófico do pensamento de Vygotsky e Leontiev, que são apresentados pela proposta curricular catarinense, desde o seu primeiro livro, como o marco teórico da mesma.

3.2 O viés marxista da Proposta Curricular Catarinense

Para discorrer de forma breve e sucinta, a respeito do marxismo e sua influência na educação, nos balizamos no entendimento do legado de Karl Marx, proposto Severino (2015), que nos apresenta as possíveis aproximações do pensamento de Karl Marx com a educação. Inicialmente, partindo das afirmações de Severino, identificamos que Marx forma seu cabedal intelectual em um contexto sócio-econômico, bastante explosivo, justamente, porque é o momento de consolidação do sistema capitalista. Esta consolidação se dá, pelo viés da exploração da força de trabalho. Para melhor compreender este contexto de consolidação do

³⁵ Centro-esquerda é um termo político utilizado para descrever indivíduos, partidos políticos ou organizações que se encontram entre o centro e a esquerda no espectro ideológico, dentro do conceito da existência de uma Esquerda e Direita (política). Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Centro-esquerda>>. Acesso: 10 de jan. 2017.

³⁶ A teoria histórico-cultural tem suas origens nos estudos de Lev Semenovich Vygotsky (1896-1934). Procurando entender a estagnação em que a psicologia se encontrava no início do século XX, Vygotsky desenvolveu estudos que demonstravam a mediação social no desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/psicoeduc/gilvieira/2011/02/02/teoria-historico-cultural-e-aprendizagem-contextualizada>>. Acesso: 10 de jan. 2017.

capitalismo, exigiu de Marx, a utilização de diversas ferramentas para, poder fazer uma leitura mais coerente da realidade. Entre estas ferramentas, são apontadas a filosofia, economia, sociologia e educação, áreas do conhecimento, que também tiveram a influência deste importante intelectual. O contexto histórico coincide com a vida e obra de Karl Marx é o século XIX. Os desdobramentos da consolidação do capitalismo, marcado pela exploração do trabalho humano, foi a geração de duas classes sociais antagônicas. A burguesia, detentora dos meios de produção e do capital e a classe dos operários ou proletários. É tensão entre essas duas classes, causada pela exploração operada pela burguesia encima do proletariado, é que surgem os primeiros movimentos sociais, como os sindicatos. Esses movimentos sociais, reivindicavam melhorias nas condições de vida e de trabalho do proletariado. Contribuíram para fundamentação teórica desses movimentos, as novas produções científicas, como é o caso da economia política de Adam Smith e David Ricardo. No entanto, nos interessa para essa dissertação os fundamentos do pensamento de Karl Marx. Tais fundamentos, iniciam com a aproximação de Marx com o pensamento de Hegel. O aspecto mais relevante do pensamento de Hegel, que chamou a atenção de Marx, foi o conceito de temporalidade e da historicidade, que passa a ser conhecido como a perspectiva dialética. Essa perspectiva, permite compreender que o real não está elaborado de forma definitiva. O real é um processo permanente de construção. Referendando esse processo, aparecem as obras de Darwin, por exemplo, que sugere que existe um aperfeiçoamento da natureza dos seres, que vai do mais simples ao mais complexo.

Portanto, Karl Marx, traz essa compreensão de temporalidade, historicidade e transformação para a realidade da vida social humana. Entendendo que a saga social humana, está imersa num processo contínuo de evolução. Diante desta constatação, nos parece que cabe ao ser humano, dotado de razão, que é um dos diferenciais que o qualifica como superior aos demais seres, conforme Aristóteles *n' A Política*, é capaz de identificar, acompanhar e dirigir essa permanente evolução. É possível pontuar ainda, de acordo com as ponderações de Severino, que a contribuição de Marx, para a compreensão da realidade, passa pelo conceito de dialética³⁷, justamente porque o processo de transformação social, não é um processo linear, mas a sucessão de diferentes modos de produção social, que caracteriza o desenvolvimento de uma civilização. Portanto, da contribuição de Marx e Hegel, é possível

³⁷ Dialética do Grego (διαλεκτική), definido primitivamente como a arte do diálogo e da discussão. Segundo Lalande (1996), Aristóteles distingue a dialética da analítica, onde esta tem por objeto a demonstração, a dedução que parte de premissas verdadeiras e a Dialética tem por objeto os raciocínios que assentam sobre opiniões prováveis. (LALANDE, 1996, p. 255)

entender a realidade social e política, como um processo de evolução provocado por essa dialética social. A dialética, desenvolvida por Hegel, apresenta três estágios importantes e sequenciais, que são a tese, a antítese e síntese. A tese pode ser entendida como o estágio atual da realidade, o panorama real do cotidiano, com seus aspectos bons e seus limites e contrariedades. A antítese, seria uma espécie de crítica a essa realidade, no sentido de apontar o que está errado e provocando as crises, tanto econômicas, sociais e políticas, e a Síntese, seria a confirmação de uma realidade, que seja capaz de aplacar tais crises, gerando uma certa estabilidade social, política e econômica. De uma maneira ilustrativa, citamos a conjuntura social, política e econômica do Brasil no ano de 2016. Em tese havia uma crise, política, que se desencadeava em uma crise econômica, que gerava uma insatisfação por parte dos cidadãos brasileiros, em relação ao governo federal. Tal estado de coisas, deu espaço para que houvesse uma reação, por parte de algumas lideranças políticas, que aproveitaram a ocasião para sinalizar, que a solução seria a deposição do chefe de governo. Consideramos que há ainda muita coisa a ser dita e investigada sobre os desdobramentos desse processo, no entanto, nos limitaremos a identificar um elemento que consideramos chave nesse processo, que é o sujeito político. É nesse momento, que apontamos a fragilidade do nosso sistema político, onde a decisão final do processo, foi definida por uma pequena elite política, que a nosso ver, não representa legitimamente todos os cidadãos brasileiros. A lição que tiramos desse episódio, nos encaminha para uma ação política, ou politizadora no campo da educação. Consideramos que utilizamos de forma, ainda muito ingênua e com pouca eficácia as lições de filosofia e sociologia em nossas escolas. Identificamos, que a síntese proclamada pela classe política, representada no atual governo, não assimilou muito as contradições da tese e da antítese.

Voltando ao documento da proposta curricular catarinense, em sua primeira versão, publicada em 1991, podemos identificar que ele aponta para uma mudança, pelo menos em termos teóricos dos rumos da educação. E a principal mudança pode ser observada no marco teórico, que como já mencionamos anteriormente, caracteriza-se pelo viés marxista, conforme constatamos no trecho transcrito a seguir da proposta de 1991, na parte do documento norteador, que entendemos que contém a ideia central da mesma:

Torna-se necessário adquirir a clareza do processo de alfabetização, não como somente uma questão que tem como vertente a língua da nação, mas uma alfabetização que supere a ignorância nos mais diversos segmentos do conhecimento, segmentos estes, que abrangem todo o currículo, ou seja, desde o trabalho efetivo no espaço sala de aula até as atividades extraclasses, aqui entendidas como universo de ações e interações que o aluno desenvolve fora da escola. Portanto, uma produção sistematizada de conceitos e valores que possibilite a cada aluno, na sua condição de homem:

- 1) Ler num transporte coletivo a sua condição social e daqueles que com ele transitam;
 - 2) Que ao observar uma feira-livre, consiga ter claro as relações econômicas que ali se estabelecem;
 - 3) Que ao observar uma obra pública, consiga ter a leitura de que benefícios ela traz e qual segmento da sociedade;
 - 4) Que ao ler um jornal ou ver um jornal de TV, ele consiga processar a decodificação das relações segmentadas que a imprensa projeta;
 - 5) Que ao transitar pelas ruas, perceba e sinta no conjunto da massa humana as relações que interagem nesta massa;
 - 6) Que consiga estabelecer a diferença entre aquilo que é popular e o que não é;
 - 7) Que perceba a interação entre conteúdos trabalhados em sala de aula e o seu cotidiano;
 - 8) Que tenha condições de problematizar e questionar, quando não ocorre interação escola-comunidade;
 - 9) Que tenha instrumentos capazes e eficazes para estabelecer discernimento sobre as condições do mercado de trabalho, as relações sociais que ali se estabelecem e as formas de superação das questões que o conjunto social definir como tal;
 - 10) Que estabeleça no seu dia a dia a estreita vinculação do social, do econômico, do político e do ideológico que se produz na totalidade do mundo.
- Desta forma, independentemente da área do conhecimento, o conjunto curricular tem que produzir as condições de leitura e releitura do cotidiano proximal e distante, para que este aluno seja pleno, orgânico, consequente e expressão máxima de seu momento histórico, além de dinâmico, para que possa estabelecer as bases daquilo que será o novo, produzido sobre o que passa a ser velho. (SANTA CATARINA, 1991, p. 12)

Entendemos que esta citação do documento, é bastante revelador sobre o viés ideológico da Proposta Curricular Catarinense. Entre outras coisas, é possível identificar o cuidado com a formação crítica do sujeito em relação ao mundo que o cerca. Além disso, apresentamos no próximo subcapítulo, a corrente pedagógica da Proposta Curricular catarinense, que apresenta as ideias pedagógicas de Vygotsky e a teoria da atividade de Leontiev. Entendemos que tal corrente pedagógica, apresenta-se, ao menos sob o viés teórico, como a concretização do pensamento marxista na prática pedagógica na educação catarinense.

3.3 A Corrente pedagógica da Proposta Curricular Catarinense

Consideramos importante identificar a corrente pedagógica que norteia a Proposta Curricular Catarinense. Conforme já foi mencionado no subcapítulo anterior, o marco teórico da Proposta é marxista, resta agora apresentar a corrente pedagógica que estabelece o elo entre o marco teórico marxista e a prática pedagógica. Conforme podemos ler na própria Proposta Curricular, ela é apresentada como vinculada à corrente sócio-interacionista, como podemos ler na seguinte citação:

Nas diferentes versões e documentos síntese da proposta curricular do Estado de Santa Catarina (1991, 1998b, 2005), as reflexões sobre a organização pedagógica

foram pautadas na teoria histórico-cultural e da atividade. Entre outros aspectos, é fundamental lembrar que, nesta teoria, concebe-se que as características humanas se constituíram historicamente por intermédio dos processos de hominização, ou seja, processos por intermédio dos quais cada sujeito singular produz a sua própria humanidade. (SANTA CATARINA, 2014, p. 33)

Portanto, diante dessa citação, é possível afirmar que a Proposta Curricular orienta-se pela corrente pedagógica conhecida como sócio-interacionismo³⁸. A seguir apresentamos uma breve biografia de Vygotsky e sua compreensão de ZDP

3.4.1 O sócio-interacionismo

Lev Semenovicth Vygotsky, nasceu no ano de 1896 na pequena cidade de Orsha, que fica próximo a Minsk, cidade maior, que atualmente é a capital da Bielo-Rússia. A referida região à época, do nascimento de Vygotsky, era dominada pela Rússia, aliás hoje, Orsha está localizada a 56,7 km da divisa entre Bielo-Rússia e Rússia (google map). Os seus pais eram de família judia, culta e pertenciam a uma classe social e econômica estabilizada, o que permitiu a ele uma boa e sólida formação intelectual desde criança.

De acordo com o pensamento de Vygotsky (1998) pode-se inferir que a origem das mudanças que se desenvolvem no ser humano ao longo da sua existência, está associada às interações que ocorrem entre o indivíduo e a sociedade, a cultura e a história de vida, além das oportunidades e situações de aprendizagens que se apresentam durante a sua vida social. Considerando a proposta curricular, como um caminho que poderá contribuir, para que o sujeito alcance um estágio de desenvolvimento humano e social melhor, parece importante considerar as interações do sujeito com a sociedade, a cultura e a sua história de vida. Aqui já podemos identificar alguns elementos que são considerados importantes na prática pedagógica, como por exemplo, o exercício da competência de perceber a contribuição das interações com o ambiente social, cultural e biográfico, para a consolidação da formação integral do sujeito.

³⁸ O sócio-interacionismo surge da ênfase no social. Os estudos de Vygotsky sobre o aprendizado decorrem da compreensão do homem como um ser que se forma em contato com a sociedade. “Na ausência do outro, o homem não se constrói”. Para Vygotsky, a formação se dá numa relação dialética entre o sujeito e a sociedade a seu redor – ou seja, homem modifica o ambiente e o ambiente modifica o homem. Para ele o que interessa é a interação que cada pessoa estabelece com determinado ambiente, a chamada experiência pessoalmente significativa. Disponível em: <<http://agora-espacoreflexivo.blogspot.com.br/2011/05/teoria-socio-interacionista-lev.html>>. Acesso: 28 jan. 2017

E finalmente, o conceito de zona de desenvolvimento proximal, que pode ser entendido como a região ou distância entre aquilo que o sujeito já conhece ou assimilou de forma autônoma, e aquilo que o sujeito pode vir a conhecer ou fazer com a ajuda de outros indivíduos, que denomina-se desenvolvimento potencial. Segundo o entendimento de Vygotsky (1978), a zona de desenvolvimento proximal da criança pode ser entendida como a distância entre o desenvolvimento real, que pode ser determinado através da capacidade de solução independente de problemas e o nível de desenvolvimento potencial, que pode ser determinado pela capacidade de resolução sob a orientação de um adulto ou em colaboração de colegas mais capazes. Este conceito de Vygotsky, pode ser considerado o que mais se aproxima da área de educação, pois entende-se que é na zona de desenvolvimento proximal que acontece a intervenção pedagógica do educador.

Como o nosso foco é o pensamento de Aristóteles, entendemos que neste conceito de Vygotsky, é possível identificar algo sobre o tratado da alma³⁹ formulado por Aristóteles. De acordo com Aristóteles, o ser humano é dotado de um princípio de vida, que é a fonte das atividades próprias de cada ser vivo, que é denominado alma. Segundo Aristóteles, diferentes seres vivos possuem diferentes capacidades ou princípios de vida, por exemplo plantas, animais e seres humanos. As plantas podem crescer e se reproduzir, mas não se locomover, os animais podem crescer, se reproduzir e se locomover, ter sensações. Já os seres humanos acumulam todas as capacidades anteriores mencionadas e ainda acrescenta-se a capacidade de pensar e compreender. É possível abstrair do pensamento de Aristóteles, que a capacidade de pensar e compreender é que possibilita o ser humano a passar do estado de potência ao estado de ato. Por exemplo, alguém que não saiba falar o idioma inglês, poderá fazê-lo mediando o estudo e o exercício desse. Passando da potência que é a capacidade de falar tal idioma, ao ato, que é a fluência no idioma após o estudo e o exercício. Nos parece que aqui o conceito de zona de desenvolvimento proximal de Vygotsky, estaria de certa forma legitimando o enunciado de potência e ato de Aristóteles.

A seguir apresentamos aspectos da Teoria da Atividade, desenvolvida pelo psicólogo Leontiev, que também figura como conceito fundante da Proposta Curricular Catarinense.

³⁹ Em concordância com o Huisman (2000), Aristóteles entende alma como substância composta por ato e potência, ou ainda noção forma, em oposição a matéria. A alma é vegetativa, sensitiva ou racional, no princípio do pensamento. (HUISMAN, 2000, p. 8)

3.4.2 A Teoria da Atividade

A Teoria da Atividade⁴⁰ é mencionada na Proposta Curricular, como um dos fundamentos da ação pedagógica. Isso pode ser constatado na seguinte citação:

À luz dos pressupostos teóricos da teoria histórico-cultural e da teoria da atividade, convém considerar as atividades principais do sujeito nos processos de aprendizagem e desenvolvimento, conforme Davidov (1988) a partir de estudos desenvolvidos por Leontiev. A atividade principal promove as principais transformações nas particularidades psicológicas do ser humano em dado período de desenvolvimento, gerando as neoformações. São elas que, em boa medida, governam as mudanças mais importantes nos processos psíquicos e nos traços psicológicos dos sujeitos e decorrem dos conflitos gerados no âmbito da atividade principal antecedente, numa relação dialética. (SANTA CATARINA, 2014)

Conforme é possível constatar na citação acima, a atividade é um elemento crucial para a compreensão dos processos de aprendizado, segundo o sócio-interacionismo. Em seguida, apresentamos uma breve biografia de Leontiev e em seguida, uma breve compreensão da teoria da atividade.

Alexei Nikolaevich Leontiev, nasceu em Moscou no ano de 1903. Os vinte anos graduou-se em ciências sociais. Em seu trabalho procurou desenvolver uma psicologia fundamentada na filosofia do marxismo leninismo. O auge de sua produção ocorreu quando em parceria com Vygotsky e Luria, desenvolveram a teoria da origem sócio-histórica das funções psíquicas superiores. Esta teoria foi uma resposta ao behaviorismo que explica o comportamento humano como resultado do mecanismo de estímulo-resposta

Leontiev (1978) apresenta, a atividade como uma forma de relações recíprocas entre o sujeito e o objeto, esta relação pode-se dar sentido subjetivo ao objeto no momento em que o sujeito internaliza o objeto e dar sentido objetivo ao que é subjetivo ao personifica-lo.

A atividade é uma unidade molecular... é a unidade da vida mediada pelo reflexo psicológico, cuja função real consiste em orientar o sujeito no mundo objetivo. Em outras palavras, atividade não é uma reação nem um conjunto de reações, senão um sistema que tem estrutura, suas transições e transformações internas, seu desenvolvimento. (LEONTIEV,1978, pp: 66-7).

⁴⁰ Teoria da atividade é um termo genérico para uma linha de teorias e pesquisas de ciências sociais ecléticas, com origem na teoria da atividade psicológica soviética iniciada por Alexei Leontiev e Sergei Rubinstein. Esses estudiosos procuraram compreender as atividades humanas como fenômenos complexos e socialmente situados e ir além dos paradigmas da reflexologia (o ensino de Vladimir Bekhterev e seus seguidores) e da fisiologia da atividade nervosa superior (o ensino de Ivan Pavlov e sua escola), a psicanálise e o behaviorismo. Tornou-se uma das principais abordagens psicológicas na ex-URSS, sendo amplamente utilizada tanto na psicologia teórica como na aplicada, na educação, na formação profissional, na ergonomia e na psicologia do trabalho. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Teoria_da_atividade>. Acesso: 28 jan. 2017.

As atividades humanas são consideradas por Leontiev (1978) como um sistema embrionário das relações sociais, dando destaque para o trabalho, ocupando o lugar central e a atividade psicológica interna do indivíduo que se origina na atividade externa, pois o ser humano encontra na sociedade os fins e motivos para sua ação e não apenas o lugar para desenvolvê-las. Pode-se apreender da leitura de Leontiev (1978), que a característica básica da atividade é sua objetividade. No entanto, para uma investigação científica é necessário pesquisar o objeto, pois considera que este nem sempre fica claro. Para ele o objeto de uma atividade pode aparecer de dois modos: pode manifestar-se em uma existência independente, subordinando e modificando a atividade do sujeito; ou como resultado da própria atividade, como imagem do objeto, internalizada como reflexos psíquicos.

É importante destacar que a atividade humana é direcionada também pela necessidade, visto que ela regula e orienta a atividade concreta do sujeito. Em poucas palavras pode-se sintetizar que a atividade humana desenvolve-se a partir correlação entre motivos, necessidades e emoções do indivíduo.

Portanto, a escolha deste autor como referencial teórico vai de encontro com o objetivo deste projeto de pesquisa. Pois nota-se que, em suas reflexões o autor aponta para correlação entre necessidades e os motivos com as emoções e sentimentos. Aponta ainda, que essa correlação possui um caráter fundamental no desenvolvimento das atividades dos sujeitos, afirmando que toda a atividade é direcionada por um motivo.

Outro elemento importante na definição da atividade humana é o seu processo de desenvolvimento sócio-histórico, que ao ser internalizado pelo indivíduo contribui para a formação de sua consciência individual na constituição de sua personalidade.

Para finalizar este breve comentário, aponta-se a importância dada pelo autor ao fator da linguagem, que desempenha um relevante papel no processo de tomada de consciência do indivíduo frente à realidade social. Assim, a tomada de consciência pode ser entendida como um ato político.

O breve destaque dado a estes dois autores, é justificado pelo fato de que a grande maioria dos leitores e estudiosos da política pública de educação catarinense, já conhecem bem esta corrente teórica que fundamenta o documento da proposta curricular de Santa Catarina. Na continuidade, considerando o percurso da Proposta Curricular catarinense, desde o seu cenário político de origem, passando pelo marco teórico marxista e a corrente pedagógica sócio-interacionista, apresentamos a seguir as categorias de educação que emergem desse contexto.

3.4 Categorias de educação da Proposta Curricular Catarinense

Nosso esforço a partir deste ponto da dissertação é procurar apresentar ao leitor algumas categorias de educação, que estão presentes no documento da proposta curricular catarinense, e que em nosso entendimento relacionam-se com a formação integral e as categorias aristotélicas de bem viver, virtude moral e sujeito político.

Iniciamos pelo documento original, publicado no ano de 1991. Este documento que recebeu o título de *Proposta Curricular: uma contribuição para a escola pública do pré-escolar, 1º grau, 2º grau e educação de adultos*. O primeiro aspecto, a ser destacado nessa versão do documento, é a característica do marco teórico da proposta, que está alinhada ao viés histórico-cultural com fundamentação filosófica no materialismo histórico e dialético⁴¹, conforme já foi apresentado anteriormente. O segundo aspecto que mais nos interessa e está alinhado a nossa pesquisa, são as categorias de educação que norteiam a proposta. Da leitura do documento de 1991 é possível identificar a discussão das categorias de interdisciplinaridade, a função social da escola e currículo. De acordo com os autores, a intenção da proposta é trabalhar na direção de elaborar uma posição coletiva de trabalho docente estabeleça novas bases de produção de produção das relações sociais no interior das escolas catarinenses. Conforme podemos observar na citação a seguir: “O que pretendemos [ressaltam os autores] é trabalhar na direção de produzir uma posição coletiva que estabeleça novas bases de produção das relações sociais no interior das escolas” (SANTA CATARINA, 1991, p. 84). Portanto, apontamos a interdisciplinaridade como a primeira categoria. O entendimento conceitual de interdisciplinaridade dentro do documento está expresso na seguinte citação:

Concebemos interdisciplinaridade como uma postura político-pedagógica e não como uma justaposição ou apenas afinidade entre os conteúdos a serem trabalhados, capazes de produzir a síntese da totalidade do conhecimento.

[...] trabalho voltado para a mudança de concepções e práticas, ou seja, uma forma de conceber o homem historicamente situado, na sociedade e no seu trabalho (SANTA CATARINA, 1991, p.73).

⁴¹ Materialismo Dialético (D. Dialektischer Materialismus), correntemente utilizado na Europa Central e na Rússia. Considera que o universo é formado por matéria em movimento e envolvido numa evolução ascendente, atingindo níveis sucessivos onde o mais elevado grau de complicação quantitativa faz nascer a partir de transformações bruscas, mudanças qualitativas completamente novas. (LALANDE, 1996, p. 652)

Partindo deste direcionamento dado ao conceito de interdisciplinaridade é possível aproximar esta categoria ao pensamento de Aristóteles, ao apontar para o trabalho pedagógico voltado para compreender o sujeito como situado no seu contexto social e produtivo. Essa ideia nos remete a noção de homem como sujeito político.

A segunda categoria apontada no documento, é a função social da escola, que é definida a partir da seguinte citação:

A função social da escola hoje, que seleciona, organiza, sequencia e dá tratamento ao conteúdo é ir além, buscando instrumentalizar os educandos para que [...] se apropriem do saber acumulado e desta forma possam produzir um novo saber capaz de transformar as relações sociais das quais são partícipes. Isto constitui a própria função social da tarefa escolar, razão de ser da sala de aula, da função do professor e sua relação com os alunos (SANTA CATARINA, 1991, p. 85).

Esta categoria da proposta, a nosso ver, se aproxima do caráter público e objeto da educação apresentado por Aristóteles na Política, onde, segundo ele, dentro do Estado deve haver um único fim, e que, portanto, deve haver uma mesma educação para todos. E Naturalmente, todo cidadão deve entender que todos pertencem ao Estado, e que cada um é parte do Estado, portanto, o governo de cada parte deve ter como modelo o governo do todo. Desse modo, é possível entender que o papel social da escola, proposto pela proposta curricular, estaria cumprindo o objetivo da educação segundo Aristóteles de levar o cidadão a ter consciência de que ela é parte do Estado. E, portanto, deve participar ativamente do Estado exercendo sua cidadania plena. Tendo consciência de seus direitos e deveres, e não apenas um membro, sem voz nem vez na sociedade, servindo apenas como massa de manobras de grupos políticos desinteressados com o bem viver dos cidadãos.

A terceira categoria é o conceito de currículo que é entendido pela proposta como um conjunto de conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade que devem fazer parte dos saberes escolares e serem trabalhados de forma coletiva e colaborativa. Aponta ainda para a dimensão política, uma vez que na sua dimensão de planejamento definido como seleção, organização, sequenciação e conteúdo devem estar conectadas com as mudanças nas relações de professores e educandos com o conhecimento. Esta categoria pode ser relacionada ao pensamento de Aristóteles, especialmente na parte em que ele apresenta na sua obra a política o que deve ser ensinado, afirmando que:

Que a educação deve ser assumida, e como deve ser realizada, são aspectos que não devem ser ignorados. Este assunto tem presentemente gerado controvérsia, na medida em que nem todos estão de acordo acerca do que deve ser ensinado aos mais novos, no que se refere à virtude, e no que diz respeito à vida melhor. Também não é

evidente se é mais adequado que a educação vise as capacidades intelectuais ou ao caráter da alma. (ARISTÓTELES, 1998, p. 563, 1337a36-1337b5)

Embora a citação acima apresente uma realidade de incertezas a respeito dos rumos da educação da época de Aristóteles, é possível abstrair que ele sugeria que a educação deveria ser conduzida por algum princípio, alguma direção. No caso, Aristóteles aponta que o princípio deve ser educar para a virtude.

Por outro lado, nos parece adequada, pelo menos até o momento, a possível aproximação do pensamento de Aristóteles com a política pública de educação de Santa Catarina. Essa hipótese de aproximação, aparentemente vem se confirmando, a medida que, vamos apontando os detalhes do pensamento de Aristóteles no que diz respeito à educação. Como por exemplo, quando constatamos que a educação, segundo Aristóteles, deve ser tarefa do Estado, e de caráter público, conforme foi mencionado anteriormente. Pelo menos, nessas duas asseverações aristotélicas, observa-se que as políticas públicas, de educação catarinense e brasileira de um modo geral, estão alinhadas pelo menos do ponto de vista legal, pois a constituição federal (BRASIL, 1988), determina, entre outras coisas, que a educação é dever do Estado. Alinhado a esta determinação constitucional, o ente federado catarinense, no afã de cumprir o seu dever constitucional, iniciou no ano de 1988, a elaboração de uma política pública de educação, que se materializou no documento conhecido como Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 1991), que será apresentada de forma mais detalhada, no capítulo três dessa dissertação.

Entendemos que já ficou claro para o leitor, a estreita ligação entre a Proposta Curricular Catarinense e o pensamento de Karl Marx. Por esta razão, é possível afirmar que o marco teórico da Proposta é marxista. A seguir apresentaremos uma breve síntese dos dois intelectuais citados na Proposta que são Vygotsky, especificamente sua teoria de Zona de Desenvolvimento Proximal e Leontiev, e sua Teoria da Atividade. Isso porque, conforme é possível observar na leitura da Proposta, são eles, e suas teorias pedagógicas, que aproximam a ideologia marxista da ação pedagógica.

3.5 Atualizações da Proposta Curricular Catarinense

Durante a trajetória de mais de 25 anos de existência da Proposta Curricular Catarinense, foram realizadas quatro atualizações. A primeira em 1998, a segunda em 2001, a terceira em 2003 e a última em 2014.

O segundo documento produzido ou a primeira atualização da proposta curricular catarinense, foi publicado no ano de 1998 com os seguintes títulos: Caderno 1: *Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – disciplinas curriculares*; Caderno 2: *Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – formação docente para educação infantil e séries iniciais*; e Caderno 3: *Proposta Curricular de Santa Catarina: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – temas multidisciplinares*. Mediante a leitura destes cadernos, podemos encontrar a retomada de alguns fundamentos do materialismo histórico e da abordagem histórico-cultural. Além disso, um dos principais objetivos deste trabalho foi discutir algumas categorias que ficaram ausentes na versão de 1991, como conhecimento científico, aprendizagem, ensino, escola e história que ganharam maior ênfase nos textos da versão de 1998.

O terceiro documento ou a segunda atualização, no ano de 2001 e não tinha a pretensão de discutir nenhum dos elementos da base conceitual. A sua publicação ganhou o nome de *Diretrizes 3*, e apresenta orientações práticas para o cotidiano escolar a partir do currículo. O documento apresenta uma breve abordagem dos conceitos científicos, de competências e habilidades e os mapas conceituais de cada disciplina. Portanto as categorias que são consideradas importantes para essa dissertação no referido documento são competências e habilidades.

O quarto documento publicado da proposta curricular catarinense começou a ser elaborado no ano de 2003, com o objetivo agora de estimular os educadores a transpor as teorias dos documentos publicados para a prática pedagógica com os estudantes. O resultado foi a publicação de mais um caderno intitulado *Proposta Curricular de Santa Catarina – Estudos temáticos*. O objetivo deste documento era dar prosseguimento às discussões, sistematizações e socialização da proposta curricular. Os temas destacados ou as categorias que se notabilizaram foram Educação e Infância, Alfabetização com Letramento, Educação e Trabalho, Educação de Trabalhadores, Ensino Noturno e Educação de Jovens.

E finalmente, em 2014 foi publicado o último documento da proposta, que teve como enfoque abordar as categorias da Formação Integral, Percorso Formativo e Diversidade como princípio pedagógico. É este último documento o objeto de nossa investigação. Embora, de maneira rápida e pouco profunda tenhamos feito um ensaio, de aproximação das categorias da proposta com o pensamento de Aristóteles, no início deste capítulo, o foco dessa dissertação é aprofundar a análise das categorias de educação presentes no documento da proposta publicado no ano de 2014. É importante esclarecer que, como se trata de uma análise de

cunho filosófico, o que requer um maior rigor, não é possível no curto espaço de tempo, como o período do curso de Mestrado, fazer uma análise muito abrangente. Por esta razão, decidimos focar a nossa análise, no eixo da Formação Integral.

4 APROXIMAÇÕES ENTRE FORMAÇÃO INTEGRAL E AS CATEGORIAS ARISTOTÉLICAS

Inicialmente, apresentamos neste capítulo, o entendimento de formação integral, que está presente na Proposta Curricular Catarinense de 2014. Em seguida, apontamos as categorias educacionais presentes no referido documento, que legitimam o entendimento de formação integral. E finalmente, apresentamos as possíveis aproximações destas categorias com o entendimento de bem viver, virtude moral e sujeito político, em conformidade com o pensamento aristotélico.

De acordo com a apresentação feita pelos editores do documento de atualização (SANTA CATARINA, 2014), existe um consenso de que a Formação Integral tem sido o foco central dos debates e relacionados aos pressupostos e finalidades da Educação Básica no Brasil. Apontam inclusive que, a formação como projeto educacional, seria parte da luta histórica do sujeito, pela emancipação humana. É consenso também que quanto mais integral for a formação dos sujeitos, as possibilidades de criação e transformação da sociedade serão maiores.

Cabe salientar ainda que, segundo o Documento, a preocupação com a formação integral não é algo novo. O anseio por um modelo de educação que contemple a formação integral, pode ser observado nas experiências de sobrevivência dos seres humanos, que ao longo do tempo procuraram ampliar sua compreensão de mundo, seus conhecimentos e saberes. Dessa forma, podemos entender que, uma educação que busca oferecer ao educando uma Formação Integral, está no bojo da experiência humana onde o período de escolarização ocupa lugar central, como expressão do anseio humano, pelo saber e um dos seus direitos fundamentais. Imbuídos desta compreensão, cabe no entanto, identificar o caminho a ser seguido para se alcançar esse direito humano tão caro, que é o acesso a uma educação que proporcione ao sujeito uma formação integral. E o caminho, no caso da educação, pode ser traçado pela elaboração de um currículo, que aos olhos dos atores da Atualização da Proposta Curricular Catarinense de 2014, ocupa lugar central e é a expressão material do anseio humano pelo saber. Destacam ainda, que o sujeito apresenta-se como o sentido único e a finalidade central da formação.

Considerando o contexto da sociedade atual, marcada pelo avanço tecnológico acelerado e o seu acesso cada vez mais democratizado, ainda que de forma alienada, considera-se que a Formação Integral continua sendo um dos mais importantes e antigos projetos humanos. As ponderações apresentadas no Documento a este respeito, apontam para

a compreensão da adjetivação integral, como uma luta contemporânea da escola, para atender as demandas do avanço da sociedade. É importante lembrar que, embora a escola seja um lugar privilegiado para se concretizar o projeto de formação integral do sujeito, esta tarefa não se restringe a ela. Há muitas demandas que fogem ao escopo exclusivo da instituição escolar, como por exemplo o acesso à saúde, ao esporte, à inclusão digital e à cultura, no entanto, é necessário considerar que a escola pode estabelecer diálogos enriquecedores. O grande desafio educacional, está em proporcionar os meios para a materialização da formação integral em consonância com a realidade social hodierna, identificada como sociedade líquida (BAUMAN, 2001). Dentro desse contexto de fluidez, a formação integral deve desenvolver percursos formativos mais integrados, complexos e completos, contemplando o processo de educabilidade humana em suas múltiplas dimensionalidades.

Após este entendimento de formação integral que permeia o documento (SANTA CATARINA, 2014), é possível identificar as categorias de emancipação, autonomia e liberdade como sendo fundamentais para a formação do sujeito apto para o exercício de uma cidadania ativa e crítica, tendo condições de desenvolvimento humano pleno e possa apropriar-se do conhecimento e da cultura de forma crítica. Além do que, o conhecimento é identificado como um artefato humano não apenas produzido pela cultura, mas também produtor da cultura. Este conhecimento, que estabelece esta relação dialética entre produzida e produtora, em termos de cultura, nos conduz a um entendimento de que, esta é forjada, nas relações entre os sujeitos e deles com o mundo e a natureza. Outra categoria importante, a ser destacada é a noção de ser humano como sujeito ativo na construção de relações. Para evidenciar esta perspectiva da formação integral que permeia o documento (SANTA CATARINA, 2014), apresentamos a seguir uma citação que pode legitimar o que afirmamos até aqui:

Uma formação mais integral do cidadão supõe considerar e reconhecer o ser humano como sujeito que produz, por meio do trabalho, as condições de (re)produção da vida, modificando os lugares e os territórios de viver, revelando relações sociais, políticas, econômicas, culturais e socioambientais.(SANTA CATARINA, 2014, p. 26)

A partir disso, é possível identificar a concepção de sujeito como ator político que tem direito a uma formação que corresponda a possível atomização das dimensões que constituem o ser humano. Outro aspecto importante, a ser observado no Documento, é o destaque dado ao fato de que as propostas pedagógicas das escolas de todas as redes catarinenses, devem contemplar os saberes e o conhecimento para além de suas fronteiras, tornando seus

movimentos curriculares mais integradores, superando o etapismo⁴² no percurso formativo, promovendo o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento, sem perder de vista os conceitos fundantes de cada área, selecionando teorias metodológicas, de conhecimento e práticas de ensino significativas, capazes de mobilizar os sujeitos para a aprendizagem, reconhecendo a diversidade de identidades e de saberes para o desenvolvimento da Educação Básica, ampliando os espaços de autonomia intelectual e política dos sujeitos envolvidos nos percursos formativos, explorando interfaces entre saberes, dos entre-lugares, das redes, das coletividades como lugares geradores de conhecimento e a democratização da gestão dos processos educativos através da valorização e fortalecimento do trabalho coletivo (SANTA CATARINA, 2014, p. 27).

Os elementos apontados até aqui, nos permitem indicar a articulação entre as áreas do conhecimento é uma estratégia fundamental para materializar a formação integral nos parâmetros da Proposta Curricular Catarinense. Além disso, fica evidente que um dos desafios educacionais da rede pública catarinense é superar os processos pedagógicos fragmentados, que tornam o percurso formativo um acúmulo de etapas e fases. Essa articulação dos saberes das áreas do conhecimento, além de provocar a superação do etapismo, contribui para a formação mais completa dos sujeitos.

Tomando como base o texto do Documento da Proposta Curricular Catarinense, na parte que aborda o percurso formativo, conforme podemos constatar:

Dialogar com as diferentes formas do conhecimento exige pensar em estratégias metodológicas que permitam aos estudantes da Educação Básica desenvolver formas de pensamento que lhes possibilitem a apropriação, a compreensão e a produção de novos conhecimentos. Tais estratégias nos remetem à compreensão da atividade orientadora de ensino. (SANTA CATARINA, 2014, p. 32)

Teoricamente é possível visualizar essa dinâmica do diálogo ou articulação das áreas do conhecimento no âmbito escolar. Podemos imaginar, professores de matemática se encontrando com professores de física, química, ciências, biologia elaborando planos de curso ou até mesmo plano de aulas, articulando conceitos fundantes destas disciplinas que de alguma forma possam aparecer no discurso e na prática de tais professores articulados e relacionados. Da mesma forma, é possível imaginar professores de filosofia, história,

⁴² A nossa interpretação para etapismo, se origina no pensamento marxista, que faz uma crítica ao modelo de desenvolvimento da sociedade humana, escalonada em etapas ou fases de desenvolvimento, que vão desde a barbárie, passando pelo feudalismo até chegar ao estágio da sociedade capitalista. Na escola, segundo esta concepção, a divisão dos segmentos em séries, seria uma reprodução desse entendimento, qual seja, o de que as crianças passam por etapas de desenvolvimento linear, desconsiderando as circunstâncias, o momento histórico, político e social. (Grifo nosso)

sociologia, geografia tendo o mesmo procedimento. Ou seja, se encontrando para elaborar planos de curso e de aula, articulando conceitos fundantes que transitem por tais disciplinas de forma articulada. No entanto, o Documento (SANTA CATARINA, 2014), propõe uma articulação para além das disciplinas afins, de tal maneira que, seja possível por exemplo, um planejamento comum entre filosofia e matemática. O primeiro ensaio dessa sistemática, foi a elaboração desse documento que é objeto de estudo dessa dissertação. No momento de discussão e redação das contribuições de cada área do conhecimento, estavam presentes professores de todas as áreas. Por exemplo, na área de ciências humanas, fizeram parte da discussão e redação, não só professores de história, geografia, filosofia, sociologia e ciências da religião, mas também de português, matemática, ciências, biologia, física, arte, química.

No entanto, essa sistemática ao ser transposta para a realidade das escolas públicas estaduais, enfrentam alguns obstáculos, que independem unicamente da disposição dos professores para que seja realizada. Alguns destes obstáculos foram também apontados pelos redatores da Proposta 2104, durante a discussão e redação do documento da mesma e entregue ao Secretário de Educação Estadual em forma de Memória Paralela de Moção Coletiva do grupo de produção, (Apêndice A, p. 83), que apresenta um pedido formal para que a Secretaria de Estado da Educação catarinense, se comprometa em destinar recursos financeiros para a formação continuada, oferecer condições de trabalho tais como reservar tempo exclusivo dentro do calendário escolar anual, para os encontro das áreas de estudo, cumprimento da lei do piso nacional para o magistério.

As informações apresentadas até aqui, servem de fundamento para darmos prosseguimento ao nosso trabalho. Daqui em diante, passaremos a realizar a etapa de análise das categorias apresentadas acima e a sua possível aproximação com as categorias aristotélicas do Bem Viver, Virtude Moral e Sujeito Político. A nossa expectativa, é que seja possível identificar, pontos de afinidade entre as categorias de educação do Documento em análise e o pensamento de Aristóteles. Para tal tarefa, nos embasamos especialmente nas obras *Ética a Nicômaco* e *n'A Política* de Aristóteles e dos estudos de aproximação do pensamento de Aristóteles e a educação, realizados por Cenci (2012), Hourdakis (2001) e Berti (2013).

Após a leitura e estudo da concepção de formação integral, apresentado na Proposta Curricular Catarinense 2014, identificamos treze categorias, que fundamentam o entendimento de formação integral no referido documento. São elas, relações sociais, relações culturais, relações econômicas, relações políticas, relações socioambientais, trabalho, liberdade, autonomia, conhecimento, diversidade, emancipação, sujeito ativo e aprendizagem.

Para facilitar a visualização desta aproximação, apresentamos a seguir um quadro que pretende demonstrar o paralelismo entre as categorias aristotélicas de bem viver, virtude moral e sujeito político e as categorias de educação destacadas do entendimento de formação integral do Proposta Curricular Catarinense de 2014.

Considerando o que já foi apresentado nesta dissertação sobre as categorias aristotélicas de bem viver, virtude moral e sujeito político⁴³, apresentamos a seguir uma possível aproximação entre as categorias aristotélicas e as categorias da Proposta Curricular Catarinense.

Quadro 1 – Comparativos das categorias educacionais e aristotélicas

| Categorias Aristotélicas | Categorias de Educação na perspectiva da formação integral na Proposta Curricular Catarinense 2014 |
|---------------------------------|---|
| Bem viver | <ol style="list-style-type: none"> 1. Relações Sociais 2. Relações Culturais 3. Relações Econômicas 4. Relações Políticas 5. Relações Socioambientais 6. Trabalho |
| Virtude Moral | <ol style="list-style-type: none"> 7. Liberdade 8. Autonomia 9. Conhecimento 10. Diversidade |
| Sujeito Político | <ol style="list-style-type: none"> 11. Emancipação 12. Sujeito Ativo 13. Aprendizagem |

Fonte: Síntese elaborada pelo autor (2017)

O Quadro 1 acima apresenta de forma sintética as aproximações entre as referidas categorias. A seguir apresentamos as justificativas da associação entre as categorias educacionais da Proposta Curricular Catarinense e o pensamento de Aristóteles representado pelas categorias de bem viver, virtude moral e sujeito político.

Quando consideramos a categoria aristotélica de bem viver⁴⁴, apontamos as categorias de educação da Proposta Curricular catarinense de relações sociais, culturais, econômicas, políticas, socioambientais e o trabalho, como sendo as que mais se aproximam do ideal

⁴³ Categorias expostas com mais detalhes no capítulo 2 a partir da página 29.

⁴⁴ Categoria exposta com mais detalhes no capítulo 2 página 38.

aristotélico de bem viver. Para fundamentar esta aproximação, nos referenciamos no fragmento do pensamento de Aristóteles (1998), já mencionado no capítulo 2, que retomamos aqui para uma melhor compreensão. Vejamos:

Aquele que, por natureza e não por acaso, não tiver cidade, será um ser decaído ou sobre-humano, tal como o home condenado por Homero como “sem família, nem lei nem lar”, por que aquele que assim por natureza, está, além do mais, sedento de ir para a guerra, e é comparável a peça isolada de um jogo. [...] o discurso, por outro lado, serve para tornar claro o útil e o prejudicial e, por conseguinte, o justo e o injusto. É que, perante os outros seres vivos, o homem tem as suas peculiaridades: só ele sente o bem e o mal, o justo e o injusto; é a comunidade destes sentimentos que produz a família e a cidade. (ARISTÓTELES, pp. 54-55, 1253a5-15).

A partir desta citação, indicamos que as categorias de relações sociais, culturais, econômicas, políticas, socioambientais e o trabalho, estão em conformidade com o pensamento aristotélico, que aponta para as condições inerentes ao bem viver ou vida feliz do cidadão. Entendemos que, este ideal de bem viver, para ser atingido, passa necessariamente pelos relacionamentos que estabelecemos com os nossos semelhantes, com a sociedade e a natureza. Portanto, quando a Proposta Curricular Catarinense, apresenta estas categorias, entendemos que elas estão em acordo com o ideal aristotélico de bem viver, que tem como meta final a felicidade de ser humano. Conforme podemos constatar em Aristóteles (2009):

A felicidade é então o bem supremo, o que há de mais esplendoroso e o que dá um prazer extremo; estas qualidades não podem ser dissociadas, tal como as encontramos no epigrama de Delos: O mais nobre é a justiça e o mais desejável a saúde;/ mas o que de mais doce há/ é encontrar o que se ama. De fato, tudo isso está presente nas melhores atividades que há, e nós dizemos que a felicidade é uma atividade deste gênero ou a mais excelente delas. (ARISTÓTELES, 2009, p. 30, 1099a25-30)

Acrescentamos ainda, com relação ao tema da felicidade, que esta não aparece isolada no sujeito. Aristóteles (2009, p 31, 1099b5), assevera que a felicidade necessita ainda em acréscimo de uma prosperidade, que segundo Aristóteles pode ser alcançada mediante a excelência por meio de uma certa aprendizagem. Portanto, ao destacar essas ponderações de Aristóteles, entendemos que foram apresentados elementos suficientes para justificar a aproximação das referidas categorias e o bem viver aristotélico. Ou seja, quando nos aproximamos com mais acuidade, das categorias de relações sociais, culturais, econômicas, políticas, socioambientais e o trabalho, examinando o sentido mais profundo de cada uma delas, fica mais nítida tal aproximação.

Ao analisarmos a segunda categoria aristotélica, que é a virtude moral, delimitada no objetivo geral dessa dissertação, identificamos sua aproximação da Proposta Curricular 2014, quando destacamos as categorias de liberdade, autonomia e conhecimento, diversidade. No entanto, cabe aqui lembrar o que seria virtude moral. Retomamos aqui o que já foi mencionado no segundo capítulo, nos parece que a liberdade estaria associada à ideia de virtude moral como uma disposição para praticar aquilo que é bom para si e para os outros. Destacamos ainda, o conceito de meio-termo ou posição intermediária, que se desdobraria em uma ação humana, guiada por uma disposição voluntária de procurar encontrar o equilíbrio entre os extremos, controlando dessa forma os impulsos provocados pelos sentimentos, paixões e emoções, conforme Aristóteles (2009, p. 52-54, 1108b11, 1109a20). Entendemos também, que essa liberdade é alcançada mediante o uso da razão. No contexto escolar, é possível indicar o exercício da investigação científica no intuito de aperfeiçoar o conceito de paixão, por exemplo, oferecendo condições para o educando superar o entendimento do senso comum a respeito deste conceito. Esta ilustração está com consonância com o seguinte fragmento do Documento:

O processo de elaboração conceitual é aquele que ampara o desenvolvimento das funções superiores da consciência e que é o resultado do encontro do conceito cotidiano e do sistematizado. Tal encontro, objeto da intencionalidade posta nas ações educativas no espaço escolar, tem como objetivo o aprofundamento e a amplificação da capacidade de compreensão e ação dirigida do sujeito. (SANTA CATARINA, 2014, p 35).

Portanto, indicamos aqui, que o processo de elaboração conceitual é uma ferramenta eficiente para munir o educando de estratégias intelectuais para conquistar a liberdade.

Em relação a autonomia e o conhecimento, é possível justificar a sua aproximação com a virtude moral, mediante o entendimento de que, segundo Aristóteles (2009, p.26), de que a felicidade é aquilo que todo ser humano almeja, sendo identificado como um sentido a ser dado a existência humana, conforme também foi apresentado no capítulo 2. Neste sentido, é possível entender a autonomia, sob o viés do pensamento aristotélico, como sendo a capacidade do sujeito agir ou escolher suas ações, mediante um propósito, uma razão, um sentido. Além disso, apontamos para a capacidade de desenvolver o entendimento o mais perfeito possível da realidade. Essa capacidade, nos parece que só seria alcançada mediante o conhecimento.

Já a diversidade, aproxima-se da virtude moral, por tratar-se de uma postura ética, que deve ser inculcada no sujeito, de modo que este desenvolva uma disposição voluntária, para reconhecer o direito a diferença, conforme podemos constatar no seguinte fragmento da Proposta Curricular 2014:

Esse sujeito tem o direito a uma formação que tome como parâmetro todas as dimensões que constituem o humano. Uma formação que reconheça e ensine a reconhecer o direito a diferença, a diversidade cultural e identitária; que contemple as dimensões ética, estética, política, espiritual, socioambiental, técnica e profissional. (SANTA CATARINA, 2014, p.27)

Portanto, esse reconhecimento do direito a diferença é o elo que nos permite aproximar do entendimento aristotélico de virtude moral, também apresentada no capítulo 2 que pode ser resumida como o cultivo do caráter, mediante a prática de hábitos bons. Importante destacar, que para Aristóteles, disposição voluntária para praticar aquilo que é bom para si e para os demais, portanto, o reconhecimento da diferença, parece estar alinhada ao entendimento de virtude moral na perspectiva aristotélica.

E finalmente, ao buscar uma aproximação entre sujeito político e as categorias de emancipação, sujeito ativo e aprendizagem, identificamos estas três categorias são complementares, pois uma está diretamente relacionada a outra. Vejamos, a emancipação pode ser apresentada como um estágio a que o sujeito almeja chegar, para tanto ele necessitará percorrer um caminho que passa pelo aprendizado e pela atividade. Apresentamos uma analogia para melhor compreensão, se alguém deseja ser um engenheiro civil, deve começar pelo aprendizado daquelas atividades que são próprias do engenheiro civil. No caso específico, ele frequentará uma universidade, cursando todas as etapas do curso de engenharia, para só então começar a praticar a engenharia, ou seja construir um prédio por exemplo. Neste estágio, dizemos que o sujeito é emancipado para realizar uma obra. Ou seja, não precisa pedir autorização para ninguém. Ele mesmo é responsável por ela, sua autoridade é reconhecida.

O que queremos evidenciar com isso, é que ao nos depararmos com as categorias de emancipação, sujeito ativo e aprendizagem, é possível entender o sentido aristotélico de sujeito político, como sendo aquele que é capaz compreender profundamente o funcionamento da sociedade onde está inserido, e agir no sentido de contribuir para melhorar a qualidade de vida das pessoas que compõem essa sociedade. Destacamos o seguinte fragmento da Proposta Curricular 2014, que corrobora o que afirmamos acima:

Essa concepção amplia a contribuição desse componente curricular para a formação integral do sujeito, na medida em que, tomando seus conteúdos e as capacidades que se propõe a desenvolver como produtos socioculturais, afirma como direito de todos o acesso a eles. Além disso, procura adotar uma perspectiva metodológica de ensino e aprendizagem que busca o desenvolvimento da autonomia, da cooperação, da participação social, possibilitando que se vivenciem diferentes práticas corporais das mais diversas manifestações culturais, compreendendo criticamente as implicações éticas e estéticas de cada uma. (SANTA CATARINA, 2014, p. 109)

Este trecho da Proposta Curricular, nos parece estar em consonância com a categoria aristotélica de sujeito político, conforme podemos constatar em Aristóteles (2009, p. 18), já apresentada no capítulo 2, que nos remete a ideia de que, a ciência política é a mais autêntica das ciências, pois além de ter a prerrogativa de determinar quais as ciências necessárias ao Estado, e quais são aquelas que cada cidadão deve aprender, e até que ponto, e o que, em nosso entendimento aponta para prerrogativa de sujeito político é o fato de dizer respeito a ação do sujeito, sobre o que deve fazer, o que deve evitar, com vistas alcançar o melhor bem humano. Portanto, o ideal de sujeito político em Aristóteles, pode ser expresso como um cidadão emancipado, ciente de seus direitos e deveres, que é capaz de balizar suas ações mediado pelo aprendizado, que tem como meta a construção de uma sociedade capaz de oferecer as condições necessárias para que, todos os cidadãos possam alcançar a felicidade ou *eudaimonia* aristotélica.

Mediante as aproximações apresentadas acima, concluímos que existe uma grande afinidade entre as categorias aristotélicas destacadas e a concepção de formação integral da Proposta Curricular Catarinense. O bem viver aristotélico pode ser identificado quando as relações sociais, culturais, econômicas, políticas e socioambientais e o trabalho são identificados pela Proposta Curricular Catarinense, como elementos chaves do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. A virtude moral está subjacente na educação catarinense, à medida que, a liberdade, a autonomia, o conhecimento e a diversidade são apontados como princípios fundamentais da conduta do cidadão, que percorrer o percurso formativo das escolas catarinenses. O sujeito político aristotélico, identificado como um cidadão consciente da sublimidade e primazia da ciência política, na organização da sociedade é identificado no zelo, com que é abordada a aprendizagem, a emancipação e o perfil do sujeito ativo, dentro do eixo da formação integral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação buscamos identificar as possíveis aproximações entre o pensamento aristotélico, expresso nas categorias de bem viver, virtude moral e sujeito político e as categorias de educação subjacentes ao conceito de formação integral da Proposta Curricular Catarinense de 2014. Revisitar o conceito de formação integral e educação integral, nos faz pensar, em primeiro lugar, sobre os fundamentos teóricos da educação. Assim, nosso primeiro desafio foi identificar um referencial teórico consistente. Dada a nossa formação filosófica, não foi difícil apontar para o filósofo Aristóteles. Em primeiro lugar, por se tratar de um clássico da filosofia, e em segundo lugar por sua obra apresentar um viés perfeitamente alinhado aos fundamentos e a relevância da educação para vida em sociedade. Em seguida, buscamos delinear que elementos ou categorias do pensamento aristotélico seriam mais relevantes e fundamentais para uma reflexão sobre a educação. Foi então, que iniciamos a leitura de estudiosos do pensamento de Aristóteles, para podermos balizar nossa investigação.

Dentre os especialistas em Aristóteles, destacamos Angelo Vítório Cenci, como aquele que nos inspirou a identificar as categorias bem viver, virtude moral e sujeito político, como pontos-chave da contribuição de Aristóteles para o aprofundamento do estudo da educação. O passo seguinte, foi identificar as categorias de educação presentes no eixo da formação integral da Proposta Curricular Catarinense. De posse das categorias destacadas, elaboramos um quadro comparativo, aproximando cada uma delas da categoria aristotélica mais adequada. Dessa forma, procedemos o agrupamento das categorias seguindo o critério de correspondência, identificando seus significados. Assim, para a categoria de bem viver, agrupamos as categorias de relações sociais, culturais, econômicas, políticas, socioambientais e o trabalho. Para a categoria de virtude moral, aproximamos as categorias de liberdade, autonomia e conhecimento, diversidade. E, finalmente, para a categoria de sujeito político agrupamos as categorias de emancipação, sujeito ativo e aprendizagem.

Em relação a metodologia utilizada na pesquisa, consideramos que foi adequada ao nosso objeto de estudo, na medida em que conseguimos lograr êxito, naquilo que nos propomos. Ou seja, conseguimos dar conta do problema que nos dispomos a investigar. Consideramos ainda que, ao proceder a investigação amparados pelo método filosófico de Aristóteles, mais especificamente a análise das categorias aristotélicas e da formação integral, alcançamos o nosso objetivo geral que era o de identificar vestígios das categorias aristotélicas de bem viver, virtude moral e sujeito político na Proposta Curricular Catarinense de 2014, bem como, os objetivos específicos de aprofundar a fundamentação teórica das

categorias aristotélicas destacadas no objetivo geral. Identificamos as categorias de educação que estão subjacentes ao conceito de formação integral da Proposta Curricular Catarinense. Comparamos as categorias aristotélicas mencionadas e as categorias de educação identificadas procedendo a articulação entre ambas. E, finalmente, apontamos a relevância e pertinência que tais categorias, tanto as aristotélicas, como as subjacentes ao conceito de formação integral, representam para a educação catarinense, no que se refere a formação do estudante, dando a ele condições de atingir a maturidade intelectual, esperada de um bom cidadão na perspectiva do modelo aristotélico de cidade e cidadão.

No entanto, Aristóteles (1998), considera que a educação deve evitar exercícios aviltantes e toda arte ou ciência que torna as pessoas incapazes de praticar a virtude. Assevera ainda neste ponto, que o fim a que nos propomos no que fazemos e no que ensinamos é de extrema relevância. Importa que a educação não seja mercenária.

De acordo com Cenci (2012), o lugar de Aristóteles na educação se configura num contexto de crise pedagógica, visto que o espírito do lucro importava mais do que o sentido cívico, na Atenas do século V a. C. Aristóteles teria percebido que o Estado havia se desinteressado pela educação. Portanto, é possível abstrair que havia um entendimento a respeito da educação, em que cada um fazia como melhor lhe convinha. A semelhança do que vivemos nos dias atuais, é possível perceber que, não há mais uma única direção, mas diversas orientações que merecem ser consideradas.

Mediante o estudo realizado, e os resultados obtidos nesta investigação, ousamos apontar para uma possível ponderação sobre os motivos pelos quais, aquilo que é destacado nas categorias aristotélicas subjacentes no documento curricular catarinense, parece não estar tão evidentes no cotidiano escolar. Tal percepção é oriunda da práxis, visto que, não procedemos uma investigação criteriosa a respeito dessa premissa. No entanto, algumas fontes mencionadas nessa dissertação, apontam para uma certa precariedade da qualidade da educação entre os estudantes do ensino médio. Tal constatação se materializou na proposta de reforma do ensino médio. Este fato, instiga a problematizar as conclusões a que chegaram os governantes, especialmente o governo federal, expostas no decreto de reforma do ensino médio, apontando que a causa do fracasso do ensino médio, estaria na pouca ênfase dada ao conjunto de disciplinas da área das ciências exatas. Tal constatação, nos parece que aponta para uma contradição grotesca entre a fundamentação teórica dos documentos oficiais da educação, como a LBD (BRASIL, 1996) e a Proposta Curricular Catarinense (SANTA CATARINA, 2014), que apontam para necessidade de uma escola que seja capaz de munir os estudantes de um cabedal teórico reflexivo, para torna-los cidadãos conscientes e críticos de

seu papel social e político e não mero contingente de mão de obra barata para consolidar os lucros da burguesia industrial e corporativa das instituições financeiras. Nos parece que, parafraseando Marx (1978), muito se teorizou sobre a educação e como ela deve ser efetivada, resta agora praticá-la conforme foi teorizada. Esta constatação, nos aponta para uma possível investigação, do papel do professor como sujeito orgânico desse processo de transposição da teoria para a seu desdobramento prático no cotidiano escolar. Nossas reflexões, nos levam a intuir que a chave para esse impasse entre teoria e prática na educação brasileira estaria em parte nas mãos dos professores. Ressaltamos, que são muitos os elementos e fatores que podem interferir no desenvolvimento do processo de formação dos estudantes, como por exemplo, as políticas públicas elaboradas em gabinetes, investimentos efetivados, sem a elaboração de um estudo das prioridades do sistema de ensino, dando prioridade a infraestrutura, ignorando o material humano. E finalmente, apontamos para um aspecto da reflexão sobre a formação integral, e que poderá ser objeto de um estudo posterior, que é o papel do professor nesse universo da formação integral.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Trad. Alfredo Bosi. 2. ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- ABREU, Renata. **Reforma do ensino médio concentra debates no plenário**. Youtube, 2016. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=-6Df5F8a5us&t=646s>>. Acesso em: 21 dez. 2016.
- ALENCAR, Chico. **Reforma do ensino médio concentra debates no plenário**. Youtube, 2016. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=-6Df5F8a5us&t=646s>>. Acesso em: 21 dez. 2016.
- ALESC, Assembleia Legislativa de Santa Catarina. **Transferências de recursos da Educação para Deinfra**. Agênciaal, 2016. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/radioal/noticia_single_radioal/parlamento-autoriza-repasse-de-mais-de-r-106-mi-para-o-deinfra>. Acesso em: 04 jan. 2017>.
- ARISTÓTELES. **A Política**. Ed. Bilíngue grego-português. Tradução e notas António Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: Veja, 1998.
- ARISTÓTELES. **De Anima** – Livros I-III (trechos). Tradução de Lucas Angiono. Textos Didáticos, IFCH/UNICAMP, n. 38, 2002.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. Antônio de Castro Caieiro. São Paulo: Atlas, 2009.
- ARISTÓTELES. **Organon**. Trad. Edson Bini. 2. ed. São Paulo: Edipro, 2010.
- ARISTÓTELES. **Tópicos**: dos argumentos sifísticos. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha; Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.A. Pickard. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BERTI, Enrico. **Convite à filosofia**. São Paulo: Loyola, 2013.
- BÍBLIA. A. T. Gênesis. In: **BÍBLIA**. Português. Bíblia sagrada: contendo o antigo e o novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: CPAD, 2009. p.650-651.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política**: a filosofia política e a lição dos clássicos; Organizados por Michelangelo Bovero; tradução Daniela Beccaccia Versiani. 11. reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e base da educação nacional nº 9.934/96**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 jan. 2017.

BRASIL. MEC/SEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.**

Brasília, 2013. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15548-d-c-n-educacao-basica-nova-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 27 jan. 2017.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/4219309>>. Acesso em: jan. 2017.

CARTLEDGE, Paul. **História Ilustrada da Grécia Antiga.** Trad. Laura Alves e Aurélio Rebello. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

CENCI, Angelo Vitório. **Aristóteles e a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CHAUÍ, Marilena; NOGUEIRA, Marco Aurelio. **O pensamento político e a redemocratização do Brasil.** Lua Nova [online]. 2007, n.71, p. 173-228. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n71/05.pdf>>. Acesso em: 10 de jan. 2017.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

COELHO, Ligia Marta Costa. **História(s) da educação integral em tempo integral.** Em Aberto, Brasília, DF, v. 22, n 80, p. 83-96, abr. 2009b.

COLOMBO, Raimundo. **Proposta para a educação em Santa Catarina.** Youtube, 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N5KiO6_OOj8>. Acesso em: 21 dez. 2016.

FARIA, Adriano. **Senado 74 a eleição que abalou a ditadura.** *Jornal do Senado*, Brasília, p. 1, 19 de nov. 2014. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/jornal/edicoes/especiais/2014/11/19/jornal.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2017.

_____. **O depoimento de quem foi protagonista da história.** *Jornal do Senado*, Brasília, p. 4, 19 de nov. 2014. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/jornal/edicoes/especiais/2014/11/19/jornal.pdf>> Acesso: 10 de jan. 2017.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3ª ed. Trad. J. E. Costa. São Paulo: Artmed, 2009.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **Ensino Médio integrado: concepções e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã educação para e pela cidadania.** *Dspace*, Acervo Paulo Freire, 2000. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/1645/3/FPF_PTPF_13_009.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2017.

GOBRY, Ivan. **Vocabulário grego da filosofia**. Tradução Ivone Benedetti. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2007.

GRACIOLLI, Edilson José. Resenha de: **História do marxismo no Brasil** – volume 6.

GRIMAL, Pierre. **Dicionário da mitologia grega e romana**. Tradução de Victor Jabouille. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). Campinas: EdUnicamp, 2007, *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n.27, 2008.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HERMANN, Nadja. **Ética**: a aprendizagem da arte de viver. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 102, p. 15-32, jan./abr.2008. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 02 nov. 2016

HESÍODO. **Teogonia a origem dos deuses**. Trad. Jaa Torrano. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 1995. Disponível em: <<http://www.uff.br/helenismo/sites/default/files/Aula%20%20-%20HESIODO.%20Teogonia%20a%20origem%20dos%20deuses-1.pdf>> Acesso em: 18 jan. 2017.

_____. **Os trabalhos e os dias**. Trad. Alessandro Rolim de Moura. Curitiba, PR: Segesta, 2012. Disponível em: <<http://www.segestaeditora.com.br/download/ostrabalhoseosdias.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2016.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria: forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Abril, 1984.

HOURDAKIS, Antoine. **Aristóteles e a educação**. São Paulo: Loyola, 2001.

HOUISMAN, Denis. **Dicionário de Obras filosóficas**. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JAEGER, Werner. **Paideia**: a formação do homem grego. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo: Herder, 1966.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LEONTIEV, Alexis. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LOPEZ, Margarita Quintero. **A educação em Cuba: seus fundamentos e desafios**. Estud. av. [online]. 2011, vol.25, n.72, pp.55-72. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0103-40142011000200006&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 30 jan. 2017.

LYRA, Edgar. **Sobre o pensamento filosófico e sua sobrevivência num mundo técnico** - Estudos a partir da obra de Martin Heidegger. Rio de Janeiro: PUC, 2003. 232 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/4341/4341_1.PDF>. Acesso em: 18 jan. 2017.

MARINHO, Rogério. **Reforma do ensino médio concentra debates no plenário**. Youtube, 2016. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=-6Df5F8a5us&t=646s>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

MARTINS, António Manuel. **A doutrina da eudaimonia em Aristóteles**. Coimbra: Hymnitas, v. XLVI, 1994. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas46/11_Antonio_Martins.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2016.

MARX, Karl. **Teses contra Feuerbach**. São Paulo: Abril, 1978. (Coleção Os Pensadores).

ROCHA, Cláudia Hilsdorf. **O ensino de línguas para crianças no contexto educacional brasileiro**: breves reflexões e possíveis provisões. *DELTA* [online]. 2007, vol.23, n.2, pp.273-319. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44502007000200005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 21 dez. 2017.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. Florianópolis: 2014.

_____. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Disciplinas curriculares. Florianópolis: COGEN, 1998.

_____. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular**: uma contribuição para a escola pública do pré-escolar, 1º grau, 2º grau e educação de adultos. Florianópolis: IOESC, 1991.

_____. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: estudos temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes três**: organização da prática escolar na educação. Florianópolis: IOESC, 2001.

SAVIANI. Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

SEVERINO. Antônio Joaquim. **Filósofos e a educação Karl Marx**. Atta Mídia, Youtube, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BKIdbO3xW1g>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

PESSANHA, José A. M. Vida e Obra. In: **Aristóteles I**. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção Os Pensadores).

PESTANA, Simone Freire Paes. Afinal, o que é educação integral? **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, jan./jun. 2014

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

THIELE, Bob; WEISS, George David. **What a Wonderful World**. Disponível em: <www.vagalume.com.br/louis-armstrong/what-a-wonderful-world-tradução.html>. Acesso em: 05 nov. 2016.

TEIXEIRA, A. S. **Educação para a democracia: introdução à administração educacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

VIANNA, Luis Werneck. **A revolução passiva e república**. In: A modernização sem o moderno: análise de conjuntura na era Lula. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira/Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

_____. **Travessia da abertura à Constituinte 1986**. Rio de Janeiro: Taurus, 1986.

VIEIRA, Reginaldo de Souza. **Partidos políticos brasileiros: das origens ao princípio da autonomia político-partidária**. Criciúma: EdUnesc, 2010.

VIGOTSKY, L.S. **A formação social da mente**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1998.

_____. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

APENDICE –A: Memória Paralela de Moção Coletiva do Grupo de Produção da Atualização da Proposta Curricular de Santa Catarina 2014

disponível em: <<http://nela.cce.ufsc.br/files/2014/12/Mocao-Coletiva-do-Grupo-de-Producao.pdf>>, acesso em: 07 de ago. 2016,



Balneário Camboriú, 31 de Julho de 2014.

**MEMÓRIA PARALELA
MOÇÃO COLETIVA DO GRUPO DE PRODUÇÃO**

Ao Sr. EDUARDO DECHAMPS

Secretário de Educação do Estado de Santa Catarina

Considerando a relevância educacional da Atualização da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina, sua importância legal e de efetiva aplicação nos espaços educativos, que por si só revela um movimento histórico na educação dos catarinenses;

Considerando todas as discussões e leituras realizadas pelo grupo de produção deste documento, durante o primeiro semestre de 2014, com a contribuição direta de 250 profissionais da educação e via plataforma de mais de 8 mil docentes, que representam neste ato todo o corpo docente das 6 (seis) mesorregiões do estado de Santa Catarina das instituições públicas e privadas atuantes na Educação Básica e Superior catarinense;

Realizamos a composição deste documento para a materialização do que está sendo proposto pois entendemos que é necessário que ocorra uma efetiva mudança nas políticas públicas educacionais e de gestão escolar. Portanto, para que este movimento reverta em resultados positivos para a educação catarinense, são necessários alguns desdobramentos e ações efetivas para garantir a plena efetivação da Proposta Curricular:

www.propostacurricular.sc.gov.br

Promoção:



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Execução:



SISTEMA
ACAFE



1) FORMAÇÃO CONTINUADA

- ✓ Garantir no orçamento plurianual (PPA, LOA, LDO) percentual financeiro para aplicação em cursos de Formação Continuada ligados diretamente aos eixos norteadores da PROPOSTA CURRICULAR, e de sua atualização, considerando as temáticas de todas as áreas de conhecimento e seus respectivos componentes curriculares;
- ✓ Garantir ou delimitar uma normativa que assegure o estudo da PROPOSTA CURRICULAR, e a elaboração da proposta pedagógica de cada região/escola nas unidades de ensino realizada pelo grupo de produção desta atualização;
- ✓ Oferecer especialmente formação continuada sobre Diversidades (Educação Especial, Educação Ambiental, Educação Indígena, Educação Quilombola, Educação do campo, Educação e Direitos Humanos, Educação e Gênero, Educação e Diversidade Sexual, Violências, Educação das Relações Étnico-Raciais);
- ✓ Desenvolver ações com vista a produção e publicação de novos textos, abordando temáticas relacionadas a atual versão da PROPOSTA CURRICULAR
- ✓ Articulação com as Instituições de Ensino Superior responsáveis pela formação inicial nas licenciaturas, incidindo sobre o currículo das mesmas, como também na promoção de eventos regionais de formação para inclusão PROPOSTA CURRICULAR como pré-requisito acadêmico para formação dos profissionais da educação.
- ✓ Disponibilização da PROPOSTA CURRICULAR junto a UNDIME para articulação junto aos sistemas municipais de ensino.

www.propostacurricular.sc.gov.br

Promoção:



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Execução:



2



2) CONDIÇÕES DE TRABALHO

- ✓ Horários reservados para reuniões pedagógicas para o trabalho interdisciplinar e comunicação entre os professores das diferentes etapas de ensino para estudo da PROPOSTA CURRICULAR, dentro da totalidade da carga horária do docente, incluídos dentro dos 200 dias letivos e incluídos no calendário;
- ✓ Oferecer condições práticas de trabalho como acesso a textos nas redes de informação e outras mídias, espaços e recursos para disciplinas específicas como: laboratórios de informática com equipamentos atualizados, em quantidade e qualidade para funcionamento da internet de alta velocidade;
- ✓ Montagem e compra de equipamentos de qualidade para laboratório de Biologia, Química e Física;
- ✓ Que o funcionamento da escola no período noturno, tenha a mesma qualidade do período diurno (incluindo atendimento pessoal, ambientes pedagógicos de uso comum disponibilizados (biblioteca, laboratórios, etc), com profissional habilitado.
- ✓ Criação de espaços nas escolas para apresentações culturais e esportivas consequentes de prática pedagógica pautada na formação integral;
- ✓ Diminuir o número de alunos por sala de aula em toda Educação Básica;
- ✓ Reconstituição das equipes pedagógicas das escolas através de concurso público para a contratação de Assistente Educacional, Assistente Técnico Pedagógico, Administrador Escolar e Supervisor Escolar, Orientador Educacional;

www.propostacurricular.sc.gov.br

Promovido:



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Desenvolvido:



SISTEMA
ACAPE



- ✓ Estabelecer convênio com a Secretaria da Saúde e Assistência Social com atendimento para os/as estudantes das unidades de ensino nas áreas de: psicologia, fonoaudiologia, odontologia, assistência social e psicopedagogia;
- ✓ Redistribuição da equipe técnica nas Gerências de Educação - GERED's, com quadro funcional definido para possam atender nas inúmeras ações e programas que vem sendo lançados pelo Governo Estadual e Federal.
- ✓ Criação de Núcleos de educação para atendimento as demandas da diversidade em todas as GEREDs;
- ✓ Garantia do direito legal da organização escolar com tempos e espaços diferenciados, nas diferentes modalidades, prevendo portanto, a aprovação de calendários escolares diferenciados da Educação Básica regular.

3) VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO, SEGUNDO A LEI 11.738/2008 E O NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

- ✓ Garantir percentual específico da totalidade da carga horária docente para adequação das práticas à PROPOSTA CURRICULAR, envolvendo a discussão entre professores de cada área e entre áreas, incluída dentro dos 200 dias letivos e no calendário;
- ✓ Percentual na totalidade da carga horária do professor do serviço público da Educação Básica destinado às pesquisas do professor e conversas entre os pares, a comunidade e os segmentos, necessária a educação integral;

www.propostacurricular.sou.sc.gov.br

Produção:



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Desenvolvido:



4
SISTEMA
ACAFE



- ✓ Plano de carreira e de salários que valorizem efetivamente a profissão de quem ensina em Santa Catarina de acordo com a Lei 11.738/2008 e o novo PNE, descompactar a tabela salarial dos servidores efetivos.
- ✓ Cumprimento da lei do Piso nacional para o magistério que reserva 1/3 da carga horária do professor para o planejamento das suas aulas, tendo em vista, nesta perspectiva, a adoção de um planejamento pedagógico, que requer atividades de leituras, investigações como princípio pedagógico e atividades integradoras com atenção à cultura local e os interesses da comunidade no entorno da escola.
- ✓ Lotação do professor em uma única unidade de ensino;
- ✓ Revisão imediata da Resolução Nº 158/08/CEE/SC – Conselho Estadual de Educação;
- ✓ Revogação do decreto 3.593/2010 que impede a progressão do servidor caso tenha faltas nos anos vigentes a progressão.
- ✓ Cumprimento da legislação para garantir afastamento remunerado dos/as professores/as para cursos de pós-graduação de especialização, Mestrado e Doutorado.
- ✓ Revisão da LEI 170/98 – LEI SISTEMA ESTADUAL

www.propostacurricular.sc.gov.br

Promovido:



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Execução:



SISTEMA
ACAFE



É fato Senhor Secretário da Educação, que proposições como estas já foram registradas na Proposta Curricular (1998, p. 105) sinalizadas nas discussões dos primeiros estudos da PCSC, desde 1988, ou seja, há 25 anos atrás, já se previa a real necessidade prática e vontade política para realizar o que se estuda e propõe em termos de qualificar a educação do estado. Alguns motivos que impossibilitaram a materialidade da Proposta Curricular de 1991 que estão em total consonância com o que foi elencado.

É compromisso dos integrantes do grupo de produção que nossos textos e nossas proposições, assim como os das demais Propostas já publicadas, sejam definitivamente discutidos e aplicados pelos professores catarinenses. No entanto, é imprescindível que as condições citadas sejam garantidas por meio das políticas públicas. Temos a responsabilidade e o compromisso profissional com os/as professores/as e estudantes de Santa Catarina de apresentar os resultados de nossos estudos de forma clara e transparente, bem como suas efetivas implicações para sua materialização.

Atenciosamente,

Grupo De Produção Da Atualização Da Proposta Curricular De Santa Catarina:

www.propostacurricular.sed.sc.gov.br

Promoção:



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Execução:



SISTEMA
ACAFE